



BRASIL

FGRA

FELIZ

FGTS

*Uma história contada por aqueles que fizeram do
Brasil um lugar melhor para milhões de pessoas*

CONQUISTAS DOS TRABALHADORES PARA O BRASIL



Brasília, 23 de novembro de 2016

DEDICATÓRIA

Dedicamos este livro a cada trabalhador brasileiro, que, com seu trabalho, com seu suor, com sua vontade de crescer na vida, conseguiu conquistar os melhores benefícios possíveis de se alcançar: segurança financeira para a família, um lar para morar, infraestrutura e saneamento para a saúde de todos.

E, também, aos empregadores que exerceram plenamente seu papel social, além de empregar milhões de pessoas com carteira assinada, realizaram os depósitos do FGTS de seus respectivos empregados.

É dedicado às pessoas representantes de entidades dos trabalhadores, que nestes 50 anos contribuíram para o avanço das condições laborais de seus afiliados e demais trabalhadores.

Dedicamos às pessoas representantes de entidades patronais, na defesa do direito de seus afiliados e de toda a sociedade brasileira.

Aos funcionários públicos de vários órgãos e entidades de Governo, que em seu papel de servir ao cidadão, doaram-se para preservar a perenidade do FGTS.

Este livro é uma singela homenagem da CAIXA a todos vocês que, diariamente, participaram na construção desta história de 50 anos do FGTS.

6

Prefácio do Livro

18

Capítulo 3

1966 – 2016, um período repleto de conquistas

9

Introdução

24

Capítulo 4

Textos institucionais

10

Capítulo 1
Sobre o FGTS

54

Capítulo 5
Biografias

14

Capítulo 2
O Conselho Curador do FGTS

226

Capítulo 6
Histórico do FGTS no BNH

Para aqueles que conhecem o FGTS há anos, falar dele é uma tarefa fácil. Falar de seus investimentos e resultados sociais, idem. Falar dos benefícios ao trabalhador e à sociedade, da tecnologia inserida nos processos, das melhorias sucessivas em prol da gestão é mais fácil ainda.

O desafio é escrever em poucos parágrafos sobre o Fundo. São inúmeras histórias a serem contadas. São dezenas de milhares de colaboradores que atuaram diretamente ou indiretamente nos processos do FGTS, desde os parlamentares que aprovaram o texto base, passando pelas pessoas que trabalharam no extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, por aqueles que defenderam os interesses de suas instituições nos mandados enquanto representantes do Conselho Curador, e aqueles que tiveram oportunidade de atuar nas instituições que formam o Sistema FGTS – Ministério do Trabalho, Ministério das Cidades, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Caixa Econômica Federal.

Escrever um texto sobre o Fundo sem associar sentimento de paixão e de dever cumprido é praticamente impossível. Cada

colaborador que trabalha diariamente com o Fundo de Garantia carrega em si uma responsabilidade muito grande, a de exercer a curatela dos pecúlios de milhões de trabalhadores.

Os textos a seguir foram compilados e organizados neste primeiro Livro da Biografia do FGTS, de forma a trazer informações preciosas, contendo em suas linhas muito desta paixão, resgatando histórias experimentadas por poucos, nos fazendo entender cada vez mais a importância das pessoas no sucesso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante suas crenças, suas motivações, seus valores, suas experiências.

Desejo a você uma boa leitura, que consiga ampliar seus conhecimentos sobre como as decisões ocorreram no passado, suas motivações, quem foram os atores e quais os fatos relevantes vivenciados nestes 50 anos e retratados pelos olhares das pessoas que contribuíram com este Livro.

Arão Amaral Filho.



INTRODUÇÃO

Ainda hoje, decorridos mais 50 anos desde seu nascimento, este jovem senhor conhecido por Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou FGTS para os íntimos, guarda em suas raízes aquilo que foi inspiração para sua vinda a este mundo: a motivação de fazer do Brasil um lugar melhor para seus brasileiros.

Um lugar melhor não somente por conceder ao trabalhador um pecúlio na forma de uma garantia financeira, a ser resgatado em momentos marcantes de sua vida. Mas também um lugar melhor para que este mesmo trabalhador possa se sentir dono de sua própria casa. Um lugar melhor para milhões de brasileiros beneficiados com água e esgoto tratados, possíveis de serem alcançados graças aos investimentos do Fundo nestes setores.

Um lugar melhor para nossos filhos e netos, que terão como legado, hidrelétricas, ferrovias, rodovias e modais, dentre outros. Um lugar que prospera e pode dar a seus cidadãos o direito de emprego com carteira assinada, e neste ciclo virtuoso, poder investir mais para o bem do nosso povo brasileiro.

Este jovem senhor possui ideais e ideias.

Conheça nas próximas páginas um pouco de cada um deles, contado por quem fez parte desta linda história.

CAPÍTULO — 1



SOBRE O FGTS

Criado em 13 de setembro de 1966, o FGTS funciona como uma poupança paga pelo empregador em nome do empregado, equivalente a 8% da remuneração. Desde sua criação, já foram injetados na economia brasileira mais de R\$ 890 bilhões de reais. Atualmente, o Fundo conta com 37,6 milhões de contas ativas, que recebem depósitos mensais efetuados por 4,2 milhões de empregadores.

Este ano, o FGTS completa 50 anos, com um total de R\$ 498 bilhões em ativos, patrimônio líquido superior a R\$ 100 bilhões e se consolida como um dos principais agentes de desenvolvimento do país. Nesse período, mais de R\$ 426 bilhões foram aplicados em obras de moradias populares, rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, ferrovias, energia renovável e saneamento básico. Mais de 4 mil municípios já tiveram obras financiadas com recursos do Fundo.

Ao longo de sua existência, o FGTS investiu cerca de R\$ 360 bilhões para o financiamento de 10 milhões de moradias, beneficiando diretamente 58 milhões de brasileiros e gerando ou mantendo mais de 18 milhões de empregos.

Os recursos direcionados pelo FGTS, para financiar obras de saneamento e infraestrutura, por intermédio de seus diversos programas, somaram, em 2016, cerca de R\$ 66 bilhões em

valores nominais. Os investimentos em obras de saneamento e infraestrutura geram efetivo crescimento do bem-estar social a 137 milhões de brasileiros, e já contribuíram para a criação de mais de 5 milhões de empregos.

O maior fundo da América Latina é administrado pelo Conselho Curador, formado por 24 instituições, que incluem membros do Governo Federal, de entidades dos trabalhadores e dos empregadores, o Conselho aprova, de forma colegiada, as decisões do Fundo.

O Ministro do Trabalho ocupa a presidência do Conselho Curador, cuja pasta é responsável pela apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores.

O Ministério das Cidades é o responsável pela elaboração do orçamento e gestão da aplicação do FGTS, além de ocupar a vice-presidência do Conselho.

A CAIXA é o Agente Operador dos recursos do FGTS. O banco centraliza todos os recolhimentos mensais e controla as 719 milhões de contas vinculadas, em nome dos trabalhadores, além de emitir Certificados de Regularidade do FGTS (CRF), e definir procedimentos operacionais que serão necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura.

A warm, golden-toned photograph of a family. A man with curly hair and a light beard is smiling broadly, looking towards a woman on the right. The woman has dark curly hair and is also smiling, with her hand near her chin. A baby is visible in the upper left corner, looking towards the man. The background is a soft, out-of-focus light color. A blue diagonal shape is in the bottom left corner.

CAPÍTULO 2

O CONSELHO CURADOR
DO FUNDO DE
GARANTIA, O CCEGTS

“No dia oito de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, às quinze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Gabinete do Ministro da Secretaria de Planejamento, situada no nono andar do bloco “K”, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, realizou-se a Reunião de Abertura do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.”

Este trecho, resgatado da Ata da primeira Reunião Ordinária do Conselho Curador do FGTS, iniciou uma série de 154 Reuniões Ordinárias, e muitas outras Reuniões Extraordinárias que se seguiram até esta data. Naquela época, a composição do Conselho Curador já era definida de forma tripartite, com participação de 12 representantes.

Desde então, muita coisa mudou na estrutura do Conselho Curador, e hoje, com participação de 24 membros, mantém sua formação tripartite. Mas o que nunca mudou, e espera-se que continue assim para os próximos anos, é a disposição das pessoas que contribuíram, nestes 50 anos, com a curatela deste pecúlio do Trabalhador Brasileiro.

“No dia oito de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, às quinze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Gabinete do Ministro da Secretaria de Planejamento, situada no nono andar do bloco “K”, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, realizou-se a Reunião de Abertura do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.”

CAPÍTULO — 3

1966 — 2016, UM
PERÍODO REPLETO
DE CONQUISTAS



Há 50 anos, em treze de setembro de mil novecentos e sessenta e seis, foi publicada a lei de criação do FGTS – Lei nº 5.107, que entrou em vigor em primeiro de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete, por meio do Decreto nº 59.820, que regulamentou o Fundo de Garantia.

Mediante determinação da referida lei, a gestão do FGTS coube ao Banco Nacional de Habitação, que por mais de 20 anos foi o gestor do Fundo de Garantia. Neste período, muitas foram as definições normativas, administrativas e regulatórias. O BNH robusteceu o Fundo de Garantia com um complexo conjunto de programas habitacionais e de saneamento, voltados ao atendimento dos déficit habitacional e de saneamento no país.

Com a extinção do BNH em novembro de 1986, a gestão do Fundo foi transferida à Caixa Econômica Federal, pelo Decreto 2.291, de 21 de novembro de 1986, sendo incorporados seu quadro de pessoal, sistemas, documentos, e ativo, além de todos os demais fundos e programas que o Banco Nacional da Habitação operava.

Coube então à CAIXA um novo conjunto de responsabilidades, que teve de se preparar e se adaptar a este novo desafio. Já na gestão da CAIXA veio a criação do Conselho Curador do FGTS em 1989, a centralização dos recolhimentos no início dos anos de 1990.

Esta década também é testemunha de um capítulo da história do FGTS que se espera que não mais ocorra, a super aplicação de seus recursos, que consistiu em aplicar seus recursos em volume superior a capacidade do Fundo em manter seu equilíbrio econômico e financeiro. Em decorrência disso, mais de três anos passaram sem que o FGTS pudesse realizar algum investimento, até que suas contas saíssem do vermelho.

E nesta situação adversa a CAIXA suportou o déficit do FGTS com seus próprios recursos. Tão logo o Fundo se reequilibrou, houve a segregação dos balanços do Fundo e da CAIXA, em busca de uma governança corporativa que se estende até os dias atuais.

Com esta página virada, o que se busca na gestão do Fundo de Garantia atualmente é sua sustentabilidade, sua perenidade

enquanto funding para habitação, saneamento e infraestrutura, e principalmente, na curatela da gestão dos recursos dos trabalhadores brasileiros por meio de seu Conselho Curador.

Hoje, além desta governança, o Fundo comemora mais de dois milhões de moradias no âmbito do PMCMV. Desde 2009 mais de R\$ 54 bilhões foram destinados à fundo perdido para beneficiar milhões de famílias no Programa. O orçamento para este ano tange aos R\$ 100 bilhões, dividido entre oneroso, descontos, e operações de mercado.

Muitos foram os feitos positivos que o Fundo de Garantia possibilitou ao Brasil e a seus cidadãos nestes 50 anos de história, ao tempo que temos a convicção que muitos outros feitos virão.

E neste início de um novo ciclo de 50 anos, além de esperar que muitos outros ciclos como este existam, vamos dar início a celebração dos 50 anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.





CAPÍTULO 4

DAS
TEXTOS
INSTITUIÇÕES
QUE
COMPÕE
O SISTEMA
FGTS

Patrimônio do trabalhador e da sociedade. Assim pode ser definido o Fundo de Garantia do Tempo de Servido, o FGTS. Instituído em 13 de setembro de 1966, foi criado com objetivo de oferecer ao trabalhador uma poupança compulsória, formada por depósitos dos empregadores ao longo de sua vida laboral, como alternativa ao regime de estabilidade, existente à época.

Enquanto o trabalhador não tem direito ao saque destes recursos, estes são utilizados na implementação das políticas públicas de Habitação, Saneamento Básico e Infraestrutura urbana. Com o advento do FI-FGTS em 2008, também passou a investir em portos, geração de energia, rodovias, ferrovias, e outras operações de mercado.

Em seu ano de jubileu de ouro, o Fundo de Garantia disponibiliza para o país mais de R\$ 119 bilhões em seu orçamento, sendo R\$ 70,6 só para Habitação. O Fundo foi responsável em 2015 por injetar mais de R\$ 100 bilhões em saques na

economia, gerar cerca de 3 milhões de empregos formais por meio de contratações com recursos de seu orçamento, além de possibilitar o sonho de 600 mil famílias: a casa própria. No âmbito do PMCMV, foram 314 mil moradias e R\$ 6,8 bilhões em subsídios utilizados em descontos.

Estas conquistas para a sociedade só foram possíveis graças à atuação profissional do Agente Operador do FGTS, representada na VIFUG pela SUFUG, com sua perseverante busca da excelência na qualidade. São mais de 1500 empregados que atuam diretamente na gestão dos processos do FGTS, além daqueles que realizam atendimentos na rede, e nas áreas parceiras.

E nós, empregados da CAIXA, que possuímos em nossa Missão a promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável do país, como parceira estratégica do Estado Brasileiro, temos no FGTS um dos principais atores e parceiros nesta nobre atuação.

Um pecúlio do trabalhador em prol da sociedade. Assim, pode ser definido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), cuja inserção na vida brasileira há 50 anos tem contribuído também para o progresso da população e o desenvolvimento nacional.

O FGTS é um dos mais importantes instrumentos de apoio ao desenvolvimento social do País. A firmeza na gestão do FGTS pelo seu Conselho Curador possibilita o desempenho pleno de seu papel estratégico de instrumento público de poupança compulsória e financiamento de políticas públicas em programas de saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação popular, em cumprimento às finalidades para as quais foi instituído em 13 de setembro de 1966, pela Lei 5.107/66.

O depósito realizado mensalmente pelo empregador na conta vinculada do trabalhador assegura a principal garantia de indenização nos casos de demissão não justificada, doença

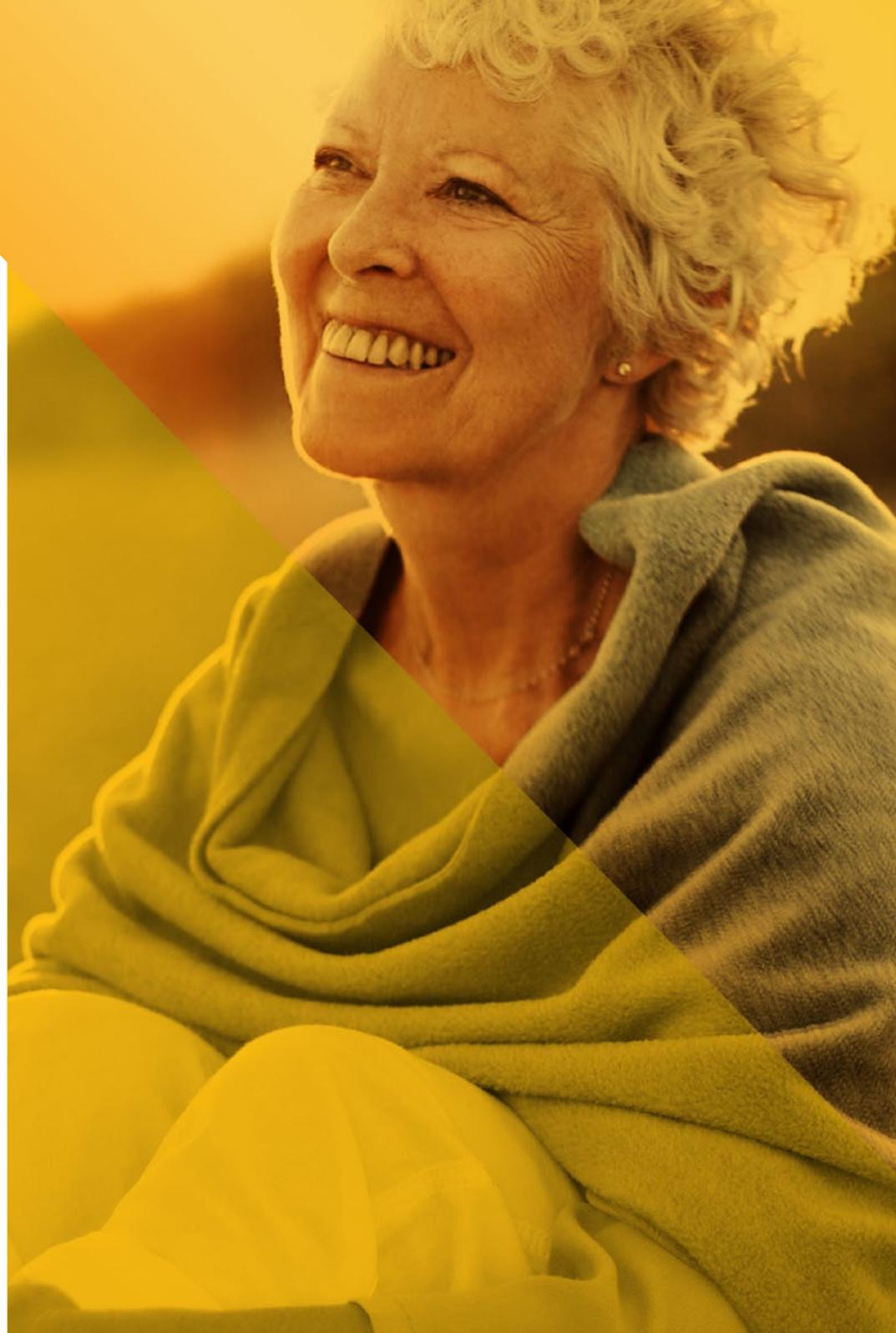
grave, falecimento ou fonte recursos para adquirir a casa própria. É com o FGTS que se desenvolve a ação mais decisiva no Brasil para se promover dignidade e cidadania para a sociedade brasileira, especialmente às populações de baixa renda: significa recursos para produzir e entregar moradia, água tratada e esgotamento sanitário. Mesmo quem não é beneficiário direto do FGTS é contemplado com as melhorias que este proporciona.

A Governança ativa do Agente Operador – CAIXA, na operação do FGTS é também um dos fatores decisivos para que hoje se comemore a pujança do Fundo de Garantia. São dezenas de reconhecimentos em excelência em gestão alcançados na última década. A busca da CAIXA pela excelência e governança se traduz ao fornecer aos trabalhadores e empregadores novas formas de acesso às informações de saldo e extrato: e-mail, site, SMS, APP para smartphone.

Em seus 50 anos de existência, o FGTS direcionou mais de R\$ 369,4 bilhões para financiar 11,5 milhões de imóveis, que contribuíram para criar milhões de postos de trabalho.

Neste jubileu de ouro, há mais para se comemorar. Nessa sua existência, mais de 707,3 milhões de saques foram feitos – incluindo-se, a partir de 1976, aqueles destinados à aquisição da casa própria —, o que possibilitou a injeção de cerca de R\$ 903 bilhões na economia brasileira. Esses recursos mudaram para melhor a vida de milhões de brasileiros.

Dessa forma, o Fundo de Garantia colabora decisivamente para a dinamização da economia em todas as regiões do país, tornando-se agente de progresso nas comunidades. Seus recursos ajudam a gerar postos de trabalho, a proporcionar a redução das desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população.



A Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) definiu que o Conselho Curador seria o responsável pelo planejamento e normas gerais a serem observadas pelo gestor do FGTS, o Banco Nacional da Habitação (BNH). O Conselho era formado por um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um representante do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, um representante das categorias profissionais e o Presidente do BNH.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 2.408, de 5 de janeiro de 1988, a gestão do FGTS passou a ser realizada pela Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS, a ser vinculado ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, com a seguinte composição: um representante do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, que o presidirá; um representante da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Trabalho; um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; o Presidente da Caixa Econômica Federal; três representantes de categorias econômicas; três representantes de categorias profissionais, eleitos; um representante dos Governos Estaduais; um representante dos Governos Municipais.

Já a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, manteve a gestão com a Caixa Econômica Federal e alterou a composição do Conselho Curador para três representantes da categoria dos trabalhadores, três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

Com advento da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a gestão do FGTS passou por mudanças significativas como a inclusão do Gestor das Aplicações do Fundo, atualmente exercida pelo Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal exercendo as atribuições de Agente Operador do FGTS. Além disso, o Conselho Curador passou a ser vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, sendo composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo, e a Presidência do Conselho Curador exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, atual Ministério do Trabalho.

A lei estabeleceu que o Conselho Curador contaria com uma Secretaria Executiva (SECCFGTS) e definiu suas atribuições por meio da Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999. Entre tantas atribuições a Secretaria é responsável por manter articulações com órgãos e entidades integrantes do Conselho Curador, buscando sempre o respeito e colaboração; acompanhar a elaboração do relatório de apreciação das contas do FGTS; coordenar a elaboração dos relatórios sobre o atendimento das recomendações dos órgãos de controle interno e externo; oferecer subsídios ao Conselho para dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS; agendar e secretariar as reuniões do Conselho; elaborar as atas das reuniões do Conselho; assessorar e subsidiar o Presidente do Conselho; promover as articulações necessárias para a instalação dos grupos técnicos e acompanhar suas atividades; atuar de forma integrada com a Assessoria Parlamentar do Ministério do Trabalho no acompanhamento da tramitação dos projetos de lei referentes ao FGTS; promover o atendimento aos auditores e às suas demandas por ocasião das auditorias sobre o FGTS.

A Secretaria do Conselho Curador do FGTS integra a estrutura do Ministério do Trabalho como Coordenação-Geral do FGTS e conta com a colaboração de servidores e de trabalhadores com

carteira assinada. Colaboradores que atuam desde a convocação das Reuniões até a elaboração do Relatório de Gestão do Fundo, além das acaloradas reuniões do Grupo de Apoio Permanente do Conselho, presididas pelo Secretário-Executivo.

Fundamental para a atuação do Conselho, a Secretaria Executiva, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças e todos aqueles que integraram a equipe, com dedicação e responsabilidade, contribuíram sobremaneira para o crescimento do Fundo.

Além disso, o Conselho Curador instituiu o Grupo de Apoio Permanente (GAP) composto por técnicos indicados pelos conselheiros com a atribuições de desenvolver estudos técnicos sobre matérias que lhe forem encaminhadas pelo Conselho; debater votos e minutas de resoluções, contribuindo para a disseminação e o nivelamento das informações técnicas pelos participantes, visando transmitir aos membros do colegiado os subsídios e esclarecimentos necessários para a formulação de suas decisões; e outras, de natureza consultiva e de assessoramento, que lhe sejam atribuídas pelo Conselho. O Secretário-Executivo do Conselho Curador, designado pelo Ministro do Trabalho, é o responsável por presidir as reuniões do GAP.

Para a Coordenação-Geral do FGTS, exercer o papel de Secretaria-Executiva do Conselho Curador do FGTS, um dos principais Fundos da América Latina, é contribuir com a gestão de recursos que formam uma reserva financeira a ser utilizada em momentos importantes na vida dos trabalhadores, além de ser responsável pelo crescimento e desenvolvimento do nosso País, gerando empregos, realizando o sonho de adquirir um imóvel, colaborando para a saúde, por meio de aplicações nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

“Fundamental para a atuação do Conselho, a Secretaria Executiva, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças e todos aqueles que integraram a equipe, com dedicação e responsabilidade, contribuíram sobremaneira para o crescimento do Fundo.”

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão vinculado administrativamente ao Ministério da Fazenda e juridicamente à Advocacia-Geral da União, tem como missão assegurar recursos para as políticas públicas, no exercício de função essencial à justiça, recuperando e defendendo o crédito público, primando pela justiça fiscal e garantindo o cumprimento da ordem jurídica em prol da sociedade.

A Instituição possui competências firmadas na carta constitucional, no capítulo das Funções Essenciais à Justiça, que em seu artigo 131 prescreve:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Como órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União-AGU, as atribuições da PGFN estão previstas, consoante mandamento constitucional, pela Lei Complementar

nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dentre as quais, em razão da pertinência, destacam-se as seguintes alíneas do seu art. 12:

- a) apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial;
- b) representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário;
- d) representar a União nas causas de natureza fiscal.

Nesse sentido, a PGFN representa a União, extrajudicial e judicialmente, no que tange à exigência de recuperação dos seus créditos, realizando atividades de cobrança posteriores ao ato de inscrição em dívida ativa.

Dentre as diversas atribuições legalmente conferidas à PGFN, uma assume relevo em decorrência de sua elevada importância social: a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a representação judicial e extrajudicial do FGTS para a correspondente cobrança, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.844/94.

Até então essa nobre missão coube a outras instituições e órgãos da Administração Federal.

Assim, a partir de 1994, o legislador pátrio instituiu nova regra no ordenamento jurídico ao conferir que a inscrição em Dívida Ativa das contribuições devidas ao FGTS com previsão na Lei 8.036/1990 é atribuição exclusiva da PGFN, sendo, portanto, indelegável. Atualmente, a Caixa Econômica (CAIXA) promove a operacionalização das inscrições em Dívida Ativa do FGTS e da CS da LC nº 110/2001, conforme critérios estabelecidos pela PGFN.

A Lei nº 8.844/94 permite que a atividade de representar judicial e extrajudicialmente o FGTS na cobrança de seus créditos, incluindo a contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação, seja delegada à CAIXA mediante a celebração de convênio.

Atualmente vigora o Convênio PGFN/CAIXA nº 1/2014, firmado em 30/12/2014, que autoriza o auxílio da CAIXA na cobrança extrajudicial das contribuições devidas ao FGTS e das contribuições sociais instituídas pela lei complementar nº 110/2001, e delega em parte a cobrança judicial das contribuições previstas pela lei nº 8.036/1990.

Nas ações em que se discute as contribuições sociais instituídas pela LC nº 110/01, a representação judicial será exclusivamente da PGFN, ante a natureza tributária da exação.

À PGFN compete a cobrança judicial e extrajudicial de créditos relativos a mais de 7 milhões de trabalhadores, em um montante de R\$ 8 bilhões, conforme dados apurados em 2016.

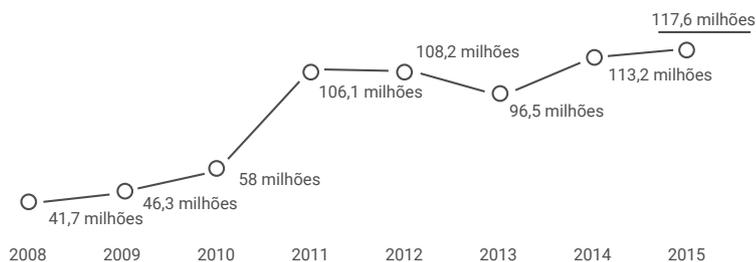
O procurador Walter Moreira Júnior ressalta que o débito causa danos não aos cofres públicos, mas sim aos trabalhadores. “O dano é ao trabalhador, que não poderá contar com estes valores caso as hipóteses de saque previstas em lei ocorram”, explica.

A partir da identificação do número de trabalhadores abrangidos, a PGFN desenvolverá estratégias e concentrará esforços para aprimorar a cobrança dos processos que envolvam maior número de trabalhadores a serem beneficiados com a recuperação de créditos não pagos ao FGTS.

Em 2015, a recuperação de créditos destinados ao FGTS pela PGFN superou a marca de R\$ 117 milhões, novo recorde da instituição. Esse êxito se deve, em larga medida, ao dedicado trabalho das unidades.

Vale ressaltar que a PGFN tem aumentado o valor de recuperação de crédito do FGTS de forma constante e crescente nos últimos anos. Como se verifica do quadro abaixo, a variação entre 2008 e 2015 foi superior a 180%.

EVOLUÇÃO DA RECUPERAÇÃO VALOR CONSOLIDADO (R\$)



| x | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Variação de x até 2015 (R\$) | 75.858.816,56 | 71.266.875,56 | 59.592.653,56 | 11.520.548,55 | 9.334.515,56 | 21.090.425,54 | 4.401.406,65 |
| Variação de x até 2015 (%) | 151,63% | 153,73% | 102,69% | 10,85% | 8,61% | 21,54% | 3,58% |

A PFN/MG, por exemplo, recuperou R\$ 7,7 milhões. Parte deste valor é referente ao recolhimento de um único devedor, cerca de R\$ 2,2 milhões. A Procuradora responsável por este caso, Dra. Yohana Cola Valle de Oliveira, afirma que a Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais (PFN/MG) atuou proativamente para buscar uma solução para a dívida:

“A PFN/MG reuniu-se com representantes da entidade, com o propósito de superar óbices ao ingresso de débitos na moratória”, informa. “Entre outras orientações, enfatizou-se a inafastável necessidade de manutenção da regularidade fiscal dos débitos correntes”, completa.

A PSFN/Bauru, no interior de São Paulo, recuperou por sua vez, uma quantia de cerca de R\$ 1,1 milhão, valor 27% superior aos números de 2014. O procurador Dr. Ricardo Garbulho Cardoso assegurou que houve diversas etapas para que a unidade obtivesse êxito na recuperação do FGTS. Cardoso afirmou que realizou pedidos judiciais de penhora de bens e de ativos financeiros titularizados pelos devedores. “Com a análise dos créditos e da situação processual, solicitamos a carga dos processos que não estavam atingidos pela prescrição”, conclui.

Outra unidade que obteve relevante êxito na recuperação de créditos em 2015 foi a PSFN/Londrina, no interior do Paraná, totalizando mais R\$ 1 milhão. O número é 50% maior se comparado a 2014. Um dos principais destaques de recuperação foi a relativa a um devedor incluído no acompanhamento especial de Grandes Devedores até setembro de 2015, facilitando a recuperação.

“O trabalho realizado pelo núcleo de GD [Grandes Devedores] consistiu na penhora de vários imóveis rurais e de precatórios com valores expressivos”, explica. Portelinha destacou a colaboração de ente público: “Houve também implementação de medidas administrativas e judiciais, juntamente com o Inbra, para adjudicação de imóveis rurais”, completa.

Além das unidades acima destacadas, algumas unidades regionais da Procuradoria também obtiveram resultados expressivos, como são os casos da 4ª (sede em Porto Alegre/RS) e da 5ª (sede em Recife/PE) Regiões, com cerca de R\$ 2,2 milhões e R\$ 5 milhões, respectivamente, um aumento médio de R\$ 1 milhão em cada uma, em relação a 2014. A PFN/PR também obteve resultado bastante expressivo, passando de R\$ 1,3 milhão, em 2014, para R\$ 3,3 milhões, em 2015, representando cerca de 64% de aumento.

Ainda não é possível a obtenção do registro total de trabalhadores beneficiados a partir dos esforços evidenciados pela Instituição. Todavia, em alguns casos, essa apuração já foi realizada evidenciando o caráter social impregnado nessa relevante atribuição da instituição e de seus membros.

Destacam-se, por exemplo, a recuperação de quase R\$ 816 mil de uma única inscrição de crédito de FGTS de devedor no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, relativo até a 11,7 mil trabalhadores. Ainda no Estado do Rio, mais de R\$ 500 mil em FGTS foram recuperados pela PGFN para beneficiar 3 mil trabalhadores, a partir da cobrança de uma inscrição em dívida ativa de uma instituição de ensino superior.

Já em Alagoas, a PGFN obteve o recolhimento de FGTS para mais de 1,8 mil trabalhadores no Município de Teotônio Vilela. No Ceará, até 2,2 mil trabalhadores no Município de Tianguá também tiveram recursos fundiários depositados a partir das atividades de recuperação de créditos de FGTS empreendidas dos Procuradores e Procuradoras da Fazenda Nacional.

O Procurador Guilherme Lazarotti afirma que “a expressão numérica da quantidade de pessoas a serem beneficiadas em cada ato da PGFN elevará ainda mais o entendimento público acerca de sua abrangência social e relevância para o país, acentuando sua missão constitucional de função essencial à Justiça enquanto órgão da Advocacia-Geral da União”.

Por fim, o Procurador Everaldo Passos considera que “a PGFN tem com o FGTS uma oportunidade única de aproximação com a sociedade. Trata-se do único crédito cobrado pela Procuradoria cujo destino direto é a conta do trabalhador”.

50 anos: hora de comemorar e de preparar o Fundo para as próximas cinco décadas de crescimento. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e regulamentado pelo Decreto nº 59.820, de 20 de dezembro de 1966, entrando em vigor em 1967. O FGTS foi concebido como um regime alternativo ao estatuto da estabilidade no emprego, assegurado pela Constituição de 1946 e regulamentado na CLT. Segundo o estatuto da estabilidade no emprego, o trabalhador com carteira assinada ganhava estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho na mesma empresa, sendo necessária uma indenização equivalente a 1 salário por ano de trabalho em caso de demissão. Para evitar que o empregado adquirisse esse direito, as empresas, em geral, demitiam os funcionários antes de completarem o décimo ano consecutivo de trabalho.

Desde seu início, a empresa cujo empregado tenha optado pelo novo regime instituído pelo FGTS passou a recolher mensalmente uma contribuição no valor de 8% sobre o salário. Ao final de 12 meses, cada empregado teria depositado em seu nome aproximadamente 1 salário por ano de trabalho. Os

valores depositados no fundo poderiam ser sacados em caso de demissão sem justa causa, o que garantia aos trabalhadores, independentemente do tempo de serviço na empresa, uma indenização justa.

Originalmente, os recursos do FGTS foram destinados aos empréstimos cedidos pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) para a construção ou aquisição de moradia. Os depósitos das famílias no FGTS também serviam de poupança prévia para a compra da casa própria do trabalhador. Posteriormente, o FGTS passou a financiar investimentos na área de saneamento no âmbito do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), o qual também tinha o BNH como órgão central.

Desde sua criação, o FGTS foi responsável por uma parcela considerável dos imóveis construídos no Brasil. Entre 1968 e 2016, o FGTS financiou a aquisição de mais de 8,3 milhões de moradias novas no país, o que equivaleu a aproximadamente 17% das habitações construídas no país desde o surgimento do fundo.

Sem dúvida, os investimentos financiados pelo FGTS foram

imprescindíveis. Na área de habitação, o FGTS investiu mais de R\$ 410 bilhões de reais na construção de moradias desde 1966 e, na área de saneamento, os investimentos realizados superaram R\$ 110 bilhões nesse período.

Após esses 50 anos, o fundo se consolidou e é hora de pensar em sua modernização com vistas a um crescimento ainda maior. Embora a expansão de seus ativos tenha sido persistente e sustentada ao longo dessas décadas, as transformações no mundo do trabalho alteraram sobremaneira a capacidade de acumulação do FGTS.

O aumento da rotatividade no trabalho, principalmente para os empregados com baixa remuneração, concentrou os saldos remanescentes em contas de profissionais de nível médio. Os trabalhadores de baixa qualificação e aqueles que atuam em atividades com ciclos produtivos reativamente pequenos acabam sua carreira profissional com saldos zerados, ou seja, sem poupança no FGTS. Isso não só cria problemas de liquidez financeira para os trabalhadores aposentados, como reduz a capacidade do FGTS de financiar a habitação e saneamento.

Além disso, outros problemas surgiram nos últimos anos. A remuneração dos cotistas não acompanhou a inflação, incorrendo em perdas patrimoniais para o trabalhador. Outros segmentos, que não a habitação e o saneamento, passaram a disputar recursos do FGTS para financiamento de projetos. A governança concentrou no Estado o poder decisório.

Por esses motivos, a Confederação Nacional dos Serviços tem defendido proposta que tragam maior capacidade de crescimento para o fundo. Entre essas propostas, destaca-se a ideia de tornar parte dos saldos dos trabalhadores mais líquida, possibilitando o saque de 50% dos depósitos acumulados a cada ano, independentemente da demissão, ao mesmo tempo em que se reservam para a aposentadoria os outros 50% dos depósitos. Essa proposta permitiria elevar a capacidade de financiamento do FGTS e traria maior segurança para os trabalhadores, principalmente os de menores salários. Com isso a economia brasileira teria condições de crescer mais e haveria uma melhor distribuição da renda no futuro.

Além de aprimorar a forma de saque do fundo, a CNS defende a melhoria da remuneração dos cotistas, com redução dos custos administrativos do fundo de forma a não aumentar o custo de empréstimos. Propõe-se, também, que sejam novamente restritos os empréstimos as áreas de desenvolvimento urbano – moradia, saneamento e mobilidade urbana – deixando o fundo de financiar projetos de investimento em infraestrutura que podem obter recursos em outras fontes de financiamento, como o BNDES. Por fim, propõe-se que a governança seja compartilhada entre governo, trabalhadores e setor empresarial de forma equitativa, sem que haja predomínio do governo nas decisões do FGTS.

Essas reformas não só irão garantir os próximos 50 anos do FGTS, que é o maior fundo de investimentos privado do país, como darão maior eficiência e transparência às suas decisões, contribuindo, assim, para a aceleração do desenvolvimento nacional.

Luigi Nese

Presidente da Confederação Nacional de Serviços



“Ao longo de 50 anos de existência, o Fundo de Garantia do Trabalhador – FGTS vem cumprindo com o seu objetivo de dar uma maior segurança ao trabalhador. Mas os tempos mudaram e as necessidades do FGTS em estar ao lado da população também. Graças ao fundo milhões de brasileiros já compraram sua casa própria e outros milhões farão o mesmo. Mas o que pouca gente sabe, é que os recursos do FGTS também são utilizados em outros setores que ajudam no desenvolvimento do Brasil. E é também neste momento que a Confederação Nacional do Transporte – CNT, tem um papel importante na condição de membro do Conselho Curador do FGTS e da bancada dos empregadores. A CNT esteve à frente na aprovação de recursos que foram utilizados em projetos como o Pró-Transporte, que tem como objetivo propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos, bem como conferir maior alcance social às aplicações do FGTS.

Com a presença ativa no Conselho Curador, a CNT está sempre ao lado das propostas para o desenvolvimento do país, de sua economia e da população.

Que nos próximos 50 anos, o FGTS continue com esses e novos objetivos austeros na melhoria de vida da população e do Brasil, são os votos da Confederação Nacional do Transporte”.

“Que nos próximos 50 anos, o FGTS continue com esses e novos objetivos austeros na melhoria de vida da população e do Brasil, são os votos da Confederação Nacional do Transporte”.

CAPÍTULO — 5



BIOGRAFIAS

BIOGRAFIAS

Uma das ações visando a comemoração dos 50 anos do FGTS, foi a edição deste livro de Biografias.

A Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS informou, via mensagem eletrônica no dia 24/05/2016, que o Agente Operador iniciou processo de organização/elaboração de livro em comemoração ao jubileu de ouro do FGTS, sendo solicitada indicação até 5 pessoas de cada Instituição que participa no CCFGTS, que tiveram atuação relevante no Conselho Curador ou no âmbito do GAP, para contribuições com depoimento ao referenciado livro.

O envio do material, acompanhado de uma foto que foi recepcionado até o dia 30/09/2016, encontra-se nas próximas páginas.

Os materiais recebidos após esta data comporão o segundo volume desta Biografia, a ser escrita por várias mãos.

Boa leitura.



Eu, Tania Mara Coelho de Almeida Costa, Auditora Fiscal do Trabalho, admitida em 22 de dezembro de 1981, na cidade de Cuiabá – MT, por meio de concurso público realizado para cinco (cinco) vagas naquele estado.

Na época, a responsabilidade de fiscalização do FGTS estava a cargo dos auditores fiscais da previdência social cujo objetivo era o de recuperar os créditos do FGTS, com lavratura de NDFGs – Notificações de Débito do FGTS.

No ano de 1995, os auditores fiscais da Previdência Social não estavam mais com a responsabilidade de recuperar os créditos do FGTS e essa responsabilidade passou às mãos dos fiscais do trabalho deste Ministério (nomenclatura da época). Hoje estou em trabalho interno, desde 1994, mas não deixo de solucionar os problemas trabalhistas tanto de registro de empregado quanto de recuperação de créditos de FGTS e, por tabela também recuperação de créditos do INSS, responsabilidade dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Desde o ano de 1997, presto serviços como servidora pública, para o Ministério das Relações Exteriores – MRE por meio da

Coordenação Geral de Privilégios e Imunidades – CGPI para as Embaixadas e Organismos internacionais.

Qualquer problema trabalhista que seja demandado por empregados de Embaixadas e Organismos Internacionais, o Coordenador Geral de Privilégios e Imunidades me repassa a notícia dos problemas apresentados pelos trabalhadores contratados localmente, ou a notícia é dada, por intermédio do SINDNAÇÕES – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que laboram para Estado Estrangeiro ou para membros de Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil.

Como as Embaixadas e Organismos Internacionais tem Imunidade de Jurisdição e de Execução, e não podem ser fiscalizadas, faço um trabalho com eles com o fito de esclarecer gentilmente o que é necessário fazer para cumprir as leis locais com os empregados contratados localmente.

Com isto já recuperei valores bastante altos como a Embaixada da Tailândia com seis (seis) empregados, apenas de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi recolhido o valor de R\$ 604.567,19.

Para a Embaixada da Malásia foi recolhido o valor de R\$ 356.651,22. E para a Embaixada da Costa do Marfim, ainda em execução o valor total de R\$ 999.000,00 só de FGTS. E recolhem 15 anos de INSS para permitir que o trabalhador aposente.

A Coordenação Geral de Privilégios e Imunidades me indicou para ser admitida na Ordem do Rio Branco, no Grau de Comendadora, por meio do Decreto Presidencial de 05/05 de 2009.

Respeitosamente,

Tania Mara Coelho de Almeida Costa.
13/06/2016

“Como as Embaixadas e Organismos Internacionais tem Imunidade de Jurisdição e de Execução, e não podem ser fiscalizadas, faço um trabalho com eles com o fito de esclarecer gentilmente o que é necessário fazer para cumprir as leis locais com os empregados contratados localmente.”

Sempre que sou demandado a falar sobre o FGTS procuro demonstrar o seu significado, falo sobre a sua história, alguns grandes números e o que ele representa para o trabalhador, enquanto patrimônio e de sua importância para o Brasil, enquanto indutor do desenvolvimento via aplicação em políticas públicas.

Respeitando a história do FGTS, desde sua criação em 1966, quero focar meus comentários no período que participei mais ativamente, enquanto Gerente de Filial do FGTS. Exercendo essa função há mais de 20 anos e passando por essa experiência em quatro estados diferentes (Alagoas, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), pude vivenciar desde um simples saque de conta inativa, muitas vezes esquecido pelo trabalhador e que naquele momento tornava-se o meio de sobrevivência dele e de sua família, a situações de demissões coletivas em empresas e/ou segmentos da economia, com afetação de milhares de empregos, mas também, e principalmente, pude acompanhar a realização do sonho da casa própria de muitos trabalhadores, via aquisição à vista, utilização do FGTS para entrada de um financiamento ou para abatimento das prestações.

Também pude presenciar, ao longo desses anos, os resultados dos recursos orçamentários alocados para programas de

habitação, saneamento e infraestrutura. Um dos mais marcantes e mais recentes foi o Projeto Integrado Socioambiental de Porto Alegre, com montantes relevantes e proporcionando o tratamento de quase 80% do esgoto da cidade que antes era de aproximadamente 20%.

Um patrimônio da magnitude do FGTS e de tamanha relevância para implementação de políticas públicas é precedido de boas práticas de gestão, sustentadas por um sólido sistema de governança, pela transparência nas decisões, identificação e tratamento dos riscos, de estratégias bem formuladas, implementadas e acompanhadas por todas as partes interessadas.

A CAIXA, enquanto Agente Operador tem conquistado este reconhecimento junto aos órgãos de controle e junto à sociedade brasileira, com a prestação de contas adequada, modernização de sistemas, simplificação na operação, desburocratização, além da transparência das informações para todas as partes interessadas, via diversos canais e serviços disponíveis. Essa posição vem se consolidando ao longo do tempo, juntamente com a superação de grandes desafios, a partir da centralização de todas as contas, no início da década de 1990, seguido pelo pagamento das contas inativas, os planos econômicos da Lei Complementar

110/2001, dentre tantas outras situações, como a dos saques por calamidade, por exemplo. Esses desafios foram superados com a implementação de grande esforço operacional e de tecnologia e, também, pelo grande espírito de comprometimento, superação e competência das equipes envolvidas, fato que distingue os profissionais da CAIXA pela sua identificação, conduta ética e envolvimento no exercício de sua missão.

Ressalto, também, o quanto foi, e está sendo, importante a construção de parcerias institucionais, em todas as esferas de relacionamento, cuja atuação em rede proporcionou o alinhamento das estratégias e a contribuição para a melhor gestão do negócio FGTS, para o exercício de sua finalidade.

Também é importante destacar a inserção da Gestão do FGTS, num movimento iniciado em 2005, com foco na busca da excelência na gestão, utilizando-se de metodologias de avaliação da gestão PQGF/FNQ. O projeto “A Excelência do FGTS” implementado naquela data, buscava, internamente, fazer um grande diagnóstico, para realizar uma gestão mais efetiva de melhoria no atendimento aos clientes. Em 2006 tive a oportunidade de participar da experiência de uma avaliação e diagnóstico de gestão organizacional, quando a

Superintendência Nacional submeteu-se à avaliação do Programa de Qualidade do Governo Federal e em seguida com o modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, sendo a Filial do Rio de Janeiro, à época sob minha gestão, a pioneira na adoção da metodologia, com participação junto ao Programa Qualidade Rio – PQRio, por três anos consecutivos.

Contando com o apoio da Superintendência Nacional, dei sequência a esse trabalho nas filiais de Florianópolis/SC, com o a implementação do processo de autoavaliação e por fim, na Filial Porto Alegre/RS, com a participação e reconhecimento no Prêmio Gaúcho de Qualidade e produtividade – PGQP, em 2012 e 2014.

Contamos, a partir de 2007, com a adesão ao modelo das demais Filiais do FGTS, realizando auto-avaliações e submetendo-se às avaliações externas, com reconhecimentos de suas práticas de gestão através dos prêmios regionais relacionados aos programas de qualidade, Gestão de RH e ISO.

Esse envolvimento e sedimentação de práticas de gestão mundialmente reconhecidas, na busca da excelência da gestão, vão

muito além de uma diretriz e passam a fazer parte da cultura de nossa organização, envolvendo também nossa rede de parceiros.

O movimento rumo à excelência da gestão do FGTS fortalece cada vez mais o nosso papel de Agente Operador, gerando a confiança necessária de nossos controladores, Governo e Sociedade, em especial por toda a geração de valor a esse patrimônio que é do trabalhador e que há 50 anos vem participando do desenvolvimento do Brasil e promovendo a cidadania.

Leo Eraldo Paludo
Gerente de Filial
Gerencia do Fundo de Garantia Porto Alegre/RS

“Um patrimônio da magnitude do FGTS e de tamanha relevância para implementação de políticas públicas é precedido de boas práticas de gestão, sustentadas por um sólido sistema de governança, pela transparência nas decisões, identificação e tratamento dos riscos, de estratégias bem formuladas, implementadas e acompanhadas por todas as partes interessadas.”

OS PLANOS ECONÔMICOS

Durante o Governo José Sarney, com o então Ministro da Fazenda Mailson Ferreira da Nobrega e em resposta ao processo inflacionário que ganhou impulso nos anos 80, foi lançado, em 16 de janeiro de 1989, o Plano Verão.

A exemplo dos planos de combate a inflação anteriores, notadamente os Planos Cruzados um e dois e o Plano Bresser, o Plano Verão trazia em seu bojo congelamento de preços e expurgo da inflação recente.

Neste Plano as perdas dos rendimentos das Contas Vinculadas do FGTS, chegaram a 16,64%.

O plano não obteve sucesso, ocorrendo o retorno da inflação e restabelecimento dos mecanismos de correção monetária.

Em nova tentativa de combate à inflação, em 16 de março de 1990, desta vez durante o Governo Fernando Collor de Mello, foi criado o Plano Collor. Na visão deste Plano, a inflação deveria ser contida com a limitação brusca dos recursos monetários em circulação na economia, ocorrendo bloqueio da moeda em

circulação e correção pela inflação prevista para o mês seguinte. Novamente ocorreram perdas sobre as contas do FGTS, desta feita de 44,80%.

COMO ACONTECEU NAS UNIDADES REGIONAIS DO AGENTE OPERADOR DO FGTS

Como consequência dos Planos de Estabilização Monetária, mais especificamente dos Planos Verão e Collor, nos anos noventa, surgiram questionamentos por parte de Contadores e Advogados acerca dos fatores de correção e método de cálculo das contas do FGTS.

Em 1992 começaram a se avolumar na Justiça as primeiras ações reivindicando as correções dos expurgos inflacionários não só dos Planos Verão e Collor, como também dos Planos Cruzado e Bresser.

Contadores e Advogados arregimentavam trabalhadores para entrar com ações nas Capitais e no interior, por vezes anunciando a possibilidade de ganho por meio de folhetos, cartazes e até por carros de som que circulavam as ruas, principalmente no interior dos estados, prática que depois veio a ser proibida pelo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Infelizmente a seleção dos trabalhadores que entravam com as ações não obedecia nenhum critério, ou seja, até trabalhadores que não possuíam saldo no período em questão, entravam na Justiça, iludidos com a expectativa de obterem ganhos.

Tal fato ensejou grande volume de ações em todo o país, inclusive com ações coletivas em alguns estados. Tamanha era a quantidade de autores nas ações que a Justiça Federal estabeleceu limitador por processo, visando maior celeridade e objetividade das partes.

Pelos idos de 1997 as unidades regionais do FGTS começaram a receber os primeiros julgados dos processos de correção das contas, ainda que, de forma incipiente. Tais ações eram tratadas pelas Coordenações responsáveis pela Gestão das Contas Vinculadas, por envolver extratos e valores depositados nas contas.

Inexistia, todavia, procedimento operacional e técnico padrão para tratamento desta nova demanda. O ineditismo da matéria trazia desconhecimento sobre o teor, forma de tratamento e cumprimento dos julgados para todos os envolvidos em seu trâmite, ou seja, não era apenas novidade para as regionais do

FGTS e Jurídico da CAIXA, mas também para a Contadoria, Poder Judiciário e até para os procuradores dos autores.

Passou-se então a busca por alternativas para trabalhar a situação e dar cumprimento ao julgado, uma vez que os Planos Econômicos ocorreram, na grande maioria, antes da migração das contas vinculadas para a CAIXA, sendo que as filiais só detinham, portanto, pequena parte das informações.

Assim, caso o trabalhador juntasse o extrato da época dos Planos questionados, obtido no Banco Depositário anterior à migração, era viável a continuidade do processo. Por outro lado, quando não se tinha o extrato do período, as regionais do FGTS espalhadas pelos estados, não conseguiam realizar os cálculos e nem prosseguir com o atendimento da demanda.

Outro grande dificultador existente no período é que não havia uniformidade nas sentenças judiciais, nem em relação aos Planos Econômicos devidos, nem qual deveria ser o índice de correção e tão pouco qual a metodologia de cálculo no que tange ao período, multa e juros de mora, pois até setembro de 2000 não havia decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nem do Supremo Tribunal de Justiça – STJ que trouxesse uniformização às decisões das instâncias inferiores.

Nas Varas Federais do Paraná existia grande volume de processos e essas ações começaram a chegar em grandes quantidades para a defesa do Jurídico da CAIXA no segundo semestre de 1999. Naquele ano, em visita institucional ao Jurídico para tratar do assunto, o gerente da regional do FGTS no estado e o coordenador responsável pela gestão do cadastro das contas do FGTS se defrontaram com mais de 16 mil dossiês de ações reivindicando as correções das contas do FGTS, recentemente recebidos pelo departamento Jurídico da CAIXA em Curitiba/PR. Para se ter uma ideia do volume de papel que isso representava, as pilhas dos processos ocupavam totalmente duas garagens de automóvel que chegavam até o teto.

Naquela época o Agente Operador do FGTS necessitou desenvolver as competências necessárias, disseminá-las e capacitar as pessoas para o atendimento da demanda, dando origem a três frentes distintas para enfrentamento do problema:

A estratégia iniciou pela construção de normas e procedimentos internos para dar conformidade aos atendimentos, sendo esta etapa desenvolvida na Superintendência Nacional do FGTS na Matriz da CAIXA, com participação efetiva de suas regionais. Tal ação foi realizada em parceria com a área do Contencioso do

Departamento Jurídico, alinhando os aspectos técnicos e jurídicos envolvidos. O trabalho culminou com a criação do Manual Normativo específico para a matéria.

A segunda frente visava o desenvolvimento de soluções tecnológicas que viabilizassem o controle e atendimento à demanda, ressaltando que no mesmo período estava em curso, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento de recurso que versava sobre os Planos Econômicos do FGTS, analisando o que era devido dos expurgos inflacionários, portanto, as soluções tecnológicas que estavam sendo construídas deveriam ser dotadas de flexibilidade para possibilitar o enfrentamento de questões ainda não plenamente definidas.

A terceira frente deu-se no âmbito institucional. Como o tempo para cumprimento do julgado era insuficiente para atendimento adequado e inviabilizava a construção de soluções adequadas, foi realizada visita a todas as Varas Federais do estado do PR com a presença de inúmeros procuradores, dando ciência aos magistrados e advogados do volume extraordinário de trabalho recebidos da Justiça Federal no estado, da particularidade e dificuldade no cumprimento das sentenças, da disposição em atender, cumprindo rigorosa e

corretamente os julgados, mitigando riscos, em especialmente evitando pagamentos em duplicidade, haja vista que foi demonstrado os inúmeros autores que entraram com a ação em mais de uma Vara Federal e em mais de um estado da Federação, além da necessidade do Agente Operador do FGTS estruturar-se com recursos humanos e tecnológicos para esses atendimentos.

Assim, com muita transparência, no estado do PR, foi aceita por magistrados e procuradores, moratória de 180 dias, viabilizando o correto atendimento da grande demanda acumulada.

No curso das três principais frentes outras ações também foram desenvolvidas, tais como a aproximação com o Núcleo de Contadoria da Justiça Federal para equalização das metodologias de cálculo, evitando divergências quanto aos índices utilizados, período de apuração e formas de correção; com grandes escritórios de advocacia buscando melhoria na qualificação dos autores, eliminação de falhas na juntada de documentos, imprescindíveis para o cumprimento do julgado e melhoria da qualidade dos documentos apresentados, além de outras iniciativas pontuais.

O MAIOR ACORDO DO MUNDO X AÇÕES JUDICIAIS DE PLANOS ECONÔMICOS FGTS

O julgamento do Recurso Especial RE nº 226.855-7-RS, pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, foi publicado Diário da Justiça da União em 13/10/2000 reconhecendo os Planos Verão e Collor I.

Em 13/06/2001, o Supremo Tribunal de Justiça publicou a súmula 252 STJ estabelecendo os percentuais devidos a cada plano econômico, uniformizando as decisões das instâncias inferiores.

Em setembro de 2000 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela validade do questionamento da correção dos Planos Verão e Collor I nas contas com saldo existentes entre dezembro de 1988 a abril de 1990 e o Supremo Tribunal de Justiça – STJ determinou a reposição para o primeiro referente JAN/1989 – naquela época o rendimento era trimestral, composto pelos meses de DEZ/1988, JAN/1989 e FEV/1989 – e, para o segundo, relativo a ABR/1990. Essas decisões culminaram no “Maior Acordo do Mundo”, capitaneado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e viabilizado pela Lei Complementar – LC 110/2001.

Esse acordo envolveu empregadores, trabalhadores e o próprio governo federal, buscando uma solução desburocratizada e ágil para as perdas anteriores na correção das contas vinculadas do FGTS e que alcançasse todos os trabalhadores à época. A LC 110/2001 deu origem à Contribuição Social de 0,5% no recolhimento mensal do FGTS e 10% sobre o saldo rescisório, no caso das demissões. Os trabalhadores passaram ter a possibilidade de acordo administrativo com deságio dos valores a receber. O

deságio era variável e dependia do valor que o trabalhador tinha a receber, quanto maior o valor, maior era o deságio. Assim, a medida deu origem aos Créditos Complementares, que foram atualizações monetárias creditadas pela CAIXA aos trabalhadores que possuíam contas vinculadas do FGTS durante a vigência dos planos Verão e Collor e que fizessem adesão ao acordo proposto pelo governo.

Enorme logística foi necessária para viabilizar essa operação, envolvendo fornecedores de papel, gráficas, transportadoras, correios, toda rede de lotéricas e agências da CAIXA, como também empresas especializadas na digitação, processamento e digitalização de milhões de formulários que foram preenchidos pelos trabalhadores. Além disso, por força de lei, os ex-bancos depositários foram obrigados a repassar à CAIXA, mediante remuneração específica, as imagens dos extratos das contas com saldo à época dos planos consagrados pelo STF, exigindo a digitalização de todo acervo de microfimes. A partir do recebimento dessas imagens pela CAIXA, coube a ela seu controle e gerenciamento, bem beneficiou os trabalhadores que haviam ingressado com ações judiciais, dispensando-os de buscar seus extratos junto ao ex-banco depositário, sendo necessário que apenas comprovasse que possuía vínculo empregatício à época dos Planos Econômicos.

Com estas alterações, toda a rotina de cumprimento judicial precisou ser rapidamente reconstruída, já que o trabalhador poderia optar pela desistência de sua ação mediante adesão ao acordo.

Em 14/08/2014, o Supremo Tribunal de Justiça publicou a súmula 254 STJ estabelecendo que caberia à CAIXA fornecer os extratos FGTS dos trabalhadores, inclusive para fins de exibição em juízo.

Também no transcorrer dos pagamentos, foi editada a Lei 10.555 de 13 de novembro de 2002, que viabilizou pagamentos de valores até R\$ 100,00 (cem reais) sem a necessidade da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo, exigindo novas alterações nos procedimentos operacionais.

Outros dificultadores levaram o Agente Operador do FGTS a seguir se adaptando as mudanças, como o fato de que quando o trabalhador aderiu ao Acordo, desistia da ação. Ainda assim, em situações específicas, houve sentenças que, apesar da comprovação, afastavam a adesão formalizada pelo trabalhador, obrigando à complementação do crédito conforme parâmetros judiciais.

INOVAÇÃO – OPÇÃO DA CAIXA POR AGILIDADE COM SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DEPARTAMENTAL

Diante do grande volume de processos que necessitavam atendimento, a regional do FGTS de Curitiba, por meio do atual gerente da Filial do FGTS Paulo Sartor, apresentou à Gerência Nacional do FGTS, proposta inovadora para desenvolvimento de solução departamental que fosse suficientemente parametrizável e escalável, que seria capaz de absorver as mudanças que poderiam ocorrer ao longo do cumprimento dos julgados e que estivesse preparada para as evoluções tecnológicas que estavam em curso, especialmente a renovação do parque tecnológico da CAIXA.

Com o apoio e patrocínio do gerente nacional, Henrique Santana, foi iniciado o desenvolvimento da aplicação em parceria com a regional do FGTS de Belo Horizonte.

O desenvolvimento do projeto foi precedido de workshop, contando com a participação de pessoas com reconhecido conhecimento na matéria, oriundas de outras unidades, departamentos e atividades, que após apresentação da proposta de solução, suas regras e conceitos, contribuíram com ideias, necessidade e, principalmente, com o compromisso do aprimoramento contínuo, dotando-a de funcionalidades indispensáveis para que a solução alcançasse seu objetivo em todas as regiões do país, permitindo grande flexibilidade para customização e integração com outras soluções e sistemas, com elevado grau de governança, disponibilidade, segurança, conformidade, padronização, performance e adaptabilidade, a exemplo das mudanças no Código de Processo Civil, o surgimento dos Juizados Especiais Federais – JEF e do e-Proc (Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal).

Essa solução, em conjunto com todo o arcabouço tecnológico da CAIXA, trouxe agilidade e precisão no cumprimento dos julgados, atendendo mais de 1,5 milhões de ações judiciais dos planos econômicos do FGTS.

“Com o apoio e patrocínio do gerente nacional, Henrique Santana, foi iniciado o desenvolvimento da aplicação em parceria com a regional do FGTS de Belo Horizonte. Essa solução, em conjunto com todo o arcabouço tecnológico da CAIXA, trouxe agilidade e precisão no cumprimento dos julgados, atendendo mais de 1,5 milhões de ações judiciais dos planos econômicos do FGTS.”

Falar-se do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço exige rememorar que este instituto foi e continua sendo uma das melhores criações da genialidade de um ilustre brasileiro, o economista Roberto Campos (1966), constituindo, de um lado, uma obrigação para o empregador, e, de outro lado, um direito para o empregado, formando, assim, uma verdadeira poupança para socorrer o empregado em momentos especiais, e, na outra ponta, formando um colchão de recursos para investimento no desenvolvimento nacional.

A Caixa Econômica Federal somente veio a ter os seus primeiros contatos com o FGTS em novembro de 1986, quando o governo federal decretou o fechamento do Banco Nacional de Habitação e atribuiu à CAIXA a responsabilidade pela gestão e controle da quase totalidade das operações e funções exercidas pelo extinto BNH.

A partir daí, a CAIXA passou a conduzir e a buscar o controle das operações até então executadas pelo antigo Órgão, o que foi tarefa bastante difícil, porque não se poderia simplesmente assumir essas novas e complexas operações fazendo apenas a anexação de estruturas funcionais vindas do BNH ao organograma da CAIXA.

Exigia-se muito mais do que isto: a CAIXA precisava ter o conhecimento, o domínio e o controle de todas as operações herdadas e agora sob sua responsabilidade.

Com o passar do tempo, a CAIXA despertou-se para um nicho muito disputado à época pelos bancos comerciais, que era a arrecadação, controle e processamento das contas do FGTS, um produto disputado por quase uma centena de bancos.

As funções de banco arrecadador consistiam em manter a conta vinculada do trabalhador, escriturando nela os depósitos feitos pelo empregador, os saques e outros registros, bem como os repasses financeiros e prestação de informações periódicas ao BNH e, depois de 1986, à CAIXA.

A forte concorrência nesse nicho de mercado decorria dos altos ganhos que os bancos tinham ao permanecer com os valores recolhidos dos empregadores por um longo tempo, antes de sua transferência para a CAIXA.

Nessa época, os bancos ficavam com os recursos provenientes dessas arrecadações por aproximadamente noventa dias, e, obviamente, se aproveitavam dessa situação para obter ganhos com a inflação que alcançava índices altíssimos no país.

Foi nesse cenário de competitividade e na busca de ganhos com atuação na área comercial bancária que a CAIXA, no início do ano de 1989, estruturou-se por meio de dez unidades regionais e foi ao mercado negociar com empresas para que passassem a recolher o FGTS de seus empregados junto a ela, no modelo ainda instituído pelo ex-BNH.

A CAIXA nessa ocasião não possuía expertise nesse negócio. Estava ainda engatinhando, dando os seus primeiros passos, não administrava sequer as contas de seus próprios empregados, pois a administração das contas vinculadas dos economiários era feita pelo Banco do Brasil.

Aliás, a primeira empresa a constituir o cadastro de “clientes” do que era chamado à época de “banco arrecadador” foi a própria CAIXA, com o recebimentos das contas de seus empregados que estavam sob administração do Banco do Brasil, passando, naquele momento, a integrar aquela gama de bancos arrecadadores do FGTS, ou seja, no início de 1989 a CAIXA efetivamente entra no mercado arrecadador do Fundo, mesmo que ainda de forma muito incipiente e com muita dificuldade, mas pouco risco, pois se tratava de contas de seus próprios empregados. Não se pode esquecer que, de outro lado, havia um grupo de trabalho constituído por qualificados e comprometidos funcio-

nários da CAIXA que analisavam todas as operações herdadas do BNH, apontando de forma muito objetiva os pontos sensíveis no controle operacional e com muito mais preocupação com os aspectos financeiros, uma vez que a CAIXA passara a ter a função e a responsabilidade de Agente Operador do FGTS e como tal teria que arcar com os ônus dessa gigantesca operação.

É bem verdade que a CAIXA, por ser uma empresa pública e pelos papéis que sempre desempenhou no país, introjetou na consciência de seu corpo funcional e conseguiu que seus colaboradores passassem a ter uma visão preponderante de servidor das camadas menos favorecidas, um executor dos serviços de amparo social do governo social etc.

Foi com essa consciência que aquele grupo de trabalho constatou que não fazia sentido que os bancos arrecadadores do FGTS permanecessem com os recursos dos trabalhadores por quase noventa dias e ganhassem dinheiro sem qualquer contrapartida, ao contrário, defendiam que tais recursos fossem creditados nas contas vinculadas imediatamente ao recolhimento feito pelos empregadores, de modo a beneficiar os trabalhadores, os verdadeiros donos daqueles recursos.

Em decorrência dessa constatação e de sua plausibilidade, veio a primeira providência de ordem legal, depois de mais de vinte anos de criação do FGTS, por meio da Medida Provisória 72, de 20 de junho de 89, adiante convertida em lei 7794, de 10 de julho de 1989, que determinava que o repasse dos bancos à CAIXA passasse agora a ser feito até o último dia de expediente bancário do primeiro decêndio de cada mês e não mais no extenso prazo determinado pela lei de criação do FGTS.

Veja que aquele produto tão cobiçado pelos bancos, com essa medida perderia sua atratividade com essa redução de prazo, porque não mais haveria os altos ganhos financeiros com a sua utilização por longo prazo.

E as mudanças não pararam por aí: poucos meses depois, setembro de 1989, houve a edição da Medida Provisória 90, que foi ainda mais dura em relação ao repasse dos recolhimentos, estabelecendo que os valores recolhidos das empresas deveriam ser transferidos no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Mas a grande novidade estaria por vir no projeto de conversão dessa Medida Provisória, que resultou na Lei 7839, de 12

de outubro de 1989: a centralização das contas vinculadas na CAIXA, ou seja, a CAIXA teria que passar a ter o controle de todas as contas vinculadas dos trabalhadores, espalhadas por quase uma centena de bancos, no prazo de um ano, isto é, até 12 de outubro de 1990.

Ora, a CAIXA, como banco administrador de contas vinculadas, ainda engatinhava, não possuía ainda o know how necessário e enfrentava enormes dificuldades para estruturação de suas unidades regionais, sem contar que as tecnologias de informática utilizadas pela CAIXA ainda eram aquelas herdadas do BNH, mas, por outro lado, acabara de receber a incumbência de trazer todas as contas que estavam em poder dos bancos, no prazo de um ano.

A centralização exigiu a concepção de novas rotinas operacionais e ajustes dos sistemas informatizados, porque além do controle do recolhimento feito em favor do trabalhador, haveria também, para a concretização da transferência, a necessidade de recebimento do cadastro por inteiro do banco e baixadas essas informações nos sistemas da CAIXA, sem que pudesse haver qualquer perda ao trabalhador e com certificação da integridade dessas informações.

Operações dessa magnitude exigem cuidados especiais e foi por isso que a CAIXA investiu grande parte do tempo com estudos e análises, buscando alcançar a mais alta conformidade aos dados recebidos dos bancos, sendo os trabalhos realizados com estreita parceria entre auditores internos e técnicos mais qualificados das áreas de tecnologia e do FGTS.

Ao lado de tarefa sem precedente e numa época desprovida das facilidades atuais na área da informática e as dificuldades de toda ordem, havia resistência de alguns bancos arrecadadores a entregar os cadastros à CAIXA, na esperança de reverter o processo e manter as coisas exatamente como estavam.

Talvez esse seja o ponto alto e mais relevante do que se denominou de migração das contas vinculadas do FGTS, pois o momento político à época era propício à reversão desse processo e houve de fato verdadeiros ataques à CAIXA, sob o argumento de ela não possuía o conhecimento e muito menos os recursos e tecnologias necessários.

A verdade é que havia torcida de alguns bancos para o insucesso da CAIXA, mas a obstinação de muitos colegas e o espírito de

equipe onde não havia disputa por espaços ou por holofotes, ao contrário, estavam todos com uma única missão e mais do que isso, havia o desejo de superar obstáculos e alcançar o êxito da internalização das contas do FGTS na CAIXA.

Fui testemunha de um tempo em que os colegas trabalhavam obstinadamente, dia e noite, fins de semana, superando barreiras, enfrentando as vicissitudes que se apresentam em situações excepcionais como aquela, mas a missão foi cumprida.

Lembro-me que era uma ocasião em que não se dispunha das facilidades atuais da microinformática, das interfaces gráficas atuais, do word, excel ou do PowerPoint, ao contrário, a compra de um terabyte de disco exigia licitação, ao passo que hoje os desktops já saem de fábrica com no mínimo essa configuração. Eram tempos difíceis para certos desafios, mas não era impossível realizá-los.

Muitas das discussões técnicas que buscavam a evolução dos processos esbarravam na falta de tecnologia, cujas ideias somente foram possíveis, mais tarde, com o pleno domínio da internet e a sua integração aos processos operacionais.

A despeito de todas as dificuldades, recorde-me que havia internamente certo temor de revogar-se aquele dispositivo de lei que determinava a centralização, mas os estudos caminhavam e havia uma missão a ser cumprida pelos profissionais da CAIXA, quando, depois de muitas reuniões com os bancos, elaborou-se um cronograma de migração em que determinava a rotina de processamento, estabelecendo a data em que os saldos deveriam estar posicionados, bem como a data em que o cadastro deveria ser definitivamente entregue à CAIXA.

A estratégia de migração foi estabelecida levando-se em consideração todo esse quadro de dificuldades e os riscos envolvidos, além da necessidade de convencer o público de que o processo estava caminhando bem, quando então foi feito o escalonamento da migração começando do banco com o menor número de contas e caminhando até chegar àquele com o maior número, ou seja, adotar-se-ia cronograma inversamente proporcional ao número de contas de cada banco.

Foi assim que, logo nos três primeiros meses de migração, a CAIXA já havia internalizado mais de 80% dos bancos, o que,

convenhamos, era um número que tornava o processo praticamente irreversível e constituía matéria positiva para a mídia, conquistando, assim, a opinião pública.

O processo foi muito difícil e houve, inclusive, resistência de uns poucos bancos, que apelaram a várias instâncias políticas, mas sem êxito, tendo a migração do último banco, finalmente, sido concluída em setembro de 1991.

Ultrapassada a fase da migração, confesso que os desafios seguintes foram ainda maiores, porque o colocar a casa em ordem exigiu ainda muito mais trabalho e alguns anos de inteira dedicação para ajustes de cadastro, o que veio a ser muito facilitado pelos avanços trazidos pela informática, sobretudo nos últimos tempos com forte utilização dos recursos da internet.

O certo é que Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na CAIXA foi um avanço para o trabalhador, pois ganhou um aliado na administração de seus recursos e descomplicou sua vida, sem contar que com a centralização o controle financeiro tornou-se eficiente e ainda facilitou o processo de fiscalização e

cobrança dos empregadores, podendo afirmar, depois de tudo isto, que o Brasil ganhou com essa decisão de governo.

Não tenho dúvida de que o sucesso desse trabalho foi consequência da determinação de muitos obstinados empregados da CAIXA, que abraçaram essa missão como questão de honra, mesmo sem ter a real percepção do tamanho do desafio que viria pela frente.

Como ex-economiário, faço constar no meu currículo, com muito orgulho, que tive a oportunidade de ter participado desse projeto e de ter dedicado boa parte da minha vida na busca dessa grande realização em favor dos trabalhadores brasileiros.

“Não tenho dúvida de que o sucesso desse trabalho foi consequência da determinação de muitos obstinados empregados da CAIXA, que abraçaram essa missão como questão de honra, mesmo sem ter a real percepção do tamanho do desafio que viria pela frente.”

SUBSÍDIOS HABITACIONAIS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

O FGTS é uma poupança compulsória do trabalhador, constituída por depósitos efetuados, mensalmente, pelos empregadores em conta vinculada a cada um dos trabalhadores e em montantes equivalentes a 8% do salário mensal do respectivo trabalhador e, em termos anuais, com o acréscimo do 13º salário e dos juros equivale a uma remuneração mensal.

O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13/09/1966, é de natureza privada, sem personalidade jurídica, e surgiu como opção ao regime de estabilidade que os trabalhadores tinham ao completar dez anos de contrato de trabalho com o mesmo empregador, atribuindo obrigação ao empregador de depositar em uma conta vinculada um percentual do valor do salário para a formação de reserva financeira a ser utilizada pelo trabalhador em diversas circunstâncias, conhecidas como modalidades de saques previstas na lei, e as com maior frequência são: por demissão; aposentadoria; e moradia própria.

Os recursos depositados no FGTS são direcionados a fomentar políticas públicas, especialmente em financiamentos habitacionais, saneamento básico e infraestrutura. Os financiamentos habitacionais são concedidos para população de menor renda, atualmente (abril de 2016) com valor máximo de financiamento entre R\$ 63.000,00 a R\$ 202.500,00¹, em função do recorte ter-

¹O FGTS pode conceder financiamentos a pessoas físicas com renda superior ao definido quando se tratar do programa pró cotista.

²Além do subsídio cruzado existiu de 1971 a 1981 um mecanismo de subsídio via imposto de renda, na forma de abatimento do imposto de renda de uma parcela dos juros dos financiamentos (Decreto-Lei nº 1.188, de 1971), o qual beneficiava especialmente os mutuários de maior renda devido à obrigatoriedade de declarar o imposto de renda. Em 1974, o Decreto-Lei nº 1.358 concedeu benefício fiscal à pessoa física mutuatária do SFH, em crédito equivalente a 10% do total dos pagamentos efetuados no ano-base, tendo limites mínimo e máximo e o pagamento era efetuado pela própria instituição financiadora. Além da responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais e da União que monta na ordem de R\$ 28,5 bilhões para 1.850.000 contratos.

ritorial e, para pessoas com renda de até R\$ 6.500,00. Para esse público alvo pode se afirmar que necessita de subsídios diretos ou indiretos para viabilizar o acesso ao financiamento habitacional, com destaque que 93% do déficit habitacional, segundo estimativas da Fundação João Pinheiro, publicada em 2015 é de 93% e incorporando a faixa de até 10 salários mínimos o déficit passa para 98,3%.

Numa retrospectiva histórica observamos que desde a instituição do Sistema Financeiro da Habitação - SFH (Lei nº 4.380, de 1964), parcela significativa dos financiamentos habitacionais foram viabilizados por meio de subsídios às famílias de menor renda, e que foi realizado até final dos anos de 1990, sem a participação direta de recursos do orçamento geral da união. O subsídio ocorria internamente no âmbito do sistema do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, conhecido como subsídio cruzado que vigorou basicamente até 1998. O subsídio cruzado consistia em cobrar taxas de juros diferenciadas e crescentes em função do valor do financiamento. Desse modo, mesmo concedendo parte dos financiamentos com taxas de juros inferiores ao custo de remunerar a fonte de recurso, obtinha-se uma taxa de juros média suficiente para remunerar os recursos e os agentes intermediadores.

Assim, o subsídio cruzado em financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS se dava na forma de redução de taxa de juros para as faixas de menor valor de financiamento

ou de renda, que era compensado pela maior taxa de juros nas operações com maior valor de financiamento³, com crescimentos até mesmo em decimais da taxa de juros em progressões aritméticas, verificadas em determinados períodos, e sintetizadas na tabela a seguir:

| Período de Vigência | Faixa de Financiamento à época ⁴ | Faixa de Financiamento R\$(a) | Taxa de juros |
|-------------------------------------|---|-------------------------------|---------------|
| De 13.09.66 a 25.06.67 | Até 75 SM | | 10% |
| De 26.06.67 a 26.11.68 | Até 500 SM | | 10% |
| De 27.11.68 a 22.10.69 | Até 100 UPC | Até 2.305,00 | 4% |
| | De 100 a 160 UPC | De 2.305,00 a 3.688,00 | 5% |
| | De 350 a 500 UPC | De 8.067,50 a 11.525,00 | 10% |
| De 23.10.69 a 04.10.71 | Até 120 UPC | Até 2.766,00 | 4% |
| | De 120 a 160 UPC | De 2.766,00 a 3.688,00 | 5% |
| | De 280 a 720 UPC | De 6.454,00 a 16.596,00 | 10% |
| De 05.10.71 a 03.03.75 | Até 120 UPC | Até 2.766,00 | 1% |
| | De 240 a 280 UPC | De 5.532,00 a 6.454,00 | 5% |
| | De 600 a 900 UPC | De 13.830,00 a 20.745,00 | 10% |
| De 04.03.75 a 29.07.79 | Até 204 UPC | Até 4.702,20 | 1% |
| | De 438 a 444 UPC | De 10.095,90 a 10.234,00 | 5% |
| | De 1100 a 2250 UPC | De 25.355,00 a 51.862,50 | 10% |
| De 30.07.79 a 31.05.82 | Até 204 UPC | Até 4.702,20 | 1% |
| | De 499 a 514 UPC | De 11.501,95 a 11.847,70 | 5% |
| | De 1500 a 3500 UPC | De 34.575,00 a 80.675,00 | 10% |
| De 01.06.82 a 28.02.86 | Até 306 UPC | Até 7.053,30 | 2% |
| | De 499 a 514 UPC | De 11.501,95 a 11.847,70 | 5% |
| | De 2700 a 5000 UPC | De 62.235,00 a 115.250,00 | 10% |
| De 01.03.86 ⁵ a 23.11.86 | Até Cz\$ 28.532,00 | 20.410,86 | 2% |
| | De Cz\$ 46.520,00 a Cz\$ 47.929,00 | 33.278,88 a 34.286,83 | 5% |
| | De Cz\$ 251.207,00 a Cz\$ 532.000,00 | 179.705,23 a 380.575,32 | 10% |
| De 24.11.86 ⁶ a 08.06.87 | Até 5000 OTN | Até 106.519,77 | 11,3865% |
| De 09.06.87 a 05.01.88 | Até 300 OTN | Até 6.391,19 | 2% |
| | De 600 a 900 OTN | De 12.782,37 a 19.173,36 | 5% |
| | De 1800 a 2500 OTN | De 38.347,12 a 53.259,89 | 10% |

³Essa sistemática se aplicava tanto nas operações com recursos do SBPE quanto do FGTS e de outros fundos geridos pelo então BNH.

⁴Ao longo do tempo foram utilizados diversos indexadores: UPC – Unidade Padrão de Capital, vigorou para enquadramento de operações no período de Ago/64 a 19/05/86; OTN – Obrigação do Tesouro Nacional – passou a ser adotado para os financiamentos habitacionais concedidos no período de 24/11/1986 a 31/01/1989; VRF – Valor de Financiamento, no período de 01/02/89 a 28/02/91; UPF – Unidade Padrão de Financiamento, no período de 01/03/91 a 30/06/94; e em R\$ a partir de 01/07/94.

⁵Em Mar/1986, foi instituído plano econômico, conhecido como plano Cruzado e, dentre diversas alterações houve a mudança da moeda de Cruzeiro (Cr\$ vigente de 15/05/1970

a 27/02/1986, para Cruzado (Cz\$) vigente de 28/02/1986 a 15/01/1989.

⁶Em Nov/1986 o BNH foi extinto (Decreto-lei no 2.291) e coube ao Conselho Monetário Nacional a regulamentar o SFH e, neste sentido, passou a fixar somente a taxa de juros efetiva máxima de 11,3865% aplicável nos financiamentos habitacionais, independentemente da fonte de recursos, se poupança, FGTS ou outros fundos (Res. CMN no 1.221/86).

⁷Os financiamentos a mutuários pessoas físicas, com renda não superior a R\$ 1.430,00 passaram a ter um desconto no valor do financiamento, de modo que a prestação calculada sobre o valor do financiamento efetivo à taxa de 6% se torne equivalente àquela calculada com base no valor máximo de financiamento que obteria considerando à taxa de juros para a faixa de financiamento vigente no período anterior.

| Período de Vigência | Faixa de Financiamento à época ⁴ | Faixa de Financiamento R\$(a) | Taxa de juros |
|-------------------------------------|---|-------------------------------|-----------------|
| De 06.01.88 a 04.03.90 | Até 314 OTN/VRF/UPF | Até 6.689,44 | 0% |
| | De 1.156 a 1.181 OTN/VRF/UPF | De 24.627,37 a 25.159,97 | 5% |
| | De 2.499 a 2.500 OTN/VRF/UPF | De 53.238,58 a 53.259,89 | 8,5% |
| De 05.03.90 a 22.11.94 | Até 328,49 VRF/UPF | Até 6.998,14 | 3,5% |
| | De 748,49 a 778,49 VRF/UPF | De 15.945,80 a 16.584,92 | 5% |
| | De 2.496,49 a 2.500,00 VRF/UPF | De 53.185,11 a 53.259,89 | 8,5% |
| De 22.12.94 a 28.02.95 | Até R\$ 2.939,99 | Até 13.949,04 | 0% |
| | De R\$ 10.800,00 a R\$ 11.039,99 | De 51.241,53 a 52.380,18 | 5% |
| | De R\$ 23.000,00 | De 109.125,48 | 8,5% |
| De 01.03.95 a 02.05.95 | Até R\$ 3.079,99 | Até 14.023,39 | 3,5% |
| | De R\$ 6.400,01 a R\$ 6.719,99 | De 29.139,65 a 30.596,54 | 5% |
| | De R\$ 22.680,00 a R\$ 23.000,00 | De 103.263,49 a 104.720,47 | 8,4% |
| De 03.05.95 a 29.06.98 | Até R\$ 3.079,99 | Até 13.464,57 | 3,5% |
| | De R\$ 7.000,00 a R\$ 7.279,99 | De 30.601,39 a 31.825,40 | 5% |
| | De R\$ 22.680,00 a R\$ 23.000,00 | De 99.148,49 a 100.547,41 | 8,4% |
| De 30.06.98 ⁷ a 30.12.04 | Até R\$ 43.400,00 | Até 141.425,01 | 6% |
| De 01.01.05 a 30.10.12 | Até R\$ 123.500,00 | Até 241.056,14 | 6% ⁸ |
| De 01.11.12 a 29.02.16 | Até R\$ 180.500,00 | Até 236.299,68 | 6% ⁹ |
| A partir de 01/03/16 | Renda Familiar de até R\$ 2.350,00, taxa de 5% e para renda entre R\$ 5.400,00 a 6.500,00, taxa de 8,16%, com redução de 0,5% caso o mutuário seja detentor de conta vinculada ao FGTS há mais de 3 anos. O valor do financiamento está limitado a R\$ 202.500,00, exceto para o programa pro cotista em que o valor do financiamento pode chegar ao limite do SFH de R\$ 750.000,00. | | |

^(a)Os valores de financiamento à época expressos em indicadores de referências foram convertidos para R\$ até abril de 2016, considerando-se o salário mínimo atual, para o referenciados em SM; para os valores expressos em UPC foram convertidos com base na UPC do 2º trimestre de 2016, no valor de R\$ 23,05, divulgada pelo BACEN na forma do comunicado 29.179, de 04/03/2016; para os valores expressos em OTN/VRF/UPF foram convertidos com base na UPF – Unidade Padrão de Referência utilizada no SIAPF no valor de R\$ 21,30395469 e, para os valores expressos em Cz\$ e R\$ foram atualizados pelo INPC do mês de início do período de vigência até abril de 2016, utilizando-se a calculadora do cidadão, disponível no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCULADAO>.

Observa-se na tabela que em termos atualizados, segundo metodologia adotada para conversão dos valores, os limites máximos de financiamento são variáveis no tempo, chegando ao máximo no ano de 1986, no valor de R\$ 380.575,32, na ordem de 88% superior ao limite atual.

O subsídio direto foi instituído pelo FGTS, em 1998, em contrapartida a unificação da taxa de juros de 6% com vistas a padronizar as condições dos contratos de financiamento e facilitar a securitização do crédito imobiliário. Porém para preservar o poder das pessoas obterem um valor de financiamento equivalente à regra anterior com taxa de juros menor do que 6% o subsídio se caracterizava na forma de desconto no valor do financiamento e, assim, equivalia a uma equalização de taxas de juros entre a regra anterior, que possibilitava um financiamento com juros inferior a 6%, e a nova regra, que unificou as taxas de juros para 6%.

O Conselho Curador do FGTS ampliou a finalidade do desconto em 2000 que passara a ser destinados ao pagamento de parte do preço do imóvel e à remuneração do agente financeiro e com isso os subsídios do FGTS tiveram incrementos progressivos: de 1998 a 2004 a média anual foi de R\$ 255.044,00, passando para uma média anual de R\$ 1.786.201,00 nos anos de 2005 a 2009, um crescimento da ordem de 600% se comparado com o período

⁸Neste período a taxa de juros passou a ter uma pequena variação, para operações de financiamento com pessoas físicas com renda familiar mensal bruta limitada a R\$ 2.790,00 e contratadas 24.03.2009 a taxa nominal passou a ser de 5% e, ainda, essa mesma faixa de renda passou a ter dois “subsídios” um destinado ao pagamento de parte do preço do imóvel entre R\$ 1 mil a R\$ 23 mil, dependendo da modalidade e localidade e, outro “subsídio” o outro para reduzir o valor da prestação considerando o diferencial de juros entre operação ativa e passiva do agente financeiro e taxa de administração ambos limitado a R\$ 10.034,60 ou 75% do valor do financiamento.

⁹Neste período a taxa de juros passou a ter uma pequena variação, para operações de financiamento com

pessoas físicas com renda familiar mensal bruta limitada a R\$ 3.275,00 a taxa nominal passou a ser de 5% e, para os financiamentos a titulares de conta vinculada, com no mínimo 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, as taxas de juros são reduzidas em 0,5% e ainda, foram mantidos os subsídios equivalentes ao adotado no período anterior, elevando-se seus valores a até R\$ 25 mil para pagamento de parte do valor do imóvel e a R\$ 16 mil ou 75% do valor do financiamento.

¹⁰A securitização de créditos imobiliários é a operação pela qual tais créditos são expressamente vinculados à emissão de uma série de títulos de crédito, mediante Termo de Securitização de Créditos, lavrado por uma companhia securitizadora, do qual constarão um conjunto de elementos previstos no art. 8º da lei nº 9.514, de 20/11/1997.

anterior e, uma média anual de R\$ 6.750.310,00 no período de 2010 a 2015, montante equivalente a 26,4 vezes superior à média de subsídio concedido nos primeiros 7 anos de vigência desse modelo de concessão de subsídios pelo FGTS, também conhecido de desconto. Este elevado aumento no valor do subsídio se refletiu também no valor médio por financiamento habitacional popular, enquanto em 1998 o valor foi de R\$ 180,00 em 2007 chegou a R\$ 8.261,00 e em 2013 chegou a média de R\$ 29.437,00 por contrato, maior valor até o ano de 2015 para chegar a R\$ 31.477,00 como média no primeiro quadrimestre de 2016.

Como se vê, a história do subsídio habitacional no Brasil vem desde o nascedouro do SFH e foram destinadas a beneficiar as famílias de menor renda - onde está concentrado o déficit habitacional, contudo famílias com renda mais elevada também se beneficiaram substancialmente dos subajustamentos das prestações, em relação ao reajuste da dívida, que resultaram na crescente elevação da dívida e da incapacidade de a prestação quitá-la no prazo do financiamento, e, assim, transferindo parte substancial da dívida do financiamento ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, que para as operações de financiamentos realizadas com recursos do FGTS, a parcela do financiamento transferida ao FCVS, está estimada em R\$ 30 bilhões e alcança na ordem de 2 milhões de contratos de financiamento.

Destaca-se que nestes 50 anos de existência do FGTS foram concedidos na ordem de 9,765 milhões de financiamento habitacional, atendendo a necessidade de moradia para mais de 50 milhões de pessoas, o equivalente a 25% da população atual e, geração de 22,5 milhões de empregos diretos e a maioria dos financiamentos foi concedida com subsídio direto ou cruzado.

O grande desafio dos gestores do FGTS, que inclui o Conselho Curador, o ministério das Cidades e Agente Operador, é estabelecer um nível de subsídio que viabiliza o acesso ao mercado de crédito por parte das famílias, em especial aquelas com menor renda, no limite da capacidade de pagamento admitida e, assim, os atuais níveis de subsídios acabam transferindo recursos às famílias mais do que o necessário para a obtenção da moradia, considerando, inclusive os aspectos de limitação orçamentária e financeira vis-à-vis o enorme número de famílias que necessitam de moradia.

Importante ressaltar que subsídio “equilíbrio” tem relação direta com o prazo de financiamento: quanto maior o prazo de financiamento maior será o valor, quer seja a parcela considerada como sendo o diferencial de juros ou taxa de administração.

Assim, uma maneira de reduzir o montante de subsídio é, respeitada a capacidade de pagamento do mutuário, realizar operações de financiamento no menor prazo possível.

Assim, os subsídios vigentes, a parcela destinada ao pagamento de parte do preço do imóvel, também conhecida como “desconto” e aquela destinada à remuneração do agente financeiro, também conhecida como “equilíbrio” podem ser excessivos e uma pequena redução poderia resultar em maiores benefícios sociais, na medida em que o mesmo montante de recursos poderia incluir milhares de novas famílias ao acesso à moradia.

Jucemar José Imperatori
Superintendente Nacional

CNS - QUE O FGTS SEJA SEMPRE MOTIVO DE COMEMORAÇÃO PARA OS BRASILEIROS

Mais que comemorar a estrutura dos 50 anos do FGTS temos todos que comemorar esses 50 anos de conquista dos trabalhadores.

Tenho orgulho de fazer parte desta estrutura, representando desde 2010, a Confederação Nacional de Serviços (CNS) no Grupo de Apoio Permanente (GAP) do Conselho Curador do FGTS e considerar que, de alguma forma, podemos contribuir e ajudar a zelar pelo bom uso deste patrimônio para que os brasileiros tenham moradia digna, possam se locomover com segurança e se beneficiar com a melhoria das condições de saneamento com obras financiadas pelo dinheiro que é fruto do trabalho do cidadão. Cabe ressaltar que esse fundo é privado e do trabalhador brasileiro.

Nesse desafio, uni minha experiência de mais de 30 anos no setor da construção civil e principalmente, em normalização para contribuir e aperfeiçoar as resoluções do conselho, no que diz respeito à qualidade dos projetos financiados pelo FGTS.

No que tange os financiamentos para habitação, -- principalmente os de interesse social do Minha Casa, Minha Vida --,

o maior objetivo da Confederação Nacional de Serviços é minimizar, ao máximo, os problemas causados pela falta da qualidade, como por exemplo, patologias e a falta de conforto térmico e acústico das moradias. Sugerimos então, que a Resolução 688/2012 contemplasse a aprovação somente de projetos com sistemas construtivos, materiais e componentes certificados para construção de moradias, ou seja, combater o déficit habitacional com qualidade e conforto.

Assim como a melhoria na habitação, os membros do Conselho receberam muito bem as contribuições da CNS à Resolução 787/2015, -- no que diz respeito à mobilidade urbana por BRTs e corredores de ônibus. A partir de então, somente projetos e construção de pavimentos com duração equivalente ao prazo de financiamento serão aprovados, ou seja, os pavimentos devem seguir as normas do DNIT e ABNT para que tenham vida útil de pelo menos 20 anos.

O próximo passo da CNS é ajudar a expandir o saneamento básico por meio de financiamento de projetos competitivos e adequados para pequenas prefeituras, que são maioria no Brasil, incluindo inclusive, gestão de resíduos sólidos. Pois atualmente, apesar de haver verba disponível no FGTS para este fim, muitos financiamentos não são aprovados, -- e em

muitos casos --, sequer requisitados, em função da ausência ou deficiência dos projetos.

A CNS deseja que o FGTS continue fazendo a diferença na vida dos brasileiros e que se aprimore a cada dia, para que venham mais aniversários e seja sempre motivo de comemoração para todos.

Mario William Esper,
Representante da Confederação Nacional de Serviço (CNS) no
Grupo de Apoio Permanente do Conselho Curador do FGTS

“A CNS deseja que o FGTS continue fazendo a diferença na vida dos brasileiros e que se aprimore a cada dia, para que venham mais aniversários e seja sempre motivo de comemoração para todos.”

Irozé Pedro Da Silva, natural de Pedra/PE, servidor público desde 1986, ingressou no Ministério do Trabalho em 1996 no cargo Auditor-Fiscal do Trabalho, seus trabalhos de relevância para o FGTS inicia-se em 2001, quando participou da criação do Sistema Auditor - Sistema Informatizado destinado à Fiscalização do Trabalho, cujo objetivo principal era (é) o levantamento e a notificação do débito do FGTS e da CS (Contribuição Social instituída pela Lei Complementar nº 110/2001) das empresas fiscalizadas.

A partir do ano de 2005, dedicou-se integralmente ao aperfeiçoamento e melhorias do Sistema Auditor, o que proporcionou mais praticidade e efetividade às ações fiscais do FGTS. Contribuindo, desta forma, para a notificação de débito do FGTS de mais de 16 bilhões de reais nos últimos anos e outros mais de recolhimento efetivo em ações fiscais.

No início do ano de 2013, construiu e disponibilizou ao Agente Operador do Fundo de Garantia um sistema informatizado que permite o acesso direto aos dados das notificações de débito do FGTS/CS emitidas pela inspeção do trabalho. O Sistema de Acesso a Notificações de Débito do FGTS (SAND-FGTS) proporcionou ao Agente Operador o acesso mais rápido e seguro aos dados da notificação do débito; possibilitando eliminar, quase que por completo, a intervenção humana da inserção desses

dados nas bases de controle do Agente Operador e contribuindo para alavancar o seu setor de recuperação de crédito do FGTS.

Durante alguns anos, participou, como Auditor-Fiscal do Trabalho, de várias reuniões de trabalho com o Agente Operador, a PGFN e Secretaria de Inspeção do Trabalho, todas envolvendo temas de interesse do FGTS.

Atualmente, está desenvolvendo para a Secretária de Inspeção do Trabalho o Sistema de Controle de Processos de Notificação de Débito do FGTS - CPND, cujo objetivo é controlar de forma centralizada todos os processos administrativos gerados pelas notificações de débito do FGTS. Tal iniciativa certamente tornará a tramitação do processo mais rápida, eficiente e efetiva.

Em 1979 ocorria uma revolução na vida de uma Jovem mãe. Construindo uma família, com uma filha de apenas 1 ano e meio, outro filho a caminho e os apertos financeiros que essa fase da vida geralmente trás, estava difícil conciliar as contas e equilibrar as prioridades. Foi exatamente nesse contexto que entrou o FGTS, não só aliviando a situação financeira dessa jovem mãe de família, que pôde usá-lo para a amortização das prestações de sua casa, como também cumprindo seu papel social.

Hoje, depois de criados os filhos e quitada a casa, a época é lembrada por ela com bastante saudade e sem a angústia que haveria se não houvesse a ajuda providencial desse recurso. Maior satisfação ainda é ter podido expressar sua gratidão de duas formas: pela sua contribuição direta na continuidade, trabalhando com o FGTS e presenciando seu fortalecimento com a melhoria de gestão e, agora, por meio deste depoimento.

Ao completar meio século de existência, o FGTS, um patrimônio do trabalhador brasileiro e um relevante instrumento de desenvolvimento na nossa economia, apresento congratulações e falo do orgulho e alegria, tanto como beneficiária quanto por ter lidado com o FGTS em todas as suas instâncias; Agente Financeiro, Agente Operador e Conselho Curador.

Foi um grande privilégio poder compartilhar da alegria de diversos trabalhadores quando, na década de 80, trabalhando em Agência da Caixa, pude acompanhá-los na utilização de seus recursos de FGTS nas mais diversas fases da vida: apo-

sentadoria, compra da casa própria, desemprego, pagamento de prestações e tantas outras situações onde a utilização desses recursos foi imprescindível. Presenciei, assim, muitas emoções, recebendo agradecimentos genuínos, por parte dos beneficiários do Fundo, por disporem daquele pecúlio em momentos tão difíceis e especiais de suas vidas. Conheci então a grandeza e importância desse recurso para o trabalhador brasileiro e, quando anos mais tarde, pude contribuir de outra forma no Conselho Curador, sempre tendo em minha lembrança sua importância decisiva para tantos brasileiros.

Na década de 90, já conhecendo a necessidade dos beneficiários finais, trabalhei com o FGTS na área meio, provendo as agências com a logística e instrumentos necessários para o atendimento aos trabalhadores. Isso se seguiu à minha atuação na área de auditoria onde, em contato direto com o Conselho Curador do Fundo e os Órgãos de Controle Externo e Interno, testemunhei o grande e gigantesco empenho no avanço tecnológico e segurança, por parte do Agente Operador e sob a gestão do Conselho Curador.

Em 2001 comecei a fazer parte da equipe do Ministério do Trabalho, na Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS, onde conheci pessoas absolutamente abnegadas e comprometidas com as finalidades e gestão do Fundo. Conheci o Grupo de Apoio Permanente do Conselho Curador, testemunhando a dedicação de técnicos, altamente qualificados, oriundos tanto do Governo, quanto de vários seguimentos da

sociedade e os servidores da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho, a quem presto meus mais sinceros agradecimentos e reconhecimento por seu inestimável trabalho.

Sinto-me uma privilegiada por fazer parte desta linda história, em todas as instâncias, inclusive como trabalhadora, que também usou o FGTS para adquirir sua moradia e por ter conhecido profissionais absolutamente apaixonados pelo FGTS, que se tornou uma fonte importantíssima para o financiamento de moradia própria para os brasileiros, notadamente os de menor renda, além de financiar o desenvolvimento do Brasil com obras de saneamento e infraestrutura, melhorando a qualidade de vida e gerando empregos.

Parabéns pelo meio século ao FGTS e a todos os profissionais que com ele lidam e lidaram, quer seja no Agente Financeiro, Agente Operador e Conselho Curador.

Parabéns por ter proporcionado a tantos uma poupança, moradia, saneamento e gerado empregos, sendo um importantíssimo instrumento de desenvolvimento para o nosso país.

Parabéns aos trabalhadores Brasileiros.

“Sinto-me uma privilegiada por fazer parte desta linda história, em todas as instâncias, inclusive como trabalhadora, que também usou o FGTS para adquirir sua moradia e por ter conhecido profissionais absolutamente apaixonados pelo FGTS, que se tornou uma fonte importantíssima para o financiamento de moradia própria para os brasileiros”

O COMPROMISSO DO FGTS COM OS TRABALHADORES

O FGTS faz cinquenta anos tendo passado por inúmeras transformações. O fundo criado pelo governo militar “em troca” da estabilidade no emprego após dez anos de trabalho na mesma empresa criou uma nova forma de seguro, no qual o trabalhador contribui de forma compulsória e que a princípio só poderia ser resgatado em caso de demissão ou para a compra de moradia própria. Foram feitos muitos poucos estudos sobre o impacto do fundo no mercado de trabalho, o que é uma pena. No geral, contudo, os trabalhos tendem a atribuir ao FGTS parte de culpa pela alta rotatividade no país, mesmo sem nunca provar este efeito. Quem sabe o prêmio de monografias que instituímos um dia não trabalhe este ponto.

O fato é que os países com garantias mais duras contra demissão involuntária, àqueles signatários da resolução 158 de 1982 da OIT, têm em média menor rotatividade que o Brasil. E muitas vezes também tem de forma legislada ou em seus acordos uma forma de indenização por tempo de serviço no caso de demissão involuntária, que se junta ao seguro desem-

prego no auxílio ao trabalhador em caso de demissão. Não resta dúvida que assinar a convenção 158 da OIT seria um grande passo para o país. Extinguir o FGTS sob a falsa acusação que incentiva a rotatividade e que é um duplo seguro desemprego certamente não.

Mas apesar da sua longa história o FGTS, passou pela sua principal transformação depois da Constituição de 1988 e da Lei 8.036 de 1990. O grande salto qualitativo do fundo organizou suas contas e o protegeu da ação arbitrária do governo submetendo-o a gestão tripartite. Desde então, o fundo vem sendo administrado de forma eficiente e responsável pela Caixa, o que não ocorria quando era gerido em contas individuais registradas em “qualquer banco”, e submetidos a gestão conjunta exercida por sindicatos patronais e de trabalhadores e membros do governo. O estabelecimento do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nestes moldes é um dos grandes ativos do fundo e a garantia para o trabalhador da lisura e da transparência na gestão dos recursos e também a garantia de que o fundo exerça seu papel social.

Os trabalhadores formais, os chamados cotistas do FGTS, pagam um alto preço pela garantia que o Tesouro dá para que sua poupança forçada não corra nenhum risco de “evaporar”. Assim, o Tesouro garante ao cotista a correção de TR+ 3% de juros, abaixo da poupança e muitas vezes abaixo da inflação. Este é possivelmente o ponto mais delicado hoje para o fundo, e onde precisamos evoluir e buscar um equilíbrio que garanta ao trabalhador que esta poupança forçada não seja na verdade uma “despoupança”. Mas não há dúvida que este esforço coletivo dos trabalhadores é o grande responsável pelo enorme subsídio que o FGTS é capaz de disponibilizar para os investimentos em Habitação e Infraestrutura no país.

Os trabalhadores, sejam cotistas ou não do fundo, tem no FGTS uma fonte segura e de baixo custo de financiamento de longo prazo para compra da casa própria e também para obras de financiamento em saúde e mobilidade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todo povo brasileiro. E estas obras se revertem também em empregos formais que dinamizam toda economia e “realimentam” o próprio fundo.

É importante salientar esta enorme contribuição do fundo para sociedade, principalmente depois do Programa Minha Casa Minha Vida, adotado pelo ex-presidente LULA em 2008, no qual o FGTS teve e tem papel fundamental. Se de 1995 a 2008 o FGTS financiou uma média de 220 mil habitações por ano, entre 2009 e 2015 mais que dobrou esta média, chegando a 470 mil unidades ano. Este salto ampliou de forma significativa o número de famílias atendidas e de empregos gerados. A geração de empregos após o PMCMV passou dos 1,7 milhões ao ano, contra pouco mais de 140 mil empregos gerados ano no período anterior.

Os trabalhadores e o Brasil não podem perder este patrimônio e nós temos o dever de cuidar para seus benefícios se estendam para outras gerações de forma perene. É preciso reforçar o papel social do fundo nas suas áreas de atuação e aperfeiçoar as contrapartidas que garantem o compromisso do fundo com a geração de empregos de qualidade, e a responsabilidade socioambiental das obras financiadas com o recurso do trabalhador.

O trabalhador também tem um papel importante nesta tarefa, rejeitando e denunciando a contratação informal e verificando a correção dos pagamentos pelo empregador. Para isso o CCFGTS já tomou diversas medidas como o reforço da estrutura da Secretaria de Inspeção do Trabalho e o maior controle as obras com recurso do próprio fundo, além de outras inovações como, por exemplo, a possibilidade de o trabalhador verificar seu saldo pelo celular, via SMS. E o empregador também deve compreender a importância do correto pagamento do FGTS para o trabalhador e para o país. Não é razoável o FGTS ter um estoque de mais de R\$ 26 bilhões de dívida, de valores não pagos ao trabalhador e que certamente fazem falta ao lado mais fraco na relação de trabalho.

“Os trabalhadores, sejam cotistas ou não do fundo, tem no FGTS uma fonte segura e de baixo custo de financiamento de longo prazo para compra da casa própria e também para obras de financiamento em saúde e mobilidade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todo povo brasileiro.”

FGTS: 50 ANOS DE DIREITO DO TRABALHADOR COM ÍNDOLE SOCIAL

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS foi criado em 1966 para substituir a estabilidade no emprego. Em 1988 passou a ser preceito constitucional, garantido pelo art. 7º e colocado ao lado de outros direitos básicos do trabalhador.

Atualmente regido pela Lei nº 8.036/90, o FGTS tem seus recursos destinados tanto ao trabalhador quanto ao fomento de programas governamentais que visam ao desenvolvimento econômico e social do país. Isso significa que o FGTS é direito social de interesse do trabalhador, da sociedade e do Estado. Os recursos do FGTS, curatelados pelo Conselho Curador enquanto não disponibilizados para saque dos trabalhadores, são aplicados em projetos públicos.

O Conselho Curador é responsável por direcionar recursos ao financiamento de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana e fiscalizar a aplicação desses valores. Desde sua criação, realizou uma radiografia nos recursos do FGTS e passou a combater sua má aplicação. A presença dos trabalhadores propiciou a participação assertiva para a aplicação dos recursos do Fundo.

Ao longo de seus 50 anos o FGTS foi sofrendo adequações em suas regras de funcionamento. As políticas dos governos Sarney, Collor e FHC, prejudicaram substancialmente o FGTS quase o levando a um processo falimentar. A partir do Governo Lula houve mudanças que trouxeram garantias importantes e possibilitaram sair do déficit. Segundo relatório aprovado pelo Conselho Curador do FGTS em julho de 2016, este teve resultado operacional positivo de R\$ 13,3 bilhões em 2015, alcançando um patrimônio total de R\$ 457,6 bilhões e um patrimônio líquido de R\$ 93,4 bilhões.

Em 12 anos foram criados mais de 20 milhões de empregos, passando-se de um círculo vicioso para um virtuoso. O desemprego gerava saques constantes do Fundo, que não gerava receita e não propiciava a aplicação em projetos públicos. A partir da mudança da política econômica no primeiro governo Lula, essa característica foi alterada. Setores importantes da economia, como habitação e infraestrutura tiveram papéis fundamentais para a geração de empregos e aumento do recolhimento do FGTS. E assim se fez o círculo virtuoso, consolidando o FGTS enquanto fundo que atende toda a sociedade.

Desses investimentos o mais adequado, sem dúvidas, foi o Programa Minha Casa Minha Vida. Para determinado nível

da população ter um espaço para morar e dar dignidade a sua família era inviável. O Programa passa a subsidiar a compra da casa própria; ou seja, as receitas do Fundo, juntamente com recursos governamentais, financiam a moradia popular no Brasil, traz tranquilidade ao trabalhador e a sua família e gera emprego, reconfigurando o acesso à cidadania.

Neste momento em que o FGTS faz 50 anos de existência passamos por situação difícil no país. Em pleno processo de impeachment, sem crime de responsabilidade, o governo interino apresenta mudanças substanciais em diversos aspectos, apontando para a retirada de direitos. Além de defender nossas conquistas que estão sob ataque no Congresso Nacional temos que atentar para o FGTS. Não podemos permitir a alteração do caráter social do Fundo. O saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa, está na mira dos bancos privados. Quebrar o monopólio da Caixa poderia comprometer sua missão social. Além de os bancos usarem o dinheiro do trabalhador para financiar projetos privados de investimento e lucrar com isso.

Tive a honra de participar do conselho de 2007 a 2011, em um momento extraordinário de avanços sociais e democráticos no Brasil. **Os projetos aprovados no Fundo de Investimento do Conselho Curador mudaram seus paradigmas que passaram**

a considerar questões imprescindíveis para a dignificação da vida dos brasileiros, especialmente daqueles de baixa renda. Com isso, em curto espaço de tempo, temos condições de acabar com o déficit de habitação no Brasil e propiciar infraestrutura básica aos rincões mais distantes do país.

Outro fator a considerar é o fato de termos conseguido que no Fundo de Investimento nenhuma bancada pode aprovar qualquer projeto de forma isolada. Os conselheiros precisam chegar a um acordo para que haja investimentos com garantia para quem recebe e para quem investe os recursos, em última instância, o próprio trabalhador.

Falta ao Comitê do Fundo de Investimentos mais ousadia para propor ações anticíclicas, tomar iniciativas para combater a crise econômica por meio do fortalecimento dos programas que geram emprego e possibilitam cidadania. É preciso avançar, especialmente em duas questões:

1. A correção do saldo das contas do Fundo.

O rendimento do FGTS é de 3% mais a Taxa Referencial. A proposta é que o dinheiro depositado no fundo tenha uma remuneração igual à da poupança. O modelo atual vem gerando prejuízos para os trabalhadores, ao não garantir sequer uma remuneração equivalente à inflação.

2. O Conselho Curador do FGTS deve ser tripartite

O Conselho é composto por duas bancadas: a do governo e da sociedade civil. Esta última é dividida entre trabalhadores e empregadores. Defendemos que seja composto por um terço de cada representação: governo, empregadores e trabalhadores, nos moldes do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Essas são duas pautas merecem atenção, pois tornarão o Fundo mais justo e com participação mais democrática.

O FGTS é um recurso privado dos trabalhadores. Emprestado a taxas de juro subsidiadas, representa o esforço coletivo dos trabalhadores do setor privado em prol do bem estar coletivo. Por isso, é imprescindível o engajamento de toda a sociedade, ajudando a aperfeiçoar as regras de financiamento e cobrando o uso correto e eficiente dos recursos disponibilizados.

“Os projetos aprovados no Fundo de Investimento do Conselho Curador mudaram seus paradigmas que passaram a considerar questões imprescindíveis para a dignificação da vida dos brasileiros, especialmente daqueles de baixa renda. Com isso, em curto espaço de tempo, temos condições de acabar com o déficit de habitação no Brasil e propiciar infraestrutura básica aos rincões mais distantes do país.”

MEUS 30 ANOS DE FGTS

Conheci o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS quando ele contava com quase 14 anos desde sua criação. Foi no dia 23 de junho de 1980. Naquele dia eu era admitida no meu primeiro emprego com carteira assinada: auxiliar administrativo na Agência Regional de São Paulo do Banco Nacional da Habitação - BNH. Começaria ali um aprendizado de vida.

O primeiro contato foi com as rotinas dos saques das contas vinculadas e, menos de dois anos depois mudança de área, passando a descobrir o que era o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, o Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, e o processo decisório da gestão e operação do ativo do FGTS, nas atividades administrativas de secretaria que incluía o Comitê de Crédito de âmbito regional.

1986. Ainda que os problemas do BNH estivessem na pauta de discussões da sociedade, e até mesmo um grande debate de âmbito nacional tivesse acontecido sob a coordenação do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, do nada, surgiu a notícia da extinção do BNH, a gestão do SFH transferida para o Banco Central e o FGTS incorporado às atividades da Caixa Econômica Federal.

Se desse evento hoje contabilizamos ganhos para o FGTS como a centralização dos recursos e, mais tarde, os consequentes ganhos

financeiros que permitiram a formação de uma reserva não exigível do próprio Fundo, concretizando benefícios sob forma de subsídios nos financiamentos; por outro lado, praticamente decretou a extinção especialmente dos meios de implementação das políticas estaduais de habitação. Se com o BNH existia um modelo de execução da política habitacional, sem ele as Companhias de Habitação - COHABs perderam fôlego e até mesmo a razão de existir. Algumas COHABs se reinventaram, mas não constituem maioria.

A incorporação do BNH à Caixa ocorreu por fusão das atividades similares. Restou “diferente” o Saneamento Básico e Desenvolvimento Urbano, em que a Caixa não atuava até então, surgindo assim uma nova área na estrutura organizacional. Foi ali que permaneci de 1988 (quando as últimas atividades foram transferidas) até 1994.

Nesse período, o aprendizado foi de como se viabilizavam os sistemas de cidades, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, onde não há como se imaginar o modo de vida urbano se não existissem os recursos do FGTS. Vivi em São Paulo num tempo em que os rios Tietê e Tamanduateí extrapolavam seu leito sempre que chovia, e, recursos do FGTS (dentre outros) fizeram a imagem dessas inundações se transformarem em apenas lembranças ou fotografias. Mais recentemente, o mesmo aconteceu com o córrego Águas Espreadas – hoje, esse é o nome de avenida, o córrego fica abaixo, mas quantos trabalhadores sabem que os recursos depositados no

seu FGTS contribuíram para essa obra?

No esgotamento sanitário, aprendi a admirar o alcance dos benefícios que o FGTS proporcionava. Vivia numa metrópole poluída, cujo emblema era o fétido Rio Tietê. Era sabido que o rio estava morto pelo excesso de descarga de esgotos domésticos e industriais. A solução lançada foi o Projeto Tietê, que a partir de 1992 começou a equacionar o problema dos esgotos, com grandes estações de tratamento.

O Projeto Tietê, primeiro vi na mídia repercutindo o clamor popular, depois vieram as promessas das autoridades e por fim, as operações de crédito. O projeto teve recursos do FGTS, complementando recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo do Estado de São Paulo. O Projeto foi executado a partir de 1992 e até hoje (2016) está em andamento. Hoje, já aposentada, não acompanho mais esses grandes projetos, mas não me admiraria se o FGTS ainda figurasse como fonte importante de recursos.

Cantareira. Hoje esse nome é conhecido nacionalmente e a mídia acompanha frequentemente a quantas anda o nível das águas desse que é o Sistema que abastece quase a metade da população da Região Metropolitana de São Paulo (algo próximo dos 10 milhões de habitantes) e que se constitui num dos maiores do planeta. Ali tem recursos do FGTS, e muito. Dá orgulho pensar que os recursos do FGTS chegam como benefício a uma população tão grande. O Canta-

reira é só um exemplo, na verdade, não dá pra pensar em Saneamento sem que se registre a importância dos recursos do FGTS no país todo. Onde tem saneamento básico/ambiental, tem FGTS.

1990. Governo Collor. Contratou-se muito. Demais para o FGTS. O Gestor da Aplicação, então Ministério da Ação Social extrapola os níveis recomendáveis de autorizações para contratação com recursos do Fundo, provocando o fechamento das novas operações nos anos seguintes. Em São Paulo, na Gerência de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, contratou-se bastante, mas nada digno de nota, até mesmo porque o tempo de maturação daqueles projetos é muito longo, diferentemente dos projetos habitacionais. Nos períodos seguintes o que se viu foram contingenciamentos de recursos e muita energia gasta por conta de um problema gerado em esferas superiores.

1993. Renegociação de dívidas de Estados e Municípios pela Lei 8727. Em São Paulo, o Governo do Estado (e suas entidades) era o maior devedor do FGTS. Uma curiosidade: em São Paulo, a apuração da dívida para as tratativas iniciais da negociação com o Governo Estadual foram feitas em planilhas eletrônicas, acarretando um problema de conversão. Para se ter uma ideia, uma Unidade Padrão de Capital – UPC (unidade monetária que o FGTS utilizava seis dígitos após a vírgula) valia 98566,97 Cruzeiros. Ao final dos cálculos, a UPC resultante perdia alguns dígitos por arredondamento e ao se

converter os valores em UPC para Cruzeiros, o número resultante era tão grande que a planilha arredondava o valor mais ainda. Dessa forma, no batimento de valores com as entidades devedoras, nosso número era sempre maior. Se não me engano a diferença alcançava 6.000 UPC, que seria hoje R\$ 137.700. Impasse entre os técnicos, pois os números não batiam. A solução veio pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que aceitou nossos números, até porque eram valores iniciais. Mas foi importante para afirmar a defesa dos interesses do FGTS.

Em 1993, a Caixa me convidou para me inscrever em um concurso que levaria um profissional brasileiro a participar de um Urban Development Group Training Course, no Japão, promovido pela Agência de Cooperação Internacional japonesa. Fui ao Japão e participei de um curso ao lado de representantes da Colômbia, Peru, Bolívia, Quênia, Senegal, Irã, Egito, Líbano, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. A opinião de todos era que o Brasil tinha, com o FGTS, um instrumento ímpar para a implementação da política de desenvolvimento urbano, enquanto a totalidade dos países participantes contava com recursos do Governo ou de organismos internacionais. O Japão utilizava recursos do Governo e recursos privados, especialmente do Correio (que atua como banco), que era o segundo maior orçamento para o desenvolvimento urbano.

1994. Último ano do governo Itamar Franco, que assumira a

Presidência em 1992 após a renúncia de Fernando Collor. As atividades de Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS (ainda sem orçamento de novas contratações) eram do Ministério do Bem-Estar Social. Aceitei convite para trabalhar na gestão do FGTS e me transferi para Brasília.

O governo Collor havia lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação - PAIH, prevendo, em caráter emergencial, a construção de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação com empreiteiras privadas. Em sua implementação, o PAIH descumpriu a alocação de recursos definida pelo Conselho Curador do FGTS, dentre outros equívocos. Como resultado, o FGTS perdeu a capacidade de honrar os compromissos assumidos em contrato. Surgiu assim um universo de obras – mais de 300 mil unidades habitacionais – que, por motivos das mais diversas naturezas, permaneceram inacabadas e/ou não comercializadas, em especial durante os anos de 92, 93 e 94, acarretando sérios prejuízos financeiros ao FGTS, que, inclusive, teve que se socorrer com empréstimo junto ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS. Nesse período, os recursos do FGTS para a área de Habitação foram direcionado exclusivamente à solução desses problemas.

Ao chegar a Brasília, na Secretaria de Habitação do Ministério do Bem-Estar Social, que então respondia como Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, qual foi minha surpresa ao descobrir a micro-

estrutura que respondia por essa atividade. Também, que a equipe designada para trabalhar comigo era essencialmente administrativa, alias, todas as posições eram tecnicamente solitárias. E o trabalho, basicamente, as soluções do universo das obras inacabadas/não comercializadas. Foi o mais rico aprendizado da minha vida profissional. Aprendi a redigir normas e, de quebra, revivi os conceitos de matemática financeira.

1995. Governo Fernando Henrique Cardoso. Alteração da estrutura de governo. Extingue-se o Ministério do Bem-Estar Social e suas atividades são transferidas para o âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, especificamente para a Secretaria de Política Urbana - SEPURB. Iniciou-se aí uma experiência nova, de aprendizado sobre políticas públicas. E da dificuldade que existe em pensa-las, defini-las e concretiza-las. No caso do FGTS, como instrumento das Políticas Nacionais de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, concretizá-las significava formatá-las internamente no Ministério, para levar a debate as ideias/programas tendo como contendores/parceiros, técnicos de outras áreas de governo e representantes sindicais e patronais, do universo de entidades do Conselho Curador do FGTS, que compunham o Grupo de Apoio Permanente – GAP/CCFGTS.

As críticas recorrentes de que a Política Habitacional praticada desde o BNH somente fizeram aprofundar desigualdades sociais esbarra-

vam na lógica: fazia-se Política com recursos onerosos e o resultado não poderia ser outro. A criação da SEPURB se deu sem que houvesse mudança na questão das fontes de recursos. O Orçamento Geral da União tinha destinação específica a seus programas, com forte presença das emendas parlamentares. E foi nesse ambiente que o FGTS passou por grandes reformulações, com a criação de novos programas de aplicação.

Um dos primeiros trabalhos apresentados pela SEPURB foi a pesquisa, com dados da PNAD, desenvolvida pela Fundação João Pinheiro denominada Déficit Habitacional no Brasil. Pela primeira vez se media, com metodologia, o tamanho e a qualidade das habitações, desde a época do BNH dizia-se que o Brasil tinha um déficit habitacional de 6 milhões de unidades, mas ninguém, nunca, viu um estudo que resultasse nesse número.

Com o trabalho da Fundação João Pinheiro, ficava evidenciado que o grande problema das moradias era de infraestrutura. A conclusão era óbvia: bem ou mal, todo mundo mora em algum lugar, a necessidade era de promover melhorias a quem morava mal, seja pelo provimento de infraestrutura, seja por meio de novas moradias. E assim, em maio de 1995, nasceu o Pró-Moradia. Após anos sem novas contratações, o FGTS reabria as contratações, lançando seus novos programas, nesse primeiro momento todos voltados aos tomadores públicos de recursos (Estados e Municípios e empresas por eles

controlada) e com forte viés de infraestrutura.

Era novidade na área de Habitação. No passado mais recente (e tenebroso), os recursos do FGTS haviam sido destinados massivamente a projetos privados e ainda haviam unidades a serem equacionadas do que se convencionou denominar conjuntos-problema. Ao reabrir suas contratações, o FGTS não respondia, de imediato, aos clamores de mercado por novos recursos. Mas era apenas uma questão de opção, não havia gente suficiente para produzir a legislação necessária ao lançamento também do programa voltado ao mercado.

Em agosto de 1995 o mercado foi atendido, com a criação do Programa Carta de Crédito Individual. Entretanto, o Carta de Crédito trazia outra lógica, colocando o recurso na mão do mutuário que, com o recurso garantido, iria ao mercado buscar a unidade que melhor lhe atendesse. Mais tarde surgiriam a modalidade associativa do Carta de Crédito e o Programa de Apoio à Produção de Habitações, que atenderia aos empresários.

Os novos programas traziam também uma nova lógica na decisão de contratação. A realidade das 300 mil moradias-problema ainda permeava a memória do FGTS, era preciso evitar a nefasta centralização, o tráfico de influências, a corrupção – tema sempre atual, mesmo neste momento em que o FGTS completa 50 anos. A ideia era descentralizar a decisão de contratação, no caso do setor público,

criando instâncias colegiadas com poder de decidir quais eram as prioridades de contratação.

Nos programas voltados ao cidadão, haviam critérios que determinavam quem seria atendido primeiro. E tudo isso era demasiadamente novo, transparente, trabalhoso. E, infelizmente não deu certo. Quando leio o noticiário hoje, as vezes ousou pensar que as coisas poderiam ser um pouco diferentes se esses critérios tivessem sido adaptados, não esquecidos. Foi um período importante, pois foi a gênese de praticamente todos os programas de aplicação hoje (2016) existentes no FGTS.

Permaneci nas atividades de Gestão das Aplicações do FGTS de 1994 até 2002. Foi um período muito rico em que o FGTS mudou, muito em razão de um fruto da crise dos anos 1990. Desde aquela época, o FGTS passou a ser auditado anualmente por uma Auditoria Integrada, que apontava onde havia necessidade de atenção. E foi importante para que o FGTS tivesse estruturas cada vez mais profissionais. Com a Auditoria Integrada, o FGTS foi paulatinamente conquistando níveis de conformidade e regularidade

2003. Recebo convite para integrar a equipe do Agente Operador do FGTS – a Caixa, que era meu órgão de origem. A primeira incursão na reunião do Grupo de Apoio Permanente ao Conselho Curador do FGTS – GAP/CCFGTS foi muito estranha: eu, que

até a última reunião e por oito anos compunha a representação do Gestor da Aplicação (naquele momento a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU/PR), agora me sentava no outro lado da mesa, na equipe do Agente Operador (a CAIXA).

Minha experiência em Brasília, até então, era de precariedade até de instalações físicas. Profissionais que vieram compor o Ministério das Cidades chegaram a me perguntar se o que encontraram era normal. Digamos que não era tão excepcional. Alguns órgãos/entidades enfrentavam esse tipo de problema. Os Ministérios vivem sendo contingenciados e a primeira coisa que cortam é custeio, despesas administrativas. Mas ser parte da estrutura da Caixa foi uma grata surpresa; são profissionais, articulados, eficientes. As atividades envolvendo o FGTS mobilizam praticamente a empresa inteira.

Na Caixa, intensificou-se o contato com técnicos do Banco Mundial que, ao meu ver, tinham uma visão equivocada do FGTS, comparando-o a um simples fundo de pensão. Mas foi através do Banco Mundial, e do trabalho com o FGTS na Caixa, que pude vivenciar outra experiência valiosa: as visitas ao exterior. Fui a uma conferência “Housing Finance in Emerging Markets”, em Washington (EUA) que apresentou a experiência habitacional em países como o Peru, Colômbia, Argentina, Malásia, Tailândia e outros. Ainda, visitei e apresentei o FGTS no México (2006) e, mais tarde, por iniciativa

do Governo Brasileiro, fui à Venezuela (2009). Na Venezuela, houve genuíno interesse em implantar um fundo nos moldes do FGTS. Entretanto, ficaram preocupados quando souberam que cada conselheiro do Conselho Curador do FGTS tem responsabilidade pessoal sobre as decisões da curatela.

Quanto ao México, a visita ocorreu sob os auspícios do Banco Mundial, que queria mostrar aos brasileiros como era administrado o fundo similar ao FGTS chamado INFONAVIT, e o sucesso que era a numerosa produção habitacional e o aquecido mercado de papéis lastreados em imóveis.

Segundo o INFONAVIT, em 2004 haviam sido concedidos um milhão de créditos. Contudo, ao se verificar como ocorria esse milagre (não se pode esquecer que o FGTS quase quebrou com 300 mil unidades!), alguns fatores, na visão inclusive de empresários da construção civil, foram aclarados: naquela época, implantaram-se no México grandes conjuntos em áreas afastadas (aos moldes do que se praticou no BNH na década de 80/90); as exigências ambientais e de equipamentos comunitários eram bem simples quando comparadas com as do Brasil; os construtores eram responsáveis por toda a infraestrutura necessária, que em geral não existia nessas áreas; os esgotos das moradias, bem como as águas de chuvas, eram lançados sem tratamento em canais que se direcionavam a valas negras; conforme um empresário da construção, a tecnologia das construções e

a qualidade dos materiais eram sofríveis; a mão-de-obra era quase toda informal, sem nenhuma preocupação com a segurança do trabalho, não sendo usados capacetes, botas, luvas, etc. E essa produção habitacional impulsionou o mercado secundário no México.

O que encantava o empresariado brasileiro era a fórmula do sucesso que incluía subsídio governamental, poupança individual e crédito barato. Algo muito próximo do que temos hoje com o Minha Casa Minha Vida.

Um fato porém, me marcou muito no INFONAVIT: os recursos depositados nas contas individuais de cada trabalhador até 1999 foram praticamente reduzidos a pó, fruto de erros administrativos, evolução negativa dos ativos e até mesmo, dizem, corrupção - problemas esses atribuídos, veladamente, aos sindicalistas que ocupavam posições de mando.

Em 2010 me aposentei. E a partir daí só sei do FGTS pelos meios de comunicação. Mas sei, que o FGTS chega aos 50 anos forte e maduro, e é muito importante para o País. Entretanto nada é blindado o suficiente que consiga barrar a ambição e ganância do homem. É preciso estar sempre atento – esse é um trabalho que não acaba nunca.

“Sinto-me uma privilegiada por fazer parte desta linda história, em todas as instâncias, inclusive como trabalhadora, que também usou o FGTS para adquirir sua moradia e por ter conhecido profissionais absolutamente apaixonados pelo FGTS, que se tornou uma fonte importantíssima para o financiamento de moradia própria para os brasileiros”

Estou no Grupo de Apoio ao FGTS desde 2004. Nossa como o tempo passa!

Lembro-me de que, quando comecei a ir às reuniões, apesar de saber da importância que o FGTS tinha, especialmente para o trabalhador, tanto na demissão sem justa causa quanto na aposentadoria, eu não fazia ideia da abrangência de sua importância para o Brasil. Desconhecia a grandeza de seus números e me assustei de saber que, se o Fundo fosse um banco, ele seria o segundo maior do país, se considerado o total do seu ativo, que na época era de R\$ 160 bilhões e representava quase 10% do PIB brasileiro (em 2015 ele atingiu a impressionante cifra de R\$ 457 bilhões!!!!).

Ora participando das acaloradas discussões na grande mesa do GAP, ora apoiando outros colegas que estavam representando o Ministério da Fazenda, participar das reuniões do GAP, às terças-feiras, tornou-se para mim uma ferramenta de crescimento profissional e pessoal, em que a cada reunião eu sorvia do conhecimento de colegas que conheciam profundamente esse novo e grandioso mundo que a mim se apresentava. Nessa empreitada, volta e meia tinha de recorrer ao auxílio de competentes e queridos colegas do Agente Operador.

Foram tantos os representantes que deram a sua contribuição ao longo dos anos! Entrava gente saia gente e lá estávamos, eu e a aguerrida Henriqueta, representante da CNI, exemplo para mim de dedicação ao Fundo.

E os finais de ano?! Estes eram marcados pela alegre confraternização, em que colegas como o saudoso Valdo, representante dos trabalhadores, o Paulo Eduardo Furtado, Secretário-Executivo do Conselho que comandou as reuniões do GAP com muita competência durante muito tempo, o André, da CUT, o Celso Petrucci, da CNC, entre outros nos divertiam com as suas performances no Karaokê.

Nesse meio tempo, tive a honra de ver o crescimento profissional de meu colega de carreira e chefe no Tesouro Nacional, o Quênio (Dr. Clênio para o Ministro Lupi), que assumiu a Secretaria-Executiva do Fundo num momento tumultuado, mas que, com muita dedicação e competência, com seu jeito educado e amigo, conquistou a todos e desempenha brilhantemente sua função.

Nunca há uma reunião tranquila no GAP, mesmo uma pauta pequena gera longas discussões que sempre adentram o horá-

rio de almoço e, algumas vezes, chegou a se estender pela tarde toda, regada a biscoitinhos e balas para tapear a fome. Tudo com o objetivo de analisar profundamente os diversos assuntos que compõem a pauta e chegar a um acordo de forma a gerar menos atrito na reunião do Conselho Curador. Trabalho este sempre elogiado e respeitado pelos representantes daquele colegiado.

E todas as reuniões são pautadas pelo nosso compromisso com a função social do Fundo e à governança necessária à estabilidade econômica e financeira desse importante Patrimônio dos Trabalhadores.

É muito motivador participar de tantas discussões relativas ao Fundo e ver o resultado do nosso trabalho se transformar em medidas que beneficiam toda a sociedade.

E não foram poucas as vezes que o Fundo foi chamado a dar a sua contribuição, como em 2008, quando a crise financeira internacional bateu à nossa porta, e o Fundo ampliou significativamente as suas aplicações e subsídios com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Com certeza, houve uma significativa mudança no volume de recursos aplicados, bem como nos benefícios gerados à população, desde quando eu comecei a participar do GAP, em 2004 até o exercício encerrado em 2015: os valores emprestados subiram de R\$5,55 bilhões para 58,11 bilhões; o número de unidade financiadas passou de 271.588 para 606.065 e os empregos gerados que eram de 641.960 em 2015 alcançaram a marca de quase 3 milhões.

Como, segundo especialistas, a cada R\$ 1 alocados em saneamento básico se economiza R\$ 4 em custos no sistema de saúde, os quase R\$ 18 bilhões investidos na área de saneamento no período de 2004 a 2015, possibilitou a economia de 72 bilhões na área de saúde. Pena que, em virtude de diversos fatores, dos R\$ 51 bilhões alocados para a área de saneamento nos orçamentos de 2004 a 2015 somente R\$ 33 bilhões, ou seja 62%, foram contratados. Infelizmente vários bilhões deixaram de impactar a vida da sociedade brasileira, em especial, a vida dos mais carentes que convivem com índices baixíssimos de coleta e tratamento de esgoto. Quantos empregos não gerados!!! Quantos rios mortos!!! Quantas pessoas adoeceram por falta desse serviço tão necessário!

Enfim, os números demonstram a importância do Fundo, o quanto trabalhamos nesse período e o quanto ainda pode ser feito.

Tenho orgulho de fazer parte de um pedacinho dessa história!

“É muito motivador participar de tantas discussões relativas ao Fundo e ver o resultado do nosso trabalho se transformar em medidas que beneficiam toda a sociedade.”

A palavra representar possui inúmeras definições. Dentre elas, segundo o dicionário Aurélio, está ‘trazer à memória, significar, simbolizar’. Tais sinônimos mostram bem o que é ter um assento no Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), ainda mais sendo uma voz de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Desde 2012, indicado pela Central Única dos Trabalhadores via Federação Nacional dos Urbanitários, ocupo com honra uma vaga no neste Conselho que é responsável por tomar decisões importantes a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), direito conquistado pela classe trabalhadora no ano de 1966.

Como dirigente da FNU e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIÁGUA/RS), pude acompanhar ao longo do tempo o real significado de ser um representante dos trabalhadores.

A figura do dirigente sindical, peça fundamental na construção de um Brasil pós-ditadura, é essencial nos dias de hoje. É a partir dela, e do fortalecimento de todas as entidades de classes, que o trabalha-

dor se vê representando e nutre as expectativas de ter seus direitos respeitados e avanços nas conquistas trabalhistas.

Atuando como sindicalista desde os anos 1990, posso afirmar que estar compondo o CCFGTS é uma responsabilidade única para com meus pares, mais precisamente àqueles que atuam no saneamento e que levam saúde à casa dos brasileiros.

Assim como motivo de orgulho para o SINDIÁGUA/RS, sindicato que tem em sua luta pela água como um bem público um exemplo nacional de trabalho sindical. Estar representando os trabalhadores no Conselho também é uma conquista do SINDIÁGUA/RS, fruto do trabalho, não só corporativo, mas também político feito por todos os dirigentes e representantes sindicais que sob sua bandeira atuam nos mais variados confins do estado Rio Grande do Sul.

É com a responsabilidade e a preocupação constante com as decisões que influenciam a vida de milhões de brasileiros, que a toda a reunião do CCFGTS penso em todos(as) os(as) colegas que me cercam e me cercaram, assim como na sociedade como um todo. E com a vigilância constante para que seus filhos(as), netos(as) tenham a con-

tinuidade deste direito importante para todos os brasileiros, aplico minha representação no Conselho.

Só uma sociedade democrática é capaz de preservar e administrar direitos conquistados por sua classe trabalhadora. Essa função primordial executada pelo CCFGTS é o grande feito a ser comemorado nesta data cinquentenária.

“Atuando como sindicalista desde os anos 1990, posso afirmar que estar compondo o CCFGTS é uma responsabilidade única para com meus pares, mais precisamente àqueles que atuam no saneamento e que levam saúde à casa dos brasileiros.”

MINHAS MEMÓRIAS EM RELAÇÃO AO FGTS NA PGFN

Antes de assumir o cargo de Procuradora da Fazenda Nacional trabalhei como trabalhadora regida pela CLT, portanto, com direito ao FGTS, que é um direito querido pelo trabalhador brasileiro. Ao tomar posse no cargo público, por imposição legal, passei a ter direito à estabilidade, porém perdendo o direito ao FGTS.

Na PGFN tomei posse em 1993 e, desde então, o FGTS tem feito parte de minha vida profissional. No início a relação foi bastante traumática porque, nesse tempo, o FGTS esteve praticamente sem representante. Assim, os processos ficaram paralisados ou com sucessivas manifestações de negativa de competência, pelos por vários representantes da União, até que se solidificou a representação pela PGFN.

Lembro-me de que nesses primeiros anos, uma das iniciativas foi o envio, para as unidades da PGFN, dos processos administrativos que estavam sob a guarda das unidades da Caixa Econômica Federal. O chamado “arquivo da Dívida”, em Belo Horizonte, não comportava nem mesmo os processos já inscritos pela PGFN, que ficavam pessimamente acondicionados e, quando foram recebidos os processos do FGTS, por absoluta falta de espaço físico, estes ficaram nos corredores e eram usados como bancos pelos contribuintes que aguardavam atendimento nos guichês

da Dívida Ativa. Assim, em acordo com a Caixa, esses processos foram devolvidos à unidade da Caixa em Belo Horizonte.

Lembro-me que a relação da PFN/MG com a Caixa, em Belo Horizonte, sempre foi bastante harmoniosa, o que ajudou muito a assunção da cobrança dessa dívida, em relação à qual as dificuldades eram muitas. Dentre elas, destaco a antiguidade das dívidas; o fato de que a cobrança ficou paralisada por vários anos e a ausência de atualização do cadastro dessas dívidas.

Sobre esse cadastro, uma das iniciativas da Coordenação do FGTS e da Caixa, foi a busca dos processos nos fóruns. Àquele tempo, que já vai mais de duas décadas, estávamos buscando registro de ações em arquivos cujo controle era realizado por fichas em papel. Alguns desses arquivos eram quase porões e servidores que faziam as visitas/viagens para esse trabalho solicitaram máscaras e luvas, tendo em vista as condições dos arquivos e dos processos nos quais trabalhavam.

As dificuldades na cobrança do FGTS fizeram com que parte da PGFN desacreditasse do valor da atuação na cobrança dessa dívida. Eu nunca me senti parte desse grupo, porque sempre vi o FGTS como um direito sagrado do trabalhador e cuja cobrança, além de ter um relevante papel social, representa uma atuação que a sociedade sempre verá com bons olhos. Assim, se soubermos trabalhar o

marketing dessa cobrança, acredito que a mesma tem o poder de tornar mais fácil o apoio da sociedade à nossa atuação.

Creio que a PGFN jamais deu ao FGTS o papel que ele pode ter como garoto propaganda, apesar de que, quem viu a trajetória da PGFN nesses vinte anos, sabe que saímos do total abandono do FGTS para o papel que o mesmo tem hoje. Apesar de não mais estar trabalhando diretamente com a gestão do FGTS (como chefe da DIAFI/PFN/MG ou como substituta da Coordenadora do FGTS) ou com a cobrança judicial do mesmo, acompanho o trabalho que vem sendo desenvolvido e o aprimoramento nessa cobrança e na gestão desses créditos.

No caminho entre a busca de processos nos arquivos insalubres e a situação atual, essa cobrança passou por momentos, dos quais eu participei e destaco alguns, como por exemplo a “Campanha maiores devedores”. Uma iniciativa muito trabalhosa, porém, entendo importante porque representou a primeira tentativa, realizada na Procuradoria, sob a coordenação da Caixa, de qualificação da dívida cobrada. O trabalho consistia no registro dos processos de execução fiscal no sistema, com informações sobre os devedores e a situação da cobrança da dívida naquele momento, inclusive levantamento registro das garantias. Feito o cadastro, o sistema, que era um gerador de relatórios, gravava um arquivo com os dados dos

processos, que eram encaminhados à Caixa e essa compilava-os, gerando “ratings” das dívidas.

A carinha do sistema era a seguinte:



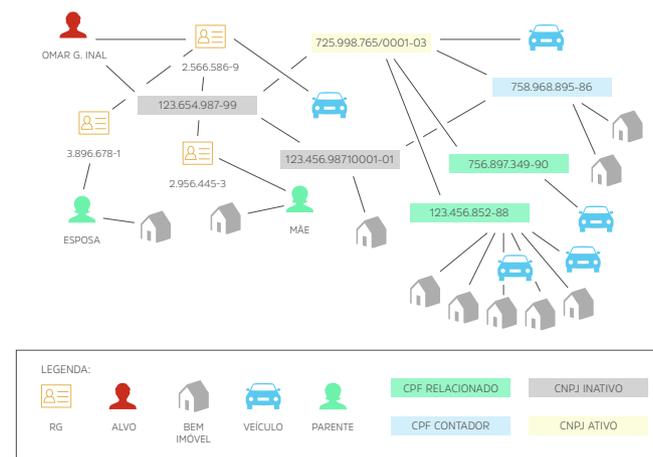
No passado, dentro da PGFN, o trabalho do FGTS era gerenciado por uma coordenação específica (Coordenação Especial do FGTS) e nesse tempo, uma iniciativa muito importante da coordenação e que demandou esforço intensos, especialmente de convencimento do Conselho Curador do FGTS, foi a aprovação do “projeto diligenciador”, por meio do qual foi permitida a contratação de pessoa para desempenhar o papel de “diligenciador” ou investigador particular, para localização de devedores e de seus bens.

A PFN/MG e a CAIXA/MG foram indicadas como pilotos da iniciativa. Essa iniciativa tinha potencial para representar um grande salto na cobrança de créditos pela PGFN e propiciar elementos para estender o projeto à demais dívidas cobradas pela PGFN, contudo, vários aspectos foram muito negativos e culminaram no fracasso do piloto. Dentre esses motivos destaco: o pequeno valor das dívidas em cobrança; a antiguidade das mesmas, algumas com mais de duas décadas; o fato de que vários devedores estavam falecidos (pessoa físicas) ou extintos (pessoas jurídicas) ou simplesmente desaparecidos; a existência de dívidas identificadas por CGC/CNPJ que haviam sido reaproveitados pela Receita Federal que não possuía os dados do cadastro originário; pessoas cuja identificação era apenas pelo número do CEI, que não encontrava reflexo no principal cadastro de pessoas que é o do CPF/CNPJ. Esses fatos levaram a leiloeira que venceu o certame, para atuar como “diligenciadora”, a desinteressar-se do projeto pouco depois de contratada. Outro grande obstáculo, além da frustração da leiloeira com a carteira de créditos, foi o fato de que a mesma se candidatou a cargo político e passou a dedicar-se prioritariamente à campanha eleitoral. O fracasso do piloto levou o Conselho Curador a não renovar recursos para o projeto.

Outro momento que pareceu o vislumbre de um divisor de águas foi a permissão pelo Conselho Curador de realização de estudos, inclusive com apresentação de proposta por empresas interessada na contratação para a execução do projeto “Diligenciador Digital inte-

ligente”, com o uso de inteligência artificial. Embora o projeto tenha despertado interesse do Conselho Curador, inclusive com apresentação de funcionamento da ferramenta por empresas interessadas. Uma das apresentações demonstrou como poderia ser montada uma rede de relacionamento por meio do cruzamento dos dados já disponíveis à PGFN, com informações disponíveis na internet, por meio de uso de mineradores de dados e ontologias, para localizar pessoas, demonstrar relação entre pessoas físicas e jurídicas e como poderia auxiliar na identificação de patrimônio ocultado.

Segue abaixo modelo simplificado de rede utilizado em uma apresentação:



Apesar do aparente interesse do Conselho Curador e de empresas e institutos de pesquisa desse setor, não foi dado seguimento à iniciativa.

Lembro-me vários momentos muito significativos de troca de conhecimento e de busca conjunta de soluções para o FGTS, em grupos de estudo e trabalho com representantes do o Ministério do Trabalho, da Caixa e da PGFN, o resultado de um desses foi o manual de execução do FGTS. Outro, elaborou a proposta legislativa para limitação da cobrança, do que se chamou de “não cobrança dos valores irrisórios”. Nesse tempo, haviam execuções fiscais de débitos cujo valores não chegava à R\$10,00 (dez reais). Essa proposta foi apresentada ao Conselho Curador e não foi aceita naquele momento, só bem mais recentemente a PGFN logrou êxito nesse assunto.

Finalizando, recorro-me com saudade de iniciativas patrocinadas com os recursos destinados à cobrança do FGTS pela PGFN, especialmente, dos Seminários da Execução Fiscal, que tinham a PGFN como organizadora e anfitriã e dos quais participavam juízes federais e estaduais, membros do ministério público, representantes de outras procuradorias. Nesses eventos, em que se discutiam temas relacionados à execução fiscal do FGTS e demais dívidas, projetava-se a PGFN como protagonista do debate jurídico, especialmente na cobrança do crédito público.

“Lembro-me vários momentos muito significativos de troca de conhecimento e de busca conjunta de soluções para o FGTS, em grupos de estudo e trabalho com representantes do o Ministério do Trabalho, da Caixa e da PGFN, o resultado de um desses foi o manual de execução do FGTS.”

Minha atuação na então Coordenação do FGTS – CFGTS, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, deu-se no período de janeiro de 2008 a julho de 2009. Olhando para o passado, agora de longe, percebo que foi um período curto, mas que me marcou de forma tão relevante, que eu tinha a impressão de ter sido muito mais tempo.

Confesso que até ser nomeada Coordenadora do FGTS, não havia trabalhado com muitos processos relativos aos créditos do FGTS e não compreendia a relevância da atribuição da PGFN de inscrever e cobrar sua dívida.

Naquela ocasião, formamos uma equipe de 3 Procuradores, a Dra. Anamaria Taveira, a Dra. Cely Nogueira e eu. Além disso, contávamos com a colaboração constante da Dra. Marília Silva do Carmo, que era lotada na PFN/MG.

A existência de uma equipe, ainda que pequena, para tratar das questões do FGTS no âmbito da Coordenação-Geral da Dívida Ativa - CDA era uma novidade. Até pouco tempo antes, havia uma Coordenação-Geral do FGTS, salvo engano, sem outros Procuradores nela lotados, exceto o Coordenador-Geral. Posteriormente, aquela Coordenação-Geral foi extinta, sendo criada

a CFGTS, incorporada à estrutura da CDA, mas com atuação de certo modo isolada do resto desta Coordenação-Geral.

Um dos nossos desafios era consolidar a integração da CFGTS na CDA, mas ao mesmo tempo nos fortalecermos enquanto equipe especializada nas questões relacionadas à dívida do FGTS.

Nosso trabalho, à época, tinha várias frentes:

Sendo a PGFN responsável pela inscrição e cobrança dos créditos do FGTS, cabia à CFGTS orientar as Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais da Fazenda Nacional quanto aos respectivos serviços de apuração, inscrição e cobrança. Deste modo, foram elaboradas diversas manifestações jurídicas sobre questões como: prescrição, co-responsabilidade, representação judicial do FGTS, dentre outras, com o objetivo de dirimir dúvidas relativas às especificidades da dívida do FGTS.

Nossa equipe era pequena, mas foi um período profícuo em pareceres e notas. A idéia era consolidar entendimentos e dar diretrizes uniformes às unidades descentralizadas, bem como à Caixa Econômica Federal - CAIXA, sempre parceira quando o assunto é FGTS.

Por outro lado, também entendíamos que era necessário envolver as unidades descentralizadas da PGFN nas atividades relacionadas à cobrança da dívida do FGTS. Considerando que seus valores, comparados com o da dívida ativa da União, eram baixos, percebíamos que nem sempre lhe davam a devida importância.

Fizemos um plano de visitas a diversas unidades, para tratarmos das questões relacionadas ao FGTS e ao mesmo tempo divulgarmos a importância social da atribuição da PGFN ao cobrar tal dívida. Partindo inclusive da minha experiência, que já era PFN há mais de 7 anos e muito pouco sabia sobre o FGTS, pareceu-nos fundamental fazer um trabalho de divulgação nesse sentido.

Também nos dedicamos a estudar e propor diretrizes, atos normativos e medidas para a racionalização das tarefas pertinentes à apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa do FGTS. Nesse particular, realizamos estudos para obtermos a autorização para a não inscrição e cobrança de créditos de pequeno valor e, em contrapartida, para a classificação e identificação dos créditos de maior recuperabilidade. Além disso, nos articulamos com a Coordenação-Geral de Grandes Devedores – CGD para iniciarmos um projeto de Grandes Devedores do FGTS. Foi nesta ocasião que organizamos o I

Encontro de Grandes Devedores e FGTS da PGFN.

Outra frente de trabalho era a articulação com o Ministério do Trabalho, a CAIXA e o Conselho Curador do FGTS e seu Grupo de Apoio Permanente - GAP.

Sendo o Ministério do Trabalho o responsável pela apuração administrativa das dívidas do FGTS, entendíamos necessário estreitar a parceria da PGFN com aquele órgão, pois o êxito na recuperação do crédito do FGTS será sempre melhor se o processo de constituição for rápido e obedecer aos ditames da lei.

A parceria com a CAIXA, agente operador do FGTS, que, em razão de convênio com a PGFN, operacionaliza muitas das atividades relativas à inscrição e cobrança do FGTS, sempre foi considerada por nós essencial para o bom desempenho de nossas atribuições. Assim, realizávamos reuniões periódicas, salvo engano quinzenais, para definir estratégias de atuação, avaliar ações, estabelecer metas.

Finalmente, participávamos de todas as reuniões do Conselho Curador do FGTS e do GAP, não apenas para “prestar contas” das nossas atividades, apresentar os dados relativos às inscrições, ajui-

zamentos e arrecadação, mas para compreendermos a dimensão do nosso trabalho. Foi nas reuniões do Conselho Curador do FGTS e do GAP que eu descobri a importância do FGTS, não apenas para os trabalhadores, o que já seria muito, mas para o desenvolvimento do Brasil. Aquelas reuniões me fizeram entender que era uma grande honra para a PGFN ser responsável pela cobrança dos créditos do FGTS.

Como disse no início, meu período de atuação na então CFGTS foi curto, apenas 1 ano e meio. Em meados de 2009 minha vida na PGFN tomou outros rumos e deixei, não sem pesar, a CFGTS. Mas naquele momento, sabia que a equipe estava consolidada, que minhas agora amigas, Anamaria e Cely, continuariam o trabalho somadas a outros colegas que estavam chegando.

E de outros cantos da PGFN continuei acompanhando o trabalho realizado por colegas sempre dedicados e entusiasmados. O FGTS encanta, motiva, apaixona. Hoje, passados mais de 7 anos desde que me afastei da CFGTS, saltam aos olhos os avanços na gestão da dívida do FGTS e muito me orgulha ter participado dessa história.

Iara Antunes Vianna
Procuradora da Fazenda Nacional

“Foi nas reuniões do Conselho Curador do FGTS e do GAP que eu descobri a importância do FGTS, não apenas para os trabalhadores, o que já seria muito, mas para o desenvolvimento do Brasil. Aquelas reuniões me fizeram entender que era uma grande honra para a PGFN ser responsável pela cobrança dos créditos do FGTS.”

Logo que iniciei minha carreira na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), fui lotado na Divisão de Créditos do FGTS (DFGTS). Fiquei extremamente feliz com a designação, pois anteriormente exerci o cargo de analista judiciário na Justiça do Trabalho e lá aprendi a importância de se preservar o trabalhador.

Logo descobri que a proteção oferecida pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao trabalhador vai muito além do aspecto pecuniário. O FGTS realiza sonhos, como o da casa própria, gera empregos e promove o desenvolvimento do nosso país.

Ao longo dos três anos em que atuei na DFGTS, participei de dezenas de reuniões do Grupo de Apoio ao Conselho Curador (GAP) e do próprio Conselho Curador do FGTS (CCFGTS). Foi uma experiência altamente enriquecedora, tendo em vista o alto nível dos debates travados nesses foros. Um aspecto que chamou a minha atenção foi a extrema preocupação dos membros do GAP e do CCFGTS em manter o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e, ao mesmo tempo, garantir que ele financie o maior número possível de obras de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana. Relevantes políticas públicas da União, como o Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida, não seriam possíveis sem os recursos do FGTS.

De outra parte, ficava ansioso todo o dia 15 para verificar o desempenho da PGFN na recuperação dos créditos do FGTS no mês anterior, e comemorava junto aos demais colegas da DFGTS a cada recuperação de crédito de alto valor, pois sabíamos que esse montante iria para as contas vinculadas de centenas ou até milhares de trabalhadores. No início de 2016, a PGFN conseguiu identificar que as ações de cobrança patrocinadas pela instituição beneficiam mais de 7 milhões de trabalhadores. Essa faceta social do meu trabalho faz com que me sinta orgulhoso de ser Procurador da Fazenda Nacional e de defender o crédito do FGTS.

Parabéns ao FGTS e a todos que contribuíram para o sucesso de sua história!

Everaldo Souza Passos Filho
Procurador da Fazenda Nacional

“Minha relação com o FGTS começou logo que tomei posse no cargo de Procurador da Fazenda Nacional. Como estou lotado na Coordenação-Geral da Dívida Ativa, em Brasília, e mesmo antes de integrar a Divisão de Créditos do FGTS, sempre participei de reuniões técnicas com os colegas que lidavam diretamente com o crédito.

Quando surgiu a possibilidade de trabalhar na Divisão não hesitei um segundo sequer!

Dentre todos os motivos que me levaram a trilhar aquele novo caminho, notadamente o caráter social de relevo constitucional, o que mais me encantou foi o tom aguerrido, dedicado, progressista, de pertencimento e de identidade que o grupo de Procuradores da Fazenda Nacional que lá atuavam tinha em relação às demandas e projetos do FGTS no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional!

Isso foi em meados de 2011 e 5 anos passados estou ainda muito feliz e motivado no trabalho diário e sempre instigante de lidar com esse crédito tão juridicamente peculiar, tão desafiador do ponto de vista operacional e, ao mesmo tempo, deveras grandioso!

Um direito conquistado à duras penas por gerações e gerações de trabalhadores brasileiros que ora completa 50 (cinquenta) anos.

Estudando e aprendendo com relatos de pessoas muito experientes no contato quase semanal das reuniões do Grupo de Apoio Permanente – GAP, é fascinante alcançar dados históricos (e agora ser testemunha ocular) do sistema e de sua evolução, bem como dos órgãos que o compõem, das dificuldades, da superação e da envergadura ostentada por esse direito sexagenário.

Mas me importa muito afirmar que a beleza do FGTS não está nos seus números, todos espetaculares! Números esses sempre na casa dos milhões de trabalhadores alcançados e dos bilhões de reais anuais investidos gerando emprego, renda e distribuindo crescimento e riqueza!

A beleza do FGTS está nos sonhos construídos, realizados, na aquisição da casa própria, no socorro emergencial para fazer algum conforto em face de catástrofes, doenças e no duro acerto de contas em razão de demissões sem justa causa!

É por esse sentimento, por essa nobreza de destinação, desse sentimento coletivo de cuidado, e zelo, que o sistema FGTS é, de fato, construído por pessoas!

Pessoas que acreditam e se importam com o próximo, que querem contribuir, cada um colando o seu tijolo nessa história, cravada no coração e na alma dos brasileiros, e almejando sempre fazer o melhor!

E isso se nota e se sente no dia a dia, nas rotinas de trabalho dessas incansáveis pessoas que trabalham nos órgãos e instituições voltadas para a consecução dos fins e da guarda dos interesses do Fundo.

Aos excelentes profissionais da Caixa, do Ministério do Trabalho e das Cidades, aos carinhosamente denominados “gapeanos”, representantes técnicos que prestam todo o seu conhecimento, retidão e afinco à formação dos consensos e dos votos que são apreciados e encampados pelos conselheiros e conselheiras do Fundo, toda minha admiração e agradecimento por tão importante acolhida e pela constante e respeitosa pressão pelo aperfeiçoamento dos trabalhos e melhoria dos resultados, tudo pensando sempre no fortalecimento do FGTS!

Não poderia deixar de reconhecer ainda, nesse momento ímpar, o trabalho e a inspiração dos meus combativos e nobres colegas procuradoras e procuradores da Fazenda Nacional, advogadas e advogados públicos, membros da Advocacia-Geral da União que me antecederam na Divisão e que estão ao meu lado trilhando todo o caminho que ora tenho a satisfação e responsabilidade de prosseguir! ”

Guilherme Lazarotti de Oliveira
Procurador da Fazenda Nacional

“Aos excelentes profissionais da Caixa, do Ministério do Trabalho e das Cidades, aos carinhosamente denominados “gapeanos”, representantes técnicos que prestam todo o seu conhecimento, retidão e afinco à formação dos consensos e dos votos que são apreciados e encampados pelos conselheiros e conselheiras do Fundo, toda minha admiração e agradecimento”

O início da minha participação na construção da história do FGTS coincide com o início de minha vida profissional como Procuradora da Fazenda Nacional, o que me remete a momentos de inspiração, ideais e motivação.

Talvez seja por isso que o FGTS também tenha participação histórica em minha vida, o que tornou a experiência que vivi uma honra e privilégio.

Em 2009, logo após tomar posse como Procuradora da Fazenda Nacional, fui designada para atuar na Divisão do FGTS, sediada em Brasília.

Éramos quatro Colegas absolutamente focados no trato das questões do FGTS, com apoio total da Chefia imediata e dedicados exclusivamente a pensar e operacionalizar as normas, discutir e padronizar as orientações no âmbito da PGFN e também para os parceiros externos, principalmente a CAIXA, priorizando sempre a defesa dos interesses do FUNDO.

Era um desafio enorme, pela complexidade das questões jurídicas, muitas vezes ainda não enfrentadas, ou seja, era necessário refletir e encontrar solução para questões nunca antes tratadas, seja no nível administrativo ou judicial,

além do longo e desafiador trabalho de convencimento dos parceiros externos.

Por mais peculiar que possa parecer, o apelo humano sobressai de forma intensa quando se trata do FGTS e sempre nos deu um ingrediente diferente como inspiração para o trabalho, mesmo para todos nós que estávamos acostumados a lidar com a área jurídica, que nada mais é que a pacificação social.

Assim, o trabalho diário era pensar e trabalhar focados na defesa do direito do trabalhador, imersos na certeza de que a qualidade de nosso trabalho faria toda a diferença, com direito a ousar e mudar paradigmas.

Na minha jornada diária, de quase dois anos trabalhando diretamente com o FGTS, conheci pessoas maravilhosas, dentro e fora da PGFN, que muito contribuíram com minha experiência pessoal e profissional.

Os Colegas que nos antecederam na Divisão do FGTS sempre foram generosos e talentosos, o que tornava nossa busca pela excelência, além de um ideal, uma obrigação.

Também, não posso esquecer-me da equipe da CAIXA, parceira estratégica, de trato quase diário, e que àquela época me deu exemplos de profissionalismo e colaboração, que hoje sei, são características não só dos funcionários de Brasília, mas de todo o Brasil, pois ao retornar para Goiás, meu Estado natal, também pude conhecer e conviver com excelentes parceiros de trabalho.

Quando se trata de FGTS, há muitos órgãos envolvidos, o que torna tudo mais complexo quando se discute normas e forma de operacionalizar aquilo que está normatizado, pois na maioria das vezes não estamos lidando apenas com operadores do Direito, ou seja, com técnicos, o que enriquece o debate e ajuda a validar as decisões de um modo mais próximo da realidade social.

O Conselho Curador, como órgão paritário, envolve diversos segmentos que buscam também a defesa dos direitos do trabalhador, e lidar com tantas visões diferentes enriqueceu e motivou nosso trabalho, principalmente no respeito às diferenças e no reconhecimento da importância da negociação.

A partir de tão relevante ponto de partida na minha vida profissional, pude assumir outros desafios, como Procuradora-Setorial da Fazenda Nacional em Anápolis-GO, por quase dois anos

e Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional em Goiás, por quatro anos e meio, com uma bagagem infinitamente maior.

Acredito que somos pessoas moldadas pela soma de nossas experiências pessoais e profissionais e o trabalho na Divisão do FGTS me permitiu descobrir e explorar qualidades interiores importantes e essenciais, como resiliência, coragem e perseverança, além de criar laços de amizade e pertencimento com minha Instituição, o que me faz ser plenamente realizada como Procuradora da Fazenda Nacional.

Nesse contexto, o FGTS e tudo que o envolve fez muita diferença em minha vida e estou certa que fiz, juntamente com os demais Colegas da Procuradoria, o máximo e o melhor possível e certamente continuaremos a fazer, enquanto defensores dos direitos dos trabalhadores e de toda a sociedade, por meio da proteção e recuperação do crédito público.

Adriana Gomes de Paula Rocha
Procuradora da Fazenda Nacional

Após passar por quatro lotações diferentes dentro da PGFN, sempre atuando na esfera judicial, o destino quis que eu trabalhasse na Divisão de Créditos do FGTS.

De início, a primeira surpresa: não se trata do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mas do Tempo de Serviço. Esse pequeno detalhe, cujo equívoco é muito corriqueiro em quase todos os lugares, inclusive cometido por Magistrados e Jornalistas, não passava de um mínimo detalhe diante dos desafios que o FGTS guarda.

Em esses desafios foram (e são) enormes! A complexidade das questões que envolvem esse crédito é tão grande que só quem o vivencia diuturnamente e por um longo período é que consegue entender apenas o contexto. Impossível desvendá-lo por completo.

Mas é isso que torna o FGTS estimulante, instigante, intrigante, etc. Os desafios que ele nos impunha nos deu forças para ir além, buscar melhorar o que já era no mínimo bom: a formação de uma poupança forçada para os trabalhadores, servindo como proteção a despedidas arbitrárias e, de quebra, financiar o setor habitacional e outras inúmeras obras de interesse público.

Foi uma experiência sensacional: o fato de sair da atuação meramente processual para atuar no consultivo e na própria gestão do crédito fundiário, juntamente com os atores que decidem as políticas do Fundo (representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo - composição tripartite do Conselho Curador do FGTS) me fez abrir os olhos para um horizonte diferente, aquele que busca o aprimoramento da gestão, da legislação, da cobrança em prol do trabalhador e da sociedade.

Sou muito grato por ter atuado na Divisão de Créditos do FGTS, juntamente com outros valorosos colegas que também vestiram a camisa por um bem maior!

Gustavo Franco Raulino
Procurador da Fazenda Nacional

Na CAIXA, me tornei Instrutor em 1994 e a primeira Ação Educacional que atuei era Atendendo ao Cliente Trabalhador e Empregador.

Esta ação educacional foi ministrada em todo o Brasil, com duração de uma semana e carga horária de 06 horas diárias.

Os assuntos tratados eram pertinentes ao FGTS e abordavam Arrecadação, Cadastro, Pagamento, CRF, Parcelamento entre outros.

Portanto focavam assuntos tanto do trabalhador quanto para o Empregador.

O Público envolvido eram os empregados da rede de Agências da CAIXA que atendiam os nossos clientes FGTS.

Durante aproximadamente 02(dois) anos atuei em mais de 70 turmas em todo o Estado de Santa Catarina e outras 05 Turmas em Belo Horizonte, disseminando o FGTS para os empregados Caixa, sua importância para a Empresa, Trabalhador, Empregador e Sociedade.

Esta foi a primeira grande ação na CAIXA com foco no FGTS e teve ganhos extraordinários para a nossa Empresa, pois os empregados puderam entender melhor o tamanho e a importância do nosso FGTS.

Outra Ação que atuei também foi como multiplicador do SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

Particpei do Grupo de trabalho que criou o SEFIP a partir de 1998.

O SEFIP, estabelecido pela Portaria Interministerial MTE/MPAS 326, de 19.01.2000. Determina a obrigatoriedade de apresentação das declarações mensais e dos recolhimentos ao FGTS, unicamente em meio magnético, abolindo assim o uso da GFIP – Guia de Recolhimento ao FGTS e Informações à Previdência Social em meio papel, com exceção apenas para os recolhimentos ao FGTS relativos a recursos junto à Justiça do Trabalho, código 418; para os trabalhadores domésticos e para os códigos de recolhimento 660, quando efetuados por agências da Caixa e do Banco do Brasil, por determinação judicial.

A implantação do SEFIP 100% ocorreu de forma escalonada, conforme abaixo:

- Abril de 2000: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- Junho de 2000: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe;
- Julho de 2000: Acre, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins;

- Agosto de 2000: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em parceria com a Previdência, fizemos várias palestras aos contadores e Empregadores no Estado de Santa Catarina. Também participei na orientação de todos os colegas da nossa rede de Agências, explicando como seria o novo procedimento. Mais um avanço do nosso FGTS, propiciando uma maior modernidade dos nossos sistemas ao usuário.

O programa SEFIP já foi submetido a vinte e sete alterações de versão e inúmeras atualizações, para atender às mudanças nas legislações previdenciárias e do FGTS, bem como para implementação de melhorias na operacionalização, como guias com código de barras, criação de novos códigos de recolhimento/declaração, alterações de tabelas, mudança de plataforma DOS para gráfica, entre outras.

Atualmente, 37,4 milhões de contas recebem depósito mensalmente, decorrente do recolhimento de recursos realizado por 4,2 milhões de empregadores.

Outra importante ação que participei foi a participação no Prêmio Catarinense de Excelência, onde submetemos o nosso modelo de Gestão do FGTS a uma avaliação externa.

UM BREVE HISTÓRICO

A GIFUG/FL é responsável pela gestão tático-operacional e representação institucional dos negócios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Tem como objetivo a operacionalização do FGTS com efetividade, permitindo aos trabalhadores, empregadores e a sociedade o exercício de seus direitos e obrigações.

Os nossos referenciais comparativos são outras filiais de mesmo porte.

Sou Gestor da GIFUG/FL desde 2011. Fiz a Formação da Banca Examinadora em 26/03/2013.

Em 2012 também começamos a participar do MCE e participamos em 2013 do PCE 500 pontos, obtendo a faixa bronze. Várias capacitações foram feitas com empregados da nossa força de trabalho, visando a disseminação do modelo MEG.

Participo ativamente desta disseminação pois acredito neste modelo, sendo o MEG exclusividade do FGTS na Caixa.

Uma excelente conceituação do MEG, descrevo abaixo: “Toda Empresa através de sua liderança deve atender as expectativas dos clientes e sociedade. Traça Estratégias e Planos, sem-

pre alinhados com o nosso Plano Estratégico e faz isso através de Pessoas e processos, visando o alcance de resultados. Permeando tudo isso temos informações e Conhecimento.”

Participamos ativamente de eventos do MCE, buscando integrar e aprender mais sobre o modelo.

A elaboração do RO (Relato Organizacional) trás, tanto para a liderança, como para a força de trabalho, uma visão integrada do nosso modelo de Gestão.

Modelo este que tem como alicerces as pessoas, os processos, o Produto e seus relacionamentos.

Estruturar e disseminar nosso modelo de Gestão, com base no MEG, traz ganhos importantes para a Filial do FGTS de Santa Catarina.

O Prêmio ao nosso ver, é consequência da Gestão que vem sendo feita e praticada pela nossa força de trabalho.

A Adoção do MEG traz resultados importantes para o FGTS, pois atendemos as expectativas dos trabalhadores com a liberação de recursos e a Sociedade com Investimentos.

O RECONHECIMENTO

A Caixa conquistou, na noite da última quinta-feira, 25/08/2016, o troféu Prata no Prêmio Catarinense da Excelência 2016 (PCE), em reconhecimento pela excelência nas práticas de gestão e operacionalização do FGTS, na Gerência de Filial Fundo de Garantia Florianópolis (GIFUG/FL).

A 11ª edição do PCE contou com 25 organizações participantes, das quais 10 foram reconhecidas. A Caixa, através da Filial do FGTS de Santa Catarina foi a única organização reconhecida no Nível III – Rumo a Excelência – 500 pontos, maior premiação da noite.

O Prêmio Catarinense da Excelência (PCE) é promovido pelo Movimento Catarinense pela Excelência e procura estimular a melhoria da qualidade da gestão das organizações catarinenses, reconhecendo anualmente aquelas que se destacam pela excelência da gestão de suas práticas e respectivos resultados, promovendo, interna e externamente, a reputação de excelência dos produtos e serviços, divulgando as práticas exemplares de gestão e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

A participação no prêmio ocorre por etapas: apresentação do relato organizacional, no qual são consolidadas as práticas de gestão da organização com base no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); visita técnica às instalações por uma banca de avaliadores para avaliação das práticas de gestão in loco; deliberação dos juízes diante dos apontamentos dos avaliadores para reconhecimento das candidatas; premiação das candidatas reconhecidas.

O gerente da GIFUG/FL, Marcelo Sandin Boeing, destacou o trabalho da equipe, “o reconhecimento é fruto de um longo trabalho, realizado desde a última participação no PCE 2013, em que toda a equipe da Filial colaborou para que nossas práticas de gestão e resultados fossem consolidados”, disse. Representando a Caixa no evento, também estiveram presentes o gerente nacional da Gerência Nacional de Gestão da Rede do FGTS (GERFU), Sávio Marcos Garbin, além de gestores e técnicos da filial.

Matéria Publicada no Jornal da Caixa.

Portanto, participei e venho participando ativamente da história do FGTS. Tenho muito orgulho disso e amo o que faço.

“A 11ª edição do PCE contou com 25 organizações participantes, das quais 10 foram reconhecidas. A Caixa, através da Filial do FGTS de Santa Catarina foi a única organização reconhecida no Nível III – Rumo a Excelência – 500 pontos, maior premiação da noite.”

UMA FÁBULA COM MUITO SIGNIFICADO

No começo era somente uma pequena semente. A espécie, ninguém sabia. O que se sabia é que a árvore deveria produzir frutos.

As dúvidas eram muitas. Será que resultaria numa árvore aprazível? Os frutos seriam apreciados? Daria muito muito trabalho para cuidar dela? Poderia chegar a ser uma grande árvore? Quem se encarregaria de cuidar dela? Poderia ser multiplicada?

Apesar das muitas dúvidas e incertezas, uma coisa era certa: seria plantada para substituir uma outra árvore que já dera seus frutos e que agora estava agonizante.

Essa outra árvore estava sendo considerada medonha, inadequada, ultrapassada e ameaçava cair. Mesmo aqueles que haviam se beneficiado de sua sombra, agora, achavam que era hora de derrubá-la. A decisão já havia sido tomada: era hora de substituí-la.

Depois de muitas pesquisas, testes, debates e simulações, chegaram a essa sementinha. Ela representava um novo tempo. Muita esperança e confiança estava sendo depositada nela, mesmo

porque seria cercada de todo cuidado e estavam bem definidos os responsáveis pelos tratos.

Os responsáveis para regar a semente até que ela germinasse estavam a postos e prontos para entrar em ação. Eles até se vestiram de verde para tão importante missão. Era preciso ter todo o cuidado, pois outras sementes, de outras espécies, estavam sendo plantadas nesse mesmo tempo.

Os que deveriam colocar os nutrientes para o crescimento da árvore estavam definidos. Milhares deles a aguardavam com muita expectativa. No entanto as minúcias dos cuidados eram preocupantes. Quais seriam as consequências se os nutrientes não chegassem na quantidade e no momento certo? Seriam responsabilizados e sofreriam as consequências? Quem iria treiná-los e dar as regras para que toda a população conhecesse e reconhecesse a importância da árvore e dos seus cuidados?

Mas a expectativa desses era suplantada pela daqueles que iriam usufruir dos frutos. Este grupo era muito mais numeroso. Eles sabiam que dependiam daqueles que dariam os tratos e colocariam os nutrientes. Se esses fossem eficientes e eficazes, certamente os frutos seriam saborosos e grandes. Se eles não cumprissem com a sua obrigação, quando chegasse a hora de

colher os frutos, não haveria nada para comemorar.

Bem, depois de algum tempo, com muita gente cumprindo com as suas obrigações, verificou-se que a escolha da semente fora adequada. Agora os frutos estavam chegando. Eram bons e estavam atendendo perfeitamente a expectativa dos beneficiados.

Depósitos foram construídos para a armazenagem dos frutos. Alguns desses depósitos estavam bem construídos e os cuidados para a preservação eram adequados. Outros, tinham infiltrações e os frutos perdiam o valor, pois faltava algum cuidado para sua manutenção.

Com o volume da produção crescendo, até se pensou em utilizar os frutos para beneficiar toda a população e não somente aqueles que estavam relacionados inicialmente para fazer a colheita. Isso deu certo, pois com os depósitos maiores, os frutos armazenados começaram a atender a outras necessidades.

Para a distribuição dos benefícios para a população foi necessário chamar mais participantes. Eles vieram prontamente. Se organizaram, pois viam a oportunidade de usufruir de algum dos benefícios produzidos pela árvore, que alguns chamavam de “jabuticaba”.

Se formara um sistema em que havia interdependência dos participantes. Tinham os que regavam e nutriam a planta, os que armazenavam os frutos, os que colhiam os frutos, os que fiscalizavam os tratos e a colheita, os que distribuía benefícios e a população que recebia benefícios do uso dos frutos.

Para controlar isso tudo fora colocado um responsável. Ele fazia as regras, definia os momentos da colheita, como se dava a armazenagem dos frutos, o que iria para o consumo, o que poderia ser usado para benefício da população, como seriam recompensados aqueles que distribuía os benefícios dos frutos, etc.

Aqueles que analisavam o sistema que se formara ao redor da grande árvore viam que as raízes estavam se aprofundando e a sustentação era boa. Tudo corria bem, no sistema. Muitas dúvidas iniciais já estavam superadas. As perguntas estavam sendo respondidas. A conclusão agora, depois de vários anos, é que a escolha da semente fora adequada.

A árvore era muito boa e começava a atrair alguns pássaros, aproveitadores, que pousavam em seu galhos e, no descuido do responsável, ou devido à inadequação de algumas regras estabelecidas, bicavam os frutos e até provocavam estragos nas raízes e no caule. Outros viviam à sua sombra, sem grandes preocupa-

ções. Bastava que a árvore fosse preservada e estaria tudo bem.

Isso levava a árvore, que já tinha uma boa estatura e grande importância para toda a população, ao sofrimento e à queda na produção de frutos e demais benefícios por eles gerados.

Algo precisava ser feito rapidamente, sob pena de haver duras consequências para todos os que participavam do sistema que se formara. A população também sofreria, pois quem substituiriam os benefícios que eram gerados por esse sistema?

- Troquem o zelador! Chamem um novo responsável que tenha paixão por árvores. Alguém que conheça todo o grande sistema que estava formado. Quem sabe uma senhora seja mais sensível para tão importante tarefa. Se necessário, dividam-se as responsabilidades, chamem mais fiscais, retirem os pássaros, fala alguém que via a árvore sofrer.

Assim foi feito. Com apenas uma folha de papel, o rumo do sistema começa a mudar. Novas expectativas surgem, novas dúvidas, novos diagnósticos são feitos para salvar a árvore ferida.

Muitos começam a se perguntar: Será que são necessários tantos depósitos de frutas? Afinal em alguns deles os frutos estão apodrecendo. Existem dificuldades para localizá-los,

são tantos caminhos, tantos complicadores. Porque não fazer um grande depósito que seja visível para todos. Porque não a senhora que agora zela pela “jabuticaba” tomar conta também dos depósitos dos frutos?

Nesse momento pairava uma dúvida grande: Será que a senhora que zelava pela árvore poderia mobilizar colabores com competência suficiente para administrar esse grande sistema? Receber as informações dos que nutriam; entregar os frutos para aqueles que tinham direito a consumi-los; gerar benefícios para população; etc, etc.

Desafiada, a responsável senhora fez tudo o que podia. Rapidamente mobilizou muitos colabores. Alguns, inclusive, se tornaram verdadeiros heróis. São lembrados até hoje em rodas de conversa. Outros, anônimos, se sentem felizes em apenas lembrar que foram protagonistas de uma grande mudança e contribuíram para salvar a “jabuticaba”.

Mas a história não acaba por aí. O sistema está funcionando. Os depósitos de frutos estão sendo transferidos, centralizados. As máquinas e correias que transportam os frutos estão sendo aperfeiçoados. Por isso ninguém esperava que um jovem fosse fazer tanto estrago em todo o sistema. Mas foi o que aconteceu.

A árvore rapidamente adoeceu e com ela todo o sistema que se formara ao seu redor. Os depósitos foram consumidos. Agora já não tinha frutos para continuar a gerar benefícios para a população. Os que tinham direito a consumir os frutos sofriam, pois muitos diziam que todo o sistema formado estava doente.

Vieram os sábios. Analisaram a situação e chegaram à conclusão que havia necessidade da criação de um grande conselho que representasse todos os envolvidos no sistema que se formara ao redor da “jabuticaba”. Assim foi feito e cada grupo indicou seus representante.

Passaram-se anos. Alguns até pensavam que estava tudo perdido. - Isso não tem mais recuperação, falavam. Mas não foi bem assim. A senhora zeladora e o conselho que fora criado reagiram com vigor.

A senhora formou uma equipe exclusiva e com capacidade para zelar pela árvore. Deus foco em suas ações; melhorou seu depósito de frutos; aperfeiçoou as máquinas e correias que distribuíam os frutos; sugeriu regras mais justas e mais transparentes para todos os que participavam do sistema.

Com tantos cuidados a árvore e o sistema se recuperaram. Foi uma batalha muito grande, mas hoje todos colhem o resultado de tanto esforço. O mundo toma conhecimento da “jabuticaba”. Ela é apontada como solução para tudo. E isso a coloca novamente em perigo.

Agora, todos se perguntam: O que será dessa “jabuticaba”, que agora tem nome muito conhecido?

Seu nome? Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

São muitas histórias. Algumas fantasias, lágrimas, dores, desafios realizações pessoais, expectativas.

Que o FGTS é um Fundo com números gigantescos, todo mundo sabe. Patrimônio de mais de R\$ 470 bilhões; cadastro com mais de 700 milhões de contas, entre ativas e inativas; orçamento de contratação de mais de R\$ 120 bilhões em 2016; financiamento anual de mais de 400 mil unidades, etc, etc.

Mas para quem tem a satisfação de trabalhar no FGTS, os fatos mais empolgantes não são os relacionados aos seus grandes números, mas sim aqueles que se relacionam ao dia-a-dia, com as histórias das pessoas que fazem o FGTS.

Um dia vi alguém falar: “... trabalhar na CAIXA e, especialmente no FGTS, é mais do que uma relação de capital e trabalho, envolve paixão, emoção”. É assim que me sinto e, acredito, se sente a maioria dos colegas que trabalham com ou no FGTS.

Nessa perspectiva, levantar de manhã, após uma longa jornada do dia anterior, não se torna um castigo, mas sim uma bênção, por saber que as 6, 8 ou mais horas dedicadas à administração das contas vinculadas ou aos contratos de financiamento a pessoas físicas e jurídicas contribuirão para melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Para muitos desses brasileiros e brasileiras, o saldo existente na conta vinculada do FGTS é a única poupança que conseguiu fazer em muitos anos de trabalho. É a reserva para um momento de insegurança, no caso de demissão sem justa causa, de dor, no caso de ter sido atingido por uma enfermidade ou por uma intempérie, ou ainda, de concretização de um sonho, no caso de aposentadoria por tempo de serviço.

Administrar os recursos de alguém que você nem conhece, que muitas vezes tem apenas uma centena de reais em depósito, que nunca terá a oportunidade de te conhecer, traz uma responsabilidade adicional, mas também uma grande oportunidade

para “... fazer o bem, sem olhar a quem”. Não é por acaso que “... viabilizar ao cidadão o exercício de seus direitos, ao empregador o exercício de suas obrigações...” é parte da Missão da Superintendência Nacional do FGTS - SUFUG.

Não menos gratificante é atender com empatia o trabalhador, que demitido pelo empregador, recorre à CAIXA para efetuar o saque da reserva que constituiu com tantas horas de trabalho e dedicação. Vê-lo fragilizado nesse momento, às vezes cabisbaixo, sem muitas palavras para explicar como está se sentido, nos torna um pouco psicólogos, conselheiros sentimentais ou financeiros. Entender suas necessidades e expectativas nos torna mais humanos, mais cientes de que o nosso trabalho tem significado.

Por outro lado, gerir os recursos depositados nas contas vinculadas dos trabalhadores, que se transformarão em financiamentos para aquisição da moradia, para viabilizar a construção de sistema de captação, tratamento e distribuição de água, para a melhoria da qualidade do transporte coletivo urbano, beneficiando milhões de brasileiros, sejam eles ricos ou pobres, nos torna verdadeiros benfeitores.

Acompanhar a execução dos projetos financiados pelo FGTS, zelando pela correta aplicação desses recursos e possibilitando “...

à sociedade a melhoria da qualidade de vida...” é outra parte da Missão da SUFUG.

Ver a concretização de sonhos, o testemunho emocionado de pessoas que não imaginavam ser possível ter sua moradia digna, ver a água de qualidade sair pela torneira, ou poder “viajar” até seu trabalho de forma confortável, complementa o sentimento de emoção e paixão por trabalhar no FGTS.

São 50 anos de muitas emoções, de muitos sonhos realizados, de muitos benefícios gerados para a população e, de minha parte, de muita gratidão a Deus pela oportunidade de, nesses 27 anos, trabalhar na CAIXA e, especialmente participar da história do FGTS.

Parabéns a todos os que fazem do FGTS esse grande Fundo que beneficia a todos os brasileiros.

“Ver a concretização de sonhos, o testemunho emocionado de pessoas que não imaginavam ser possível ter sua moradia digna, ver a água de qualidade sair pela torneira, ou poder “viajar” até seu trabalho de forma confortável, complementa o sentimento de emoção e paixão por trabalhar no FGTS.”

No fim da década de 70, me lembro bem da sensação que eu sentia quando ouvia Raul Seixas cantar “Eu nasci há dez mil anos atrás”.

Interpretando o papel de um velhinho, mesclando poesia com uma boa dose de fantasia, ele cantava ter testemunhado fatos que marcaram a história da humanidade.

Minha imaginação fluía a mil por hora ...

Como teria sido testemunhar a Arca de Noé cruzar os mares ?

Pois ele viu ! Viu e não guardou para si e o povo parou para ouvir. E ele afirmava: Eu vi !

Não ousou colocar numa canção o quanto eu testemunhei da história do FGTS, porque meu talento musical não faria uma multidão parar para me ouvir.

Mas, eu não hesitaria em dizer, para quem quisesse ouvir, qual a sensação de fazer parte dessa trajetória tão marcante.

Presenciei o grande desafio da CAIXA quando, por força da Lei 8036/90, recebemos todas as contas vinculadas do FGTS. E junto

com elas, vieram os desbravadores das DIFUS (atual GIFUG).

Muitos duvidaram que dariam conta do recado e teve até quem apostasse contra. Mas, a causa foi abraçada com garra e ... deu certo ! Começava aí a reunião do time do FGTS.

Eu vi !

Pagamos milhares de contas inativas em 1993, época em que nem pensávamos em ter os computadores como nossos aliados na execução das atividades diárias.

Enviar e receber mensagens via telex era como pisar no chão da Lua. Um show de tecnologia. Hoje carregamos um mundo virtual no bolso e nos perguntamos como já foi possível um dia viver sem os smartphones !? Quanta mudança ...

Eu vi !

No fim dos anos 90, mais do que ver, vivenciei com intensidade, ao lado de uma talentosa equipe técnica da Matriz, a experiência de participar da solução de um grande desafio lançado para o Agente Operador do FGTS: Apurar os Custos da Administração do FGTS.

Tendo como aliada a minha formação acadêmica, cada etapa do trabalho foi cuidadosamente embasada pelas técnicas estatísticas que eu não colocava em prática desde os tempos da universidade.

Foi um misto de transpiração e inspiração que se estendeu por vários anos de dedicação que culminaram num gradativo refinamento dos resultados da apuração dos custos.

E quando tudo parecia calmo, a Lei Complementar 110/2001 veio testar nossos limites. No time do FGTS não tinha mais espaço para desistir. O lema era olhar para frente e dar o melhor si, mesmo que não dependesse somente de nós o sucesso de tamanho desafio.

Mais uma vez um grande desafio veio ao meu encontro: recorrer à estatística e correr contra o tempo para planejar o controle de qualidade das informações fornecidas pelas instituições financeiras envolvidas.

Ficou evidente que a união realmente faz a força ! O FGTS realmente tinha talentos comprometidos e unidos num objetivo comum.

Com determinação e maestria fechamos e cumprimos o Maior Acordo do Mundo !

Eu vi !

Ter visto e vivenciado o protagonismo da história do FGTS na CAIXA e fazer parte de um time de ouro, hoje como gestor, são motivos de muito orgulho.

Orgulho por saber que cada dia de trabalho dedicado ao FGTS faz a diferença para milhões de brasileiros que hoje têm acesso aos serviços de saneamento básico e infraestrutura urbana, realizam o sonho da aquisição da casa própria ou exercem o direito de sacar o seu pecúlio. Por saber quão difícil é encontrar um brasileiro que não tenha sido beneficiado em algum momento de sua vida pelo FGTS.

Orgulho pela certeza da missão cumprida e pelo significado do que fazemos!

Nossos olhos brilham quando falamos do FGTS. E não podia ser diferente. O reconhecimento das unidades do FGTS nos prêmios regionais de qualidade nos dão a certeza de que

nossas práticas de gestão estão alinhadas aos conceitos de excelência de referência mundial, que espelham os cuidados que temos com um recurso que não nos pertence. Ou melhor, que pertence a nós e a todos os trabalhadores do Brasil.

Somos todos os heróis do FGTS, convictos de que excelência, para nós, não é algo distante e inalcançável.

Dizem que o futuro é incerto. Mas, fica a certeza de que não pára por aí. Tenho ainda muito para ver, vivenciar e compartilhar. Para continuar contando.

Por ocasião da comemoração dos 50 anos do FGTS, me sinto parte integrante da merecida homenagem, já que somos quase gêmeos.

Somente que sou de agosto e o FGTS é de setembro !!!

“Nossos olhos brilham quando falamos do FGTS. E não podia ser diferente. O reconhecimento das unidades do FGTS nos prêmios regionais de qualidade nos dão a certeza de que nossas práticas de gestão estão alinhadas aos conceitos de excelência de referência mundial.”

No período de novembro de 1989 a abril de 2016 tive a oportunidade e o privilégio de fazer parte do time do FGTS, que com muita disposição e empenho transformou a história desse Fundo em um case de sucesso.

Todo o meu período laboral na CAIXA foi exercido na Filial do FGTS de Brasília, onde ocupei função gerencial durante 25 anos e encerrei minha carreira como Gerente dessa Filial.

Trabalhar com o FGTS foi sempre gratificante, o dinamismo e desafio dos processos que sustentam o atendimento a todas as partes interessadas, em especial ao trabalhador e empregador, me envolveram de tal forma que optei por desempenhar minhas atividades no âmbito desse Fundo durante 27 anos.

A dedicação por tantos anos a um mesmo produto se justifica pelo significado que ele sempre teve para mim.

Na condição de agente de mudança pude fazer diferença na vida das pessoas, em especial das menos esclarecidas ou favorecidas, que muitas vezes nem conhecem seus direitos e por isso não buscam por eles.

O primeiro grande desafio foi a centralização das contas vin-

culadas na CAIXA, muito trabalho, poucos recursos humanos e tecnológicos, conhecimento escasso, no entanto, o comprometimento e o esforço de cada membro da equipe existente à época possibilitaram o resultado esperado.

E esse mesmo compromisso e esforço se repetiram ao longo dos anos frente aos desafios que se sucederam, pagamento das contas inativas, cumprimento do “Maior Acordo do Mundo”, atendimento ao grande volume de ações judiciais com pleitos diversos, aprimoramento da gestão de recursos desse Fundo, do atendimento ao cliente e tantos outros, sempre marcados pela existência de dificuldades diversas e ainda, exigências essenciais para segurança e assertividade das soluções adotadas, fatos esses que me levaram a acreditar que todo obstáculo se torna transponível, quando se tem gente séria, comprometida e com vontade de fazer.

Assim, a marca do time FGTS na CAIXA sempre foi - Superar Desafios.

A participação em grandes desafios da história do FGTS e atuação diária frente a demandas diversas me possibilitaram extraordinária experiência e aprendizado, permitindo-me desenvolver nos campos profissional e pessoal, a partir do

significado e importância de tudo aquilo que foi construído ao longo dos anos para melhorar e perenizar esse Fundo.

Também foi extremamente marcante para mim a harmonia existente entre as equipes do Agente Operador, envolvendo as unidades estratégicas, táticas e operacionais em todos os seus níveis hierárquicos, pautada sempre no respeito e valorização das pessoas, o que sempre fez grande diferença nos resultados alcançados ao longo dos anos e superação dos desafios enfrentados com alta frequência no dia a dia de suas Unidades.

Essa marca do Agente Operador perdura desde a sua estruturação na CAIXA e traz como benefício maior qualidade no relacionamento e, conseqüentemente elevação dos resultados construídos, a união sempre gerou a força entre suas unidades, em especial entre as Filiais que sempre se ajudaram mutuamente.

Ao longo dos anos convivi e aprendi com profissionais capacitados e motivados para produzir soluções que melhor atendessem aos clientes do FGTS e partes envolvidas, por isso, esse Fundo é hoje uma grande potência em termos financeiros e de gestão, exemplo que levo comigo como um negócio que deu certo no Brasil.

Com o Agente operador do FGTS sempre foi assim, independente das dificuldades existentes, as soluções requisitadas sempre foram criadas, graças à capacidade instalada e disposição das pessoas em trabalhar conjuntamente.

O sentimento de satisfação e orgulho em ter feito parte do time que construiu e deu forma ao FGTS na CAIXA, confirma a minha realização profissional e me dá a certeza de que tive minhas expectativas atendidas, pois sempre encontrei espaço para aplicar conhecimentos e ideias que entendia serem eficientes para a geração de resultados, frente à amplitude dos desafios enfrentados diariamente na empresa.

A evolução tecnológica do FGTS nesses 50 anos mereceu seu destaque.

O FGTS nasceu para os empregadores em forma de papel, uma Relação de Empregados (RE) datilografada e recolhida por todos os bancos conveniados. Evoluiu para uma RE pré-impressa, tornou-se arquivo magnético em disquete e, finalmente, passou a ser um arquivo de dados transmitido em Rede Mundial de Computadores - a Internet.

A tecnologia utilizada para a troca de dados entre os sistemas do FGTS, os empregadores e os trabalhadores é uma das mais seguras do mundo, utiliza um tipo de codificação criptográfica de alta segurança. Fazendo-se uma comparação, nem o famoso Seguro Social dos Estados Unidos da América, possui seus dados individualizados, disponíveis, transferidos e acessados em rede mundial de computadores.

Essa tecnologia proporcionou conectividade, transparência, conformidade, segurança e agilidade a todas as partes interessadas. Foi objeto de várias premiações do FGTS, neste requisito, e é motivo de orgulho para todos nós brasileiros(as).

No ano de 2014 o FGTS iniciou a emissão de mensagens via

Serviço de mensagens curtas, popularizado no Brasil como SMS - em inglês: Short Message Service (SMS) - é um serviço disponível em telefones móveis digitais (celulares), que permite o envio de mensagens curtas entre estes equipamentos e outros dispositivos encontrados no mercado, essas mensagens são conhecidas popularmente como mensagens de texto. Este serviço fornece o depósito mensal, o saldo da conta e o JAM. Não é tarifado e representa uma maior conectividade e segurança para o trabalhador.

Outra evolução recente, implantada neste ano de 2016, é o App FGTS, trata-se de um aplicativo que ajuda o trabalhador a acompanhar sua conta FGTS com muito mais segurança e praticidade. O App FGTS permite ao trabalhador consultar os depósitos em sua conta FGTS, atualizar o seu endereço e localizar os pontos de atendimento mais próximos. É um serviço de acesso exclusivo por dispositivos tipo smartphone ou tablet, a qualquer hora, a qualquer dia e em qualquer lugar.

Essas conquistas são motivo de orgulho para todos os brasileiros, pois ainda somos o único país do mundo com eleições democráticas totalmente informatizadas e com o seu maior produto social em rede mundial de computadores.

O FGTS segue uma tendência mundial, onde cada vez mais seus produtos e serviços são acessados através da rede mundial de computadores. Acredita-se que futuramente todos os serviços sejam acessados via Internet, a qualquer hora, a qualquer dia e de qualquer lugar do mundo. Tudo isso com segurança e transparência ao trabalhador.

“O FGTS nasceu para os empregadores em forma de papel, uma Relação de Empregados (RE) datilografada e recolhida por todos os bancos conveniados. Evoluiu para uma RE pré-impressa, tornou-se arquivo magnético em disquete e, finalmente, passou a ser um arquivo de dados transmitido em Rede Mundial de Computadores - a Internet.”

A AUTOMATIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO RESCISÓRIO DO FGTS

A CAIXA e o FGTS fazem parte da minha vida. Desde que ingressei na CAIXA em 1990 tive minha carreira alinhada com as evoluções do FGTS. Em 91 e 92 atuamos na recepção dos cadastrados das contas vinculadas que estavam em 76 bancos. No início deu muito trabalho. Cada banco tinha uma forma de tratar o Fundo. Muitos trabalhadores tinham contas em mais de um banco. Com a consolidação, foi necessário trabalhar na melhoria desse cadastro, unificando o saldo das contas.

Com o passar dos anos, fomos ganhando experiência no trato com o FGTS e foi possível implementar diversas melhorias que trouxeram facilidades para o empregador e para o trabalhador.

Uma das otimizações que acredito mais importante, pois deu início à automatização do FGTS, foi a transformação da prestação de informações pelo empregador em meio papel por um meio eletrônico. Primeiramente, a forma encontrada foi a utilização de disquetes que eram entregues nas agências, juntamente com a guia de recolhimento correspondente. Para isso foi desenvolvido um sistema de validação das informações que as empresas utilizam antes de gerar as guias. Esse

sistema permitia que as empresas realizassem os ajustes de inconsistência antes do envio. Somente os dados validados eram acatados. Para os maiores empregadores, a opção foi utilizar o validador de grande porte, com gravação das informações em fita magnética.

Com a evolução das tecnologias de comunicação e também devido a vulnerabilidade dos disquetes utilizados até então, fomos atrás de uma tecnologia que permitisse ao empregador o envio das informações de recolhimento pela internet, com segurança. No início, a desconfiança quanto à garantia de que os dados não seriam violados no meio do caminho era enorme. Poucos usuários utilizam a internet para transações. Para desmitificar o uso da internet para envio das informações mensais de recolhimento, a CAIXA buscou no mercado uma ferramenta de criptografia que era praticamente inviolável. Prova disso é a utilização por mais de 15 anos sem que houvesse qualquer registro de mensagem interceptada/adulterada. As empresas aderiram aos poucos à nova ferramenta e tornou único canal com a obrigatoriedade determinada pelos Ministérios do Trabalho e Previdência Social.

Com a utilização do Conectividade Social pela totalidade dos empregadores, alinhado ao acordo firmado entre a CAIXA

e o Ministério Público do Trabalho para a substituição de todos os digitadores do FGTS por empregados, não na mesma proporção, tornou imperioso que todos os documentos de arrecadação fossem transformados em eletrônicos. No início dos anos 2000, somente o recolhimento regular era efetuado de forma eletrônica. As guias rescisórias eram geradas exclusivamente em meio papel. Por ser um documento com muitos dados, a inclusão das informações no cadastro do FGTS era muito onerosa. A solução encontrada foi o desenvolvimento de ferramenta, semelhante ao que se utilizava para o recolhimento regular para que os empregadores prestassem as informações de forma eletrônica e gerasse as guias com código de barras, facilitando o trabalho também dos bancos arrecadadores para quitarem essas guias.

A Gerência Nacional do Passivo do FGTS, designou um grupo de trabalho para realizar estudos e desenvolver um modelo que seria utilizada para o recolhimento rescisório eletronicamente. Fui incumbido de coordenar os trabalhos, por já ter experiência de outros grupos de desenvolvimento/melhoria de aplicativos do Fundo de Garantia.

Iniciamos os trabalhos com a convocação de colegas com experiência em arrecadação do FGTS e conhecimento das

regras de recolhimento rescisório. Foi crucial a participação dos colegas da Filial do FGTS de Bauru, principalmente pela utilização de solução regional utilizada à época para pagamento do Fundo dos trabalhadores safrista. Aqueles trabalhadores que se deslocavam de diversas regiões do país para as fazendas de cana-de-açúcar no período do corte da cana. Findada a safra, todos os trabalhadores eram demitidos ao mesmo tempo o que gerava um transtorno na cidade, pois teriam que aguardar até a conclusão do processamento das guias rescisórias para receber o valor correspondente. A solução regional permitia agilizar a inclusão das guias e também a liberação antecipada dos pagamentos e os trabalhadores retornavam para suas cidades mais cedo.

Precisávamos encontrar uma solução que, no mínimo, atendesse essa necessidade regional. A utilização do Conectividade Social já era maciça com a confiança da classe empresarial quanto à segurança da informação. A solução foi o desenvolver uma ferramenta acoplada ao Conectividade onde o empregador tivesse liberdade de utilizar as informações constantes do seu sistema de Folha de Pagamento ou incluísse os dados diretamente no sistema, de forma manual. Tinha que atender à necessidade de se buscar, amigavelmente, o saldo para fins rescisórios das contas vinculadas, diretamente no

cadastro do Fundo, sem necessidade de se solicitar o extrato nas agências.

Com essas premissas estabelecidas, o grupo iniciou os trabalhos de construção do modelo, juntamente com a equipe de tecnologia de informação da CAIXA, para limitar nossas ideias ao possível naquele momento. Usuários quer sempre que os processos sejam on line e com poucos cliques. Minha gerente dizia que, quando o empregador pagar uma guia na “boca caixa”, deveríamos receber essa informação instantaneamente e disponibilizar os valores nas conta dos trabalhadores, com os valores bloqueados para disponibilização futura. A equipe da TI respondeu “com os recursos tecnológicos disponíveis não será viável.”

O modelo vislumbrado pela equipe contemplava a empresa prestar as informações diretamente do sistema de folha. Passo seguinte, solicitar o saldo para fins rescisórios. A requisição de saldo solicitado até o meio-dia seria retornada ao empregador de forma automática no mesmo dia. Após esse horário, as informações chegavam no dia seguinte. Com o saldo atualizado, o empregador poderia acrescentar outras remunerações de recolhimento ainda não creditado nas contas, bastando informar a competência e o valor base do

FGTS que o sistema já apuraria o saldo para cálculo para multa rescisória. O empregador não poderia mexer no saldo constante do cadastro do Fundo. O passo seguinte seria concluir o processo, com envio das informações para o ambiente da CAIXA para a validação e geração da guia para o empregador. Cada guia gerada deveria ser única e corresponder a um arquivo. Ou seja, para cada envio de arquivo da empresa uma guia seria gerada.

Com o modelo definido e validado pelo gestor o grupo concluiu as especificações necessárias para início do desenvolvimento pela equipe de TI. Elaboramos um leiaute para os empregadores utilizarem as informações constantes do sistema de Folha. O primeiro documento publicado foi o leiaute do arquivo de folha para que os empregadores realizassem os ajustes necessários nos sistemas de Folha para gerar o arquivo de forma automatizada. Foi necessário também comunicar antecipadamente à rede bancário o novo documento para que cada banco adaptassem seus sistemas para acatá-lo.

Concluído o desenvolvimento e a homologação dos sistemas e seus inter-relacionamentos, negociamos com algumas empresas parceiras a participação no piloto do novo aplicativo. Essas empresas testaram o sistema com seus dados e realiza-

ram alguns recolhimentos. Diversos ajustes foram sugeridos por essas empresas para tornar o aplicativo melhor e mais fácil de utilizar. Uma das principais sugestões de otimização, foi retirar a obrigatoriedade de se solicitar o saldo para gerar as guias. A alegação das empresas era que esse paço era muito moroso e que eles nem sempre detinham desse tempo e, ainda, que acompanhavam a evolução dos saldo das contas e tinham essas informações para prestar ao sistema para calcular o valor da multa rescisória corretamente. Após análise pelo grupo, as sugestões acatadas foram demandas á TI para que se realizassem os ajustes devidos. Essas otimizações foram ao encontro às necessidades das empresas que passaram a utilizar o sistema.

A evolução e melhorias implementadas no processo permitiram que o uso da ferramenta se tornasse obrigatório para todos os empregadores. Hoje, quando o FGTS completa 50 anos de vigência, essa funcionalidade ainda é utilizada. O processo está quase atendendo o que a minha gerente à época queria. As guias rescisórias quitadas em um dia, estão nas contas vinculadas dos trabalhadores no início da manhã do dia seguinte. Um processo que levava mais de uma semana para ser concluído, agora finaliza em horas.

Acredito que a automatização do processo de recolhimento rescisório do FGTS, criado em meados dos anos 2000, trouxe uma evolução incalculável para os empregadores que tiveram maiores facilidades para cumprirem com suas obrigações.

Os trabalhadores foram beneficiados com a tempestividade dos depósitos em suas contas vinculadas, permitindo que o levantamento dos valores fossem realizados com uma visita à agências. Para os casos em que o próprio empregador presta as informações pela Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRE, não se utilizando de terceiros, a informação de desligamento já dá início ao processo de saque da conta vinculada. A CAIXA pode cumprir o acordo com o Ministério Público do Trabalho, dispensando os trabalhadores terceirizados e contratando empregados para a gestão do processo.

Se olharmos para esses pouco mais de 26 anos como Agente Operador do FGTS, administrando as contas vinculadas dos trabalhadores, a CAIXA transformou o Fundo de Garantia. A maioria dos processos tornaram-se eletrônicos. Os empregadores conseguem realizar praticamente todas as operações com o Fundo sem necessitar sair da sua empresa. Por outro lado, os trabalhadores também foram premiados com acesso eletrônico aos dados das suas contas. A cada movimentação em sua conta recebem SMS, informando o ocorrido. Um apli-

cativo de celular, permite consultar seus extrato a qualquer momento e ainda atualizar dados. Na internet, ambos dispõem de uma gama de soluções para facilitarem suas vidas.

Por fim, o Projeto Estratégico Fundo de Garantia – PEFUG trará mais facilidades para os principais interessados do FGTS. Nos próximos anos veremos a tecnologia proporcionando mais facilidades para a vida dos trabalhadores e empregadores.

João Devanir Sanitá

Gerente de Filial

Gerência de Filial Fundo de Garantia Brasília/DF

“Acredito que a automatização do processo de recolhimento rescisório do FGTS, criado em meados dos anos 2000, trouxe uma evolução incalculável para os empregadores que tiveram maiores facilidades para cumprirem com suas obrigações.”

Um dia antes do meu aniversário, no ano de 1981, assumi no Banco Nacional da Habitação – BNH e tive meu primeiro contato com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Desde então, passei a olhar e sentir o meu trabalho de uma forma diferente, com muito orgulho, pois sabia que a minha atuação, de alguma forma, direta ou indiretamente, influenciaria a vida de milhares de pessoas.

Percebi que trabalhar no FGTS, principalmente na área do passivo, onde os recursos são depositados pelos empregadores aos trabalhadores, nos reveste de uma imensa responsabilidade. Saber que estamos zelando pelo patrimônio do trabalhador, já tão carente de recursos e segurança, nos faz guerreiros e guardiões.

Em 1986 o BNH foi extinto e incorporado à Caixa. Momentos difíceis e preocupantes, uma vez que a Caixa era uma das poucas instituições financeiras que nunca havia trabalhado com o FGTS e, até que se percebesse a importância desse Fundo para toda a sociedade, muito poderia se perder pelo caminho.

Entretanto, o Fundo de Garantia demonstrou toda a sua pujança e a Caixa, que sempre teve um forte viés social, rendeu-se à sua expressividade e ancorou recursos humanos e tecnológicos. Cada dia era um novo desafio na busca incansável pelo melhor atendimento, pela melhor prestação de informação, pela melhor

maneira de promover o recolhimento, a cobrança, o saque, enfim, pela melhor forma de cuidar desse pecúlio tão valioso.

Pautei a minha vida laboral sempre com esta visão e, tenho certeza, juntamente com vários outros empregados como eu que tinham esta mesma maneira de olhar o seu trabalho, conseguimos ultrapassar inúmeras barreiras que se erguiam sistematicamente a nossa frente e, mudamos, ao longo do tempo, o olhar dos trabalhadores, que passaram a confiar na nossa condução por entenderem que tratávamos o seu patrimônio com responsabilidade e respeito.

Normalmente, havia pouca rotatividade das pessoas que trabalhavam com o FGTS e isso culminava na formação de especialistas, que, realmente, se importavam com o resultado a ser apresentado. Assim, inovações foram implementadas com o objetivo de simplificar o ingresso dos valores nas contas vinculadas dos trabalhadores, de forma tempestiva e correta, de dar maior transparência a todos os controles e processos, além de viabilizar o saque e utilização desses valores com rapidez e segurança.

Dentro da minha área de atuação, ao longo dos 34 anos que trabalhei com o Fundo de Garantia, tive o orgulho e a oportunidade de coordenar algumas equipes extremamente competentes, comprometidas e engajadas na apresentação de soluções simples

e de alto impacto positivo que mudaram, substancialmente e de forma definitiva, a forma de lidar com o FGTS.

A primeira grande mudança se deu nos anos 90, quando internalizamos e aperfeiçoamos todo o processo de cobrança, parcelamento e controle de regularidade das empresas, criando o Sistema de Controle de Empresas no âmbito do FGTS – FGE.

A partir daí, o papel de Agente Operador do FGTS na defesa dos interesses dos trabalhadores, começou a se solidificar entre o empresariado e os órgãos de controle. A agilidade para se verificar a regularidade de uma empresa, de informar seus débitos atualizados, de se formalizar um parcelamento, fizeram com que empregadores imprecisos passassem a se preocupar em promover o recolhimento do FGTS de forma mais tempestiva e regular, assegurando, assim, os direitos de seus empregados.

Porém, a mudança que mais impactou todo o processo do FGTS, já nos anos 2000, foi na arrecadação do recolhimento regular. Em menos de uma década, abandonamos a guia manual, que tinha que ser quitada na boca do caixa da agência juntamente com a discriminação dos trabalhadores e seus valores, que exigia a digitação uma a uma, e aderimos ao código de barras e arquivos magnéticos, tornando essa obrigação muito mais simples e eficiente.

A utilização da Internet para a transmissão de dados foi um passo incomensurável e essencial para transformar todo o processo, eliminar eventuais inconsistências de digitação e validar todas as informações prestadas pelas empresas.

Assim, os empregadores passaram a preencher as guias com antecedência, encaminhar os arquivos via Internet e quitar pelo Internet Banking; os bancos autenticavam com mais agilidade, não precisavam encaminhar documentos para a Caixa, o envio das informações passou a ser feito no dia seguinte; a Caixa eliminou a digitação das guias e informações complementares, os valores eram calculados corretamente, o direcionamento para a conta de cada trabalhador era totalmente consistente e rápida; os trabalhadores tiveram os valores ingressos em suas contas vinculadas de forma segura e ágil. Enfim, todos ganharam!

A implantação dessa nova forma de se promover o recolhimento do FGTS trouxe muita segurança ao processo, eliminou custos com digitadores, maximizou o tempo de disponibilização dos recursos nas contas vinculadas dos empregados, acabou com a criação de contas desnecessárias e a falta de informações. Este período foi coroado de muitas novidades no recolhimento, uma delas foi a criação de guia para quitação de débito, a GRDE. Com ela empresas devedoras quitavam, com apenas uma guia, diversos meses de atraso, inclusive especifi-

cando os trabalhadores detentores desses valores. Com ela foi possível liquidar débitos rapidamente e com segurança.

Outra inovação fundamental foi a criação da Guia de Recolhimento Rescisório, hoje denominada GRRE, com código de barras, cálculo antecipado e geração de arquivo com as informações dos trabalhadores.

Naquela ocasião, o recolhimento rescisório era de extrema complexidade, tanto no preenchimento quanto no entendimento, apresentando inúmeras inconsistências na sua elaboração. Esta nova guia trouxe benefícios aos empregadores quanto a sua elaboração e quitação, aos trabalhadores quanto à assertividade dos valores calculados além de iniciar o processo de saque, evitando a ida à agência da Caixa para dar entrada no seu pedido, e à Caixa com redução de custos e eliminação de cobranças e ajustes.

Com uma equipe incansável de pessoas comprometidas e engajadas na apresentação e desenvolvimento de soluções simples e de alto impacto positivo, modificamos, de forma decisiva, o processo de arrecadação do Fundo de Garantia. Orgulho-me de ter feito parte da inovação e transformação desse processo.

Por fim, em 2010, o maior dos desafios me foi apresentado. Estruturar uma célula de Inteligência Estratégica do Passivo do FGTS.

Célula esta responsável por propor mudanças futuras com fulcro em toda a evolução passada, de forma plena, considerando todas as ramificações do FGTS. Focamos, principalmente, na parte inicial dos processos, na legislação do Fundo de Garantia e, de forma contundente, nos tornamos indispensáveis na avaliação de cada proposta de modificação legislativa.

Mudamos a maneira de nos relacionarmos com os entes envolvidos no FGTS, buscando maior clareza nos objetivos, maior transparência nos processos, atender de forma satisfatória às necessidades dos empregadores, dos trabalhadores, dos clientes e fornecedores, dos parceiros, da Caixa, enfim, de toda a sociedade que constrói, depende e usufrui do FGTS.

Terminei minha vida profissional, em 2015, quando me aposentei. Até o último dia de trabalho contribuí para o FGTS com a mesma gana, o mesmo pique, a mesma paixão e o mesmo orgulho que do início dessa jornada.

Houve momentos difíceis, momentos sofridos, vontade de desistir, mas também houve momentos insubstituíveis de parceria, companheirismo, amizade, momentos de sucesso e a certeza do dever cumprido.

Quando olho pra trás vejo quanto o Fundo de Garantia evoluiu, nos seus processos, nos seus relacionamentos, nos seus

sistemas, na sua visão e missão. Vejo o cuidado com que foi tratado ao longo desses 50 anos, buscando garantir os direitos dos trabalhadores e os benefícios para toda a sociedade, e me orgulho muito disso.

Dessa minha caminhada eu só tenho a agradecer a todos que caminharam comigo ou passaram pela minha estrada. Somos responsáveis por termos conduzido com ética e sabedoria esse grande patrimônio do trabalhador brasileiro. Cumprimos nosso dever com humildade e muita determinação.

Da mesma forma, as pessoas que hoje estão conduzindo o Fundo de Garantia têm no olhar essa mesma vontade de melhorar sempre, pois também estão marcados pelo sentimento maior de serem guardiões de algo muito valioso. Não cessará a busca da inovação e evolução visando cada vez mais transformar o FGTS numa entidade extremamente útil e necessária para cada trabalhador, para a sociedade e para esse país.

Parabéns a nós todos que construímos esta história de sucesso, e aos que prosseguem nessa caminhada, que perpetuem e aprimorem o Fundo de Garantia com ética, sabedoria e paixão.

Que venham mais 50 anos de sucesso do FGTS.

Mônica Gonçalves Chaves

“Parabéns a nós todos que construímos esta história de sucesso, e aos que prosseguem nessa caminhada, que perpetuem e aprimorem o Fundo de Garantia com ética, sabedoria e paixão.”

A importância do Conselho Curador do FGTS na diminuição do déficit habitacional

É difícil averiguar a contribuição do FGTS para o desenvolvimento socioeconômico do país, desde a sua criação. Além de contribuir com os direitos básicos do trabalhador brasileiro, efetuando as normas exigidas pelas Leis do Trabalho, o benefício possibilita a existência de programas sociais, uma vez que a aplicação de seus recursos financia e colabora com a infraestrutura, habitação e com o saneamento.

Por meio dele, o brasileiro tem a chance de cumprir projetos pessoais, ainda durante o tempo de contrato de trabalho, como abrir um negócio ou realizar o sonho da casa própria. Um grande número de residências é obtido a cada ano com os fundos disponibilizados por meio da poupança, adquirida pela contribuição mensal dos empregadores. Simultaneamente, o programa coopera com a empregabilidade a partir da mão de obra solicitada para a construção civil, impulsionando o comércio de materiais de construção e aquecendo esse setor tão importante para a economia brasileira.

Sabemos que o Déficit Habitacional Brasileiro é de 6,2 milhões de moradias e que muito ainda precisa ser feito,

porém, graças ao trabalho executado pelo FGTS, que disponibiliza recursos para a habitação, esse número foi reduzido em 2,8%, entre 2010 e 2014.

Como membro do Conselho Curador, tenho a satisfação de representar a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Acompanho há mais de 20 anos o trabalho desse órgão e vi uma grande mudança no país com a consolidação de mais programas em prol do bem-estar social, por meio de recursos do FGTS. Sem eles, certamente muita coisa não teria sido possível.

Ano a ano, posso constatar a importância de todas as decisões tomadas no Conselho, que ajudaram e ajudam a diminuir a deficiência no número de moradias no Brasil. A aplicação dos fundos permitiu acesso à casa própria e, conseqüentemente, condições melhores de vida a milhões de brasileiros, e é por isso que eu me orgulho em fazer parte dessa história.

Claudio Elias Conz
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CAPÍTULO — 6



HISTÓRICO DO
FGTS BNH

13 DE SETEMBRO DE 1966

Entra em vigor a Lei nº 5.107, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O FGTS, como já está sendo conhecido, é uma opção ao regime da estabilidade de emprego, que impõe restrições para que o trabalhador seja demitido depois de dez anos na mesma empresa. A opção começa a partir do primeiro dia de 1967.

3 DE MARÇO DE 1968

Um ano depois da sua criação, o FGTS revolucionou o BNH, pois recebeu Cr\$600 milhões do FGTS, provenientes da arrecadação de 8% sobre as folhas de salários das empresas. O Banco quando criado, recebeu capital de Cr\$1 milhão de recursos dos cofres da União.

13 DE SETEMBRO DE 1970

Mais de 70% dos trabalhadores com carteira assinada estão contratados dentro do novo modelo, alternativo ao regime de estabilidade. Cerca de 350 mil novas moradias foram compradas ou construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação com recursos do Fundo. Até a criação do BNH, os órgãos governamentais e paraestatais da área habitacional produziram apenas 120 mil moradias em todo o país.

22 DE NOVEMBRO DE 1986

Por meio do Decreto-Lei nº 2.291, o governo extinguiu o Banco Nacional de Habitação (BNH), provocando uma profunda reestruturação no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nos últimos anos, se aprofundaram as críticas à capacidade do BNH gerir o SFH e o FGTS. Mas a principal causa da situação extrema que levou à extinção do BNH foi a crise econômico-financeira que o país enfrentou desde o final da década de 70, com o recrudescimento da inflação, o aprofundamento da recessão, as seguidas alterações nas regras da correção monetária, assim como a concessão indiscriminada de subsídios aos mutuários do SFH.

De acordo com a reestruturação definida pelo decreto, as funções até antes exercidas pelo BNH foram distribuídas por vários órgãos do governo. Ao Ministério do Desenvolvimento Urbano coube a formulação da política habitacional e desenvolvimento urbano; ao Conselho Monetário Nacional compete orientar, disciplinar e controlar o SFH; ao Banco Central, a fiscalização das instituições financeiras que integram o sistema e a elaboração das normas relativas à poupança; e, finalmente, à Caixa Econômica Federal coube a administração do passivo, ativo, do pessoal e dos bens do BNH e a gestão do FGTS.

Nos primeiros anos do BNH, houve uma euforia com os resultados do SFH, com a construção de milhares de novas habitações, estímulo à construção civil e, para a rede bancária privada, dinheiro a custo zero.

Para se ter uma ideia da verdadeira revolução que o SFH significou para o país, basta registrar que, nos primeiros 15 anos de seu funcionamento, de 1965 a 1979, os fartos recursos do FGTS financiaram nada menos que 1,56 milhão de unidades habitacionais. Outras 913 mil habitações foram financiadas com recursos dos depósitos de poupança.

Isto significa dizer que, nesses primeiros 15 anos, foi financiado 20 vezes mais do que tudo que havia sido financiado nos 30 anos anteriores. Foi como multiplicar por 40 a produção do setor habitacional após a criação do SFH.

AMEAÇA AO FGTS

Ao longo do tempo surgiram os primeiros sinais de desequilíbrio. O grande pano de fundo para a extinção do BNH foi, sem dúvida, o ciclo negativo da economia brasileira iniciado a partir do final dos anos 70, com inflação e recessão. No SFH, diante da falta de capacidade dos mutuários em pagar suas prestações, materializou-se um crescente processo de inadimplência. Uma quarta parte dos mutuários estava com mais de três prestações em atraso. A situação foi agravada pela política governamental de tentar subsidiar esse descompasso.

Tudo isso passou a lançar uma sombra sobre o FGTS, já que ele é o principal financiador do BNH. O que se esperar de um fundo que financia um sistema virtualmente falido?

Para agravar a situação, a própria gestão do Fundo pelo banco vinha sendo muito questionada. O BNH não conseguia controlar de forma adequada as contas vinculadas distribuídas pela rede bancária privada.

Muitos bancos acabaram desistindo de abrigar essas contas. Os recursos do Fundo demoravam, em média, 72 dias para ser transferidos dos bancos para o BNH. E os trabalhadores, donos do patrimônio, não vêm tendo acesso adequado a suas contas.

Os problemas que o sistema enfrentou nos últimos anos e que culminou com a extinção do BNH podem ser facilmente ilustrados pela desaceleração no número de unidades habitacionais construídas com recursos do FGTS. Em apenas um ano, 1980, chegaram a ser financiadas 366 mil habitações. Em 1986, mal chegaram a 25 mil. O total de habitações financiadas com recursos do FGTS até 1985 foi de 2 milhões e 500 mil.



